

**DIOGO FRANCISCO MENDES**

**POLÍTICAS EDUCATIVAS NA GUINÉ-BISSAU,  
ACESSO À EDUCAÇÃO E SUCESSO ESCOLAR:  
UM ESTUDO DE CASO NO LICEU PADRE  
ANTÓNIO GRILLO-BAMBADINCA**



**UNIVERSIDADE DO ALGARVE**

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

2024

**DIOGO FRANCISCO MENDES**

**POLÍTICAS EDUCATIVAS NA GUINÉ-BISSAU,  
ACESSO À EDUCAÇÃO E SUCESSO ESCOLAR:  
UM ESTUDO DE CASO NO LICEU PADRE  
ANTÓNIO GRILLO-BAMBADINCA**

**Mestrado em Gestão e Administração Escolar**

**Trabalho efetuado sob a orientação de:**

**Doutor António Manuel da Conceição Guerreiro**

**Doutora Sofia Helena Gago Nunes**



**UNIVERSIDADE DO ALGARVE**

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

**2024**

*Políticas educativas na Guiné-Bissau, Acesso à Educação e Sucesso Escolar: Um  
Estudo de Caso no Liceu Padre António Grillo-Bambadinca*

**Declaração de autoria do trabalho**

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

---

## Copyright

Diogo Francisco Mendes

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a minha família (Família Kapil), em especial ao meu tio António Lopes Correia (in memoriam), ao meu pai Francisco Mendes (in memoriam) e à minha mãe Ana Bico Gomes!

Dedico este trabalho à minha namorada Jurce Bamba e aos meus filhos!

## **Agradecimentos**

Este trabalho terminou porque teve apoio de muitas pessoas e de instituições que, de uma forma direta ou indireta, foram fundamentais para a concretização deste sonho. Do fundo do meu coração, quero expressar a minha gratidão a todos, porque, se não fossem todos aqueles que me ajudaram não chegaria aqui.

Agradeço à Universidade do Algarve (UAAlg), através da Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC), pela forma como acolheu este projeto, pelo conhecimento que adquiri, ao longo destes anos do estudo, pela oportunidade de fazer parte da família UAAlg e pela experiência que vivi dentro desta casa.

De uma forma especial, quero agradecer aos meus orientadores, Professor Doutor António Manuel de Conceição Guerreiro e Professora Doutora Sofia Helena Nunes Gago, pela paciência, correções, ensinamentos e motivações que me levaram a chegar esta meta. Sem vocês era impossível concretizar este sonho, fizeram parte da minha vida, grato para sempre!

Agradeço também profundamente aos serviços administrativos da ESEC, na pessoa da Dra. Maria de Fátima Joaquina Ramos (Dona Fátima), que me acolheu desde o primeiro dia na universidade e agilizou, junto dos Serviços da Ação Social, para que eu conseguisse um quarto na residência universitária, os seus apoios durante este curso foram valorosos.

Aos professores de liceu em estudo “nha obrigado, sin abós nkana tchiga ba li, Deus ki na paga bós”.

Aos colegas de turma da comunidade portuguesa, muito obrigado pelo apoio e partilha, e aos meus conterrâneos guineenses (Alberto Na Curva, Martins Paulo Nathan, Cisário Gomes da Silva, Jidor António Gomes, Babek Carlitos da Silva e Silvano Alqueia Nantote), por tudo o que partilhamos e vivemos nesta casa.

A todos, meu muito obrigado!

## Resumo

A presente investigação tem por tema as políticas educativas guineenses, especificamente as políticas educativas na Guiné-Bissau, acesso à educação e sucesso escolar, um estudo de caso no liceu Padre António Grillo-Bambadinca, realizado no âmbito de mestrado em Gestão e Administração Escolar da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

No quadro teórico do estudo realça-se o percurso político da República da Guiné-Bissau, após a proclamação da independência, a base legislativa do sistema educativo guineense, bem como um olhar sobre as questões relacionadas com o acesso e o sucesso escolar no contexto educativo, com enfoque particular na realidade guineense.

A investigação tem como objetivo geral conhecer e analisar as políticas educativas na Guiné-Bissau e o seu contributo para o acesso e o sucesso escolar na perspetiva de professores com experiência educativa no liceu em estudo. Procura-se, por meio dos testemunhos dos professores participantes, indagar sobre o tema das políticas educativas e do acesso e sucesso escolar, na realidade guineense, através uma metodologia qualitativa no paradigma interpretativo. Para inquirição dos respondentes recorreu-se a uma entrevista estruturada com questões abertas, respondida por escrito.

Após a análise dos dados conclui-se que, devido ao sucessivo incumprimento e adiamento da efetivação das políticas educativas, motivada por constantes crises políticas e institucionais, o acesso à educação não é universal e o sucesso escolar é deficitário, prevalecendo mais o insucesso entre as crianças e jovens guineenses. Os resultados evidenciam também o contributo das organizações internacionais no acesso e na promoção do sucesso escolar.

**Palavras-chave:** Políticas educativas, acesso à educação, sucesso escolar, Guiné-Bissau.

## **Abstract**

The subject of this research is Guinean education policies, specifically education policies in Guinea-Bissau, access to education and school success, a case study at the high school Padre António Grillo-Bambadinca, as part of the master's programme in School Management and Administration at the School of Education and Communication of the University of the Algarve.

The theoretical framework of the study emphasises the political course of the Republic of Guinea-Bissau, after the proclamation of independence, the legislative basis of the Guinean education system, as well as a look at issues related to school access and success in the educational context, with a particular focus on the Guinean reality.

The general aim of the research is to learn about and analyse educational policies in Guinea-Bissau and their contribution to school access and success from the perspective of teachers with educational experience at the high school under study. Through the testimonies of the participating teachers, the aim is to investigate the issue of educational policies and school access and success in Guinea-Bissau, using a qualitative methodology in the interpretative paradigm. The respondents were questioned using a structured interview with open questions, answered in writing.

After analysing the data, it can be concluded that, due to the failure to comply with and postponement of the implementation of educational policies, motivated by constant political and institutional crises, access to education is not universal and school success is poor, with failure being more prevalent among Guinean children and young people. The results also highlight the contribution of international organisations to access and the promotion of school success.

**Keywords:** Educational policies, access to education, school success, Guinea-Bissau.

## **Lista de Abreviaturas**

SE – Sistema Educativo

PAIGC – Partido Africano Para Independência de Guiné e Cabo-Verde

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PRS – Partido da Renovação Social

MADEM G15 – Movimento para Alternância Democrática Grupo dos 15

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL – Ministério da Educação Nacional

OGE – Orçamento Geral do Estado

EBE – Ensino Básico Elementar

EBC – Ensino Básico Complementar

EBU – Ensino Básico Unificado

PR – Presidente da República

PM – Primeiro-ministro

PAI Terra-Ranka – Plataforma de Aliança Inclusiva Terra-Ranka

PTG – Partido dos Trabalhadores Guineenses

APU-PDGB – Assembleia de Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

UNICEF – Fundo das nações Unidas para a Infância

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PAM – Programa Alimentar Mundial

UNFPA – Fundo da População das Nações Unidas

UNICEF – Funda das Nações Unidas Para a Infância

FEC – Fundação Fé e Cooperação

## Índice

Dedicatória .....	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
Abstract .....	vii
Lista de Abreviaturas.....	viii
Índice de Tabelas .....	xi
Introdução.....	1
<b>Capítulo I - Contextualização Política .....</b>	<b>4</b>
Primeiros Anos de Independência .....	4
Multipartidarismo na Guiné-Bissau .....	6
<b>Capítulo II – Política Educativa na Guiné-Bissau .....</b>	<b>12</b>
Definição de Política .....	12
Política Educativa.....	13
As Principais Políticas Educativas na Guiné-Bissau desde 2010.....	16
O Sistema de Ensino Guineense – Lei de Base do Sistema Educativo .....	20
<b>Capítulo III- Programa Setorial de Educação .....</b>	<b>38</b>
Programa Setorial de Educação da Guiné-Bissau .....	38
Acesso e Equidade.....	39
Qualidade Educativa.....	43
Monitorização e Governança.....	46
XI Legislatura do Governo da Guiné-Bissau .....	47
<b>Capítulo IV- Sucesso Escolar.....</b>	<b>51</b>
Conceito de Sucesso Escolar.....	51
Fatores que influenciam o Sucesso Escolar.....	52
Contributo das Organizações Internacionais na Guiné-Bissau.....	55
O Insucesso Escolar na Guiné-Bissau .....	59
<b>Capítulo V – Enquadramento Metodológico .....</b>	<b>61</b>
Natureza da Investigação.....	61
Questões e Objetivos de Investigação .....	64
Participantes .....	66
Instrumentos de Recolha de Dados .....	67
Análise dos Dados .....	71

Procedimentos Éticos .....	71
<b>Capítulo VI- Análise e Discussão dos Dados .....</b>	<b>73</b>
Liceu Padre António Grillo-Bambadinca .....	73
Políticas Educativas.....	76
Acesso à Educação .....	79
Sucesso Escolar .....	85
<b>Conclusões .....</b>	<b>90</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>94</b>
Índice de Apêndices.....	100

## Índice de Tabelas

Tabela 2.1. Progressão na Carreira Docente na Guiné-Bissau .....	29
Tabela 2.2. Subsídios de Isolamento e de Giz .....	29
Tabela 5.1. Características dos participantes do Liceu Padre António Grillo-Bambadinca .....	67
Tabela 5.2. Entrevista ao diretor e aos professores do Liceu Padre António Grillo- Bambadinca .....	69
Tabela 6.1. Repartição dos estudantes por níveis escolares e sexo .....	75

## **Introdução**

A política educativa é uma das partes da política pública geral, com o objetivo de responder às exigências e necessidades da sociedade em termos de futuro (Furtado, 2005). Uma verdadeira política educativa é aquela que garante a distribuição da rede escolar a nível do país, que possibilite a maior oportunidade de acesso à educação, sucesso escolar, formação inicial e contínua dos professores, de modo a garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem e o desenvolvimento do país. As políticas educativas definem as principais diretrizes que regem o sistema educativo de um país, tendo, por isso, um impacto muito importante no trabalho das escolas, das suas equipas de gestão e dos professores.

Na Guiné-Bissau, várias reformas foram empreendidas no sistema educativo para melhorar a qualidade e a eficácia do ensino e da aprendizagem. A maior reforma foi conseguida com aprovação da Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE), no ano 2010, isto é, trinta e sete (37) anos após a proclamação unilateral da independência contra o regime colonial português, com o objetivo de “definir o enquadramento geral do sistema educativo guineense” (LBSE, 2010). Um ano depois, em 2011, foi aprovado também o Estatuto da Carreira Docente (ECD), que visa definir “os direitos e deveres, a estrutura de cargos, progressão e remunerações, o regime disciplinar e os demais regimes especiais do ingresso e aposentação do pessoal docente” (Lei n.º 6/2018, 2018, p. 1).

Com a existência destas leis, as orientações educativas passaram a se desenvolver nos seus limites legais, mas, importa salientar que a Guiné-Bissau tem enfrentado, ao longo dos tempos, a instabilidade política e institucional, que tem afetado todos os setores sociais, principalmente a educação, originando a fragilidade das instituições educativas, a falta de recursos humanos em quantidade e qualidade, a falta de financiamento e o incumprimento das leis educativas.

Como professor e tendo vivenciado a constante disfuncionalidade do sistema educativo, o que tem provocado a desigualdade de acesso ao ensino, comprometendo o sucesso académico dos alunos, decidi aprofundar o tema do acesso e do sucesso a partir da seguinte questão geral de investigação:

Qual é o impacto do desenho das políticas educativas na promoção do acesso e do sucesso escolar nos liceus guineenses?

Para dar resposta ao problema em estudo definiu-se como objetivo geral: conhecer e analisar as políticas educativas na Guiné-Bissau e o seu contributo para o acesso e o sucesso escolar na perspetiva do diretor e de professores com experiência educativa de um liceu guineense. De forma a perceber mais sobre o tema em questão, foram delineados três objetivos específicos: perceber, através dos professores participantes, o contexto da implementação das políticas educativas; considerar a opinião dos professores participantes sobre a problemática do acesso à educação e identificar as estratégias que promovem o sucesso escolar.

Decorrentes destes pressupostos, a presente dissertação insere-se no mestrado em Gestão e Administração Escolar e traduz-se no estudo sobre as Políticas Educativas na Guiné-Bissau, Acesso à Educação e Sucesso Escolar: Um Estudo de Caso no Liceu Padre António Grillo-Bambadinca.

O trabalho está estruturado, para além desta introdução, em seis capítulos, uma conclusão e as referências bibliográficas e apêndices. No primeiro capítulo apresenta a contextualização da situação política da Guiné-Bissau desde a proclamação unilateral da independência (1973) até 2024. O segundo capítulo aborda as principais políticas educativas na Guiné-Bissau, desde 2010 até à atualidade, que é o período delimitado da investigação. No terceiro capítulo apresenta-se o Programa Setorial de Educação (PSE), um documento elaborado pelo Ministério da Educação Nacional, inspirado na Lei de Base do Sistema Educativo. O quarto capítulo incide sobre o sucesso escolar, onde apresentamos os conceitos e as teorias, realçando o contributo das organizações internacionais no processo de ensino e de aprendizagem na Guiné-Bissau e os fatores que influenciam o sucesso e o insucesso académico dos alunos. O quinto capítulo reporta-se à metodologia da investigação, onde se enuncia as questões de investigação, a natureza da pesquisa qualitativa, os participantes e a explicitação dos métodos de recolha e análise dos dados, bem como os procedimentos éticos. No sexto capítulo apresenta-se uma breve caracterização da instituição educativa em estudo e exhibe-se a análise e discussão dos resultados tendo presente as categorias de análise, políticas educativas, acesso à educação e sucesso escolar.

Nas conclusões, procuramos responder à questão de partida, apontar as limitações e dificuldades da investigação e perspetivar novos estudos.

## **Capítulo I - Contextualização Política**

Neste capítulo apresenta-se a evolução política da Guiné-Bissau, após a independência, nos períodos de partido único e de multipartidarismo, tendo em atenção a instabilidade governativa e as sucessivas alterações dos principais dirigentes do país.

### **Primeiros Anos de Independência**

Fazendo uma contextualização sobre o passado histórico da Guiné-Bissau, pode-se dizer que é um país que se caracteriza por uma constante instabilidade política, desde a proclamação da sua independência, que ocorreu no dia 24 de setembro de 1973. Segundo Sangreman et al. (2006), os conflitos fazem parte integrante da história atual da Guiné-Bissau, quer de resistência contra o jugo colonial português, assim como as lutas internas nos diferentes contextos políticos pelo poder.

Pretende-se, nesta fase do estudo, evidenciar a situação política do país, uma vez que é o setor social responsável pela instabilidade e o atraso do país e do sistema educativo. Percebendo esta relação será mais fácil compreender o enquadramento das políticas educativas e o seu impacto no desenvolvimento do sistema de ensino.

Antes da proclamação da independência, a figura principal que conduziu a guerra para a libertação nacional, Amílcar Cabral, foi assassinada por Inocêncio Kani, comandante naval do PAIGC<sup>1</sup>, no dia 20 de janeiro de 1973, em Conakry, o país vizinho da Guiné-Bissau. Sangreman et al. (2006) consideraram as causas do assassinato do pai da nacionalidade guineense como um mistério, pois não se sabe, até aos dias de hoje, quem o mandou matar e porque o fez. Levantaram-se três hipóteses sobre a sua morte: Terá sido um grupo de guineenses que não aceitavam a liderança cabo-verdeana? Qual é o papel do presidente da Guiné-Conakry (Séko

---

<sup>1</sup> PAIGC: Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-verde, fundado no dia 19 de setembro de 1956 por Amílcar Cabral e mais outros compatriotas: Aristides Pereira, Elisée Turpin, Abílio Duarte, Júlio de Almeida e Fernando Fortes (Garcia, 2000, citado por, Monteiro, 2017, p. 234).

Touré), que não via a projeção internacional de Amílcar Cabral com bons olhos? Será que foi a PIDE<sup>2</sup> que se infiltrara na direção do partido?

Após sua morte, o seu irmão Luís Cabral, assumiu a presidência do país sendo caracterizado como

um líder de pouca autoridade ou carisma em comparação com o seu irmão e de uma liderança medíocre. O seu mandato foi manchado pela represália contra os colaboradores das colónias da época da guerra de libertação e verificam-se sérios problemas no seio do governo (Macqueen, 2005, pp. 42-43).

A situação económica do país na altura era muito má, havendo uma diferença do nível de vida entre os políticos (vivendo em luxo) e a população (desprovidos dos bens necessários), notava-se que o governo era incapaz de resolver a situação em que o país tinha mergulhado.

Sangreman et al. (2006) referem que, após a independência, havia uma crise constante no seio do PAIGC, com esse clima de instabilidade no interior do partido, surgiu o movimento reajustador liderado pelo então Comissário Principal (o cargo equiparado hoje com o primeiro-ministro) João Bernardo Vieira “Nino”, que no dia 14 de novembro de 1980, deu o primeiro golpe de Estado ao presidente Luís Cabral.

De entre as razões invocadas por alguns autores pelo descontentamento de Nino Viera estas relacionaram-se com a:

introdução de patentes militares no seio das Forças Armadas, em 1979. Os antigos combatentes sentiam uma profunda injustiça perante o sistema de cotas, que permitia promover jovens cabo-verdianos recém-chegados de

---

<sup>2</sup> PIDE: Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

Portugal ou de Cabo-Verde e sem nenhuma legitimidade militar a comandarem os verdadeiros combatentes da liberdade da pátria. Quanto a Nino Vieira, considerou não ter sido promovido de forma justa, tendo em conta o seu passado na luta de libertação, acabando por reagir de uma forma que os juristas qualificam como de legítima defesa (Sangreman et al., 2006, pp. 13-14)”.

Com o golpe, a Assembleia Nacional foi dissolvida, e o golpista assumiu o cargo do presidente do Conselho de Revolução. Uma vez no poder, começou por afastar os cabo-verdianos da liderança e a partir desse momento a relação política dos dois países começou a enfraquecer, o que levou à desvinculação dos cabo-verdianos do partido, fundando em Cabo-verde o PAICV.<sup>3</sup> O regime do partido único vigorou no país até a abertura democrática anunciada pelo presidente Nino Viera, no II congresso extraordinário do PAIGC, o que originou a alteração da Constituição da República, permitindo o pluralismo das ideias, liberdade de expressão, reuniões e sindicatos<sup>4</sup>.

### **Multipartidarismo na Guiné-Bissau**

Para Có (2017), a abertura política ao multipartidarismo foi um avanço muito importante para o país, pois a criação de organizações não governamentais (ONGs) e de novos partidos, permitiu que houvesse a liberdade de expressão, que até aquela altura não era permitido devido ao regime do partido único, controlado pelo PAIGC. O país necessitava das conquistas democráticas no que tange aos direitos fundamentais e a compreensão do Estado como um bem comum.

---

<sup>3</sup> PAICV: Partido Africano para Independência de Cabo Verde, fundado em janeiro de 1981, após o golpe do Estado de 14 de novembro de 1980, na Guiné-Bissau.

<sup>4</sup> Nesta revisão constitucional foi abolido o artigo n.º 4, o qual consagrava o PAIGC como força política dirigente da sociedade e do Estado. A nova Constituição entrou em vigor a 9 de maio de 1991 (Costa & Falé, 1992, citados por Sangreman et al. 2006, p. 14).

Apesar da abertura política, em 1990 e até as primeiras eleições gerais pluripartidárias em 1994, ganhas pelo PAIGC, o governo dos libertadores foi caracterizado, a nível interno e externo, pela corrupção com sucessivas crises económicas. Mesmo com o novo regime político, o país continuou longe do sentido verdadeiro da democracia, os recursos que o Estado dispunha não eram usados devidamente para suprir a má situação económica da população. Segundo Djaló (2020), “após três anos e onze meses do seu mandato, as falhas das fases da transição política e de abuso de poder deste partido, sobretudo, do presidente Nino Vieira, resultou numa guerra civil em 7 de junho de 1998” (p. 19).

Entende-se que as razões desse conflito militar se devem ao impasse político que o governo não estaria capacitado para solucionar, a guerra de palavras, a situação dos militares que não foi solucionado no VI congresso do PAIGC, o tráfico ilegal de armas com os independentistas de Cassamassa<sup>5</sup>. Perante estas situações, o então general das forças-armadas, Brigadeiro Assumane Mané, é demitido das suas funções e um grosso número de militares, descontentes com a liderança do presidente, juntaram-se ao órgão autointitulado Junta Militar, sob comando de Mané, e desencadearam uma guerra civil que durou 11 meses e que culminou com a destituição do presidente e do governo (Sangreman et al., 2006).

Após o conflito, em 1999, foi realizada a segunda eleição democrática para restabelecer a ordem constitucional, o qual deu a vitória ao presidente Kumba Yalá e o seu Partido PRS<sup>6</sup>. A assunção dos renovadores ao poder constituía uma esperança para o povo guineense, pois o país experimentaria uma nova liderança. A expectativa do povo não correspondeu com a nova liderança pois esta foi marcada por uma constante substituição dos ministros, pela corrupção e por instabilidade dentro do próprio governo. Não tardou e o presidente Yalá foi destituído por um golpe de estado, conduzido pelo General Veríssimo Correia Seabra, no ano de 2003.

---

<sup>5</sup> Região do Senegal localizada ao sul da Gambia e a norte da Guiné-Bissau, cortada pelo rio Casamassa.

<sup>6</sup> PRS: Partido da Renovação Social, fundado em janeiro de 1992 por ex-presidente Dr. Kumba Yalá.

Com a vacatura na presidência e no governo era urgente a realização de novas eleições, que aconteceram em 2004. A escolha do novo governo constitucional favoreceu de novo o PAIGC e Carlos Gomes Júnior foi nomeado como Primeiro-Ministro (segundo estatuto do PAIGC, caso vença a eleição legislativa, o presidente do partido será indigitado para liderar o governo) e assim os libertadores voltaram ao poder após quatro anos na oposição. No ano de 2005, houve nova eleição, desta vez para o cargo do Presidente da República e Nino Viera, que estava exilado em Portugal devido à revolta militar de 1998 contra o seu regime, voltou ao país e concorreu tendo sido o grande vencedor. Após o primeiro ano do seu mandato, derrubou o governo de Carlos Gomes Júnior, alegando mau relacionamento entre eles (Djaló, 2020).

Segundo Djaló (2020), com o governo de Carlos Gomes Júnior derrubado, era necessário organizar as novas eleições para formar o novo governo. Assim, em 2008, realizaram-se novas eleições legislativas e o PAIGC voltou a ganhar de novo, formando o governo sob liderança de Carlos Gomes Júnior (Cadogo), que entrou em funções em 2009. No dia um de março de 2009, o Presidente da República, João Bernaldo Viera “Nino”, foi assassinado e no dia seguinte, dois de março, o general das forças armadas, Tagme Na Wai, foi igualmente assassinado.

Pelo motivo do assassinato dessas figuras políticas, os guineenses foram chamados novamente às urnas para eleger o Presidente, nesse mesmo ano (2009). Essas eleições foram vencidas pelo candidato apoiado pelo PAIGC, Malam Bacai Sanha, que por motivos de saúde faleceu em janeiro de 2012, na França. No dia 12 de abril de 2012 aconteceu o golpe do Estado contra o regime de Carlos Gomes Júnior, liderado pelo então chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, António Injai.

Após esse golpe, o país mergulhou numa profunda crise política e institucional, o que resultou no desvio de fundos. De acordo com Carvalho (2021):

a ordem constitucional só foi reposta com as duplas eleições de maio de 2014, sendo eleito presidente José Mário Vaz e tendo o PAIGC confirmado a sua liderança com 48% dos votos expressos e 57 dos 102 assentos

parlamentares. Foi iniciado um processo de negociação que garantiu o apoio da UE a uma reforma estrutural do setor económico no país, a qual nunca chegou a ser implementada devido à crise política de 2015 (p. 62).

O povo tinha esperança nessas duas personalidades políticas, todos oriundos do PAIGC, crendo que a ordem institucional poderia ser restabelecida, esperança essa que acabou por ser adiada, devido ao ressurgimento do clima de instabilidade entre o Presidente e o Primeiro-Ministro. O mau relacionamento entre eles levou o país a uma crise institucional, comprometendo a eficácia na governação. O desentendimento entre os dois governantes resultou na deposição do Primeiro-Ministro, Domingos Simões Pereira, pelo então Presidente José Mário Vaz, no dia 12 de agosto de 2015, apesar de ter afirmado, durante a campanha eleitoral, numa comunicação à nação, que nunca derrubaria o governo das cores do seu partido.

As razões que sustentaram a sua decisão foram: nepotismo, corrupção e peculato. Durante o seu mandato, de “2014 a 2019, o presidente nomeou seis chefes de governo: Domingos Simões Pereira, Baciro Djá, Umaro Cissoko Embaló (atual PR), Carlos Correia, Artur Silva (que não conseguiu formar governo) e, na sequência do acordo de Conacry, nomeou Aristides Gomes” (Carvalho, 2021 p. 62). Importa referir que, desde a abertura democrática foi o único presidente que terminou o período do seu mandato (5 anos).

A crise vivida, neste período, originou uma rotura no seio dos libertadores que culminou com a expulsão de um grupo de quinze deputados do PAIGC, por estes se absterem de votar a favor do programa do governo de Carlos Correia. Estes deputados que se recusaram votar o programa do seu partido (PAIGC) formaram um movimento político intitulado Movimento para a Alternância Democrática Grupo dos 15 (MADEM G15).

Devido à incapacidade do Presidente para solucionar a crise vigente, foi solicitada mediação internacional, principalmente da CEDEAO, que durante as mediações, em 2018, impôs o Primeiro-Ministro Aristides Gomes para criar um governo de gestão com a finalidade de organizar as eleições de X legislativa. Este conseguiu organizar as eleições gerais em que o PAIGC ganhou com a maioria relativa (47

deputados) contra os 27 deputados do recém-formado movimento político MADEM G-15. Em relação ao pleito presidencial, o candidato apoiado pelo MADEM G-15, Umaro Sissoko Embaló, conseguiu na segunda volta derrotar o Eng. Domingos Simões Pereira, apoiado pelo PAIGC (Nanque, 2022).

O candidato derrotado não aceitou os resultados leitorais, tendo metido no STJ um recurso pedindo a impugnação dos resultados, alegando fraude eleitoral, mas sem sucesso. Com o novo impasse, o declarado vencedor não perdeu tempo e organizou a cerimónia de empossamento no dia 27 de fevereiro de 2020, empossado pelo presidente cessante José Mário Vaz, quando ainda decorria um contencioso eleitoral no STJ.

O seu mandato foi marcado por constantes ataques políticos, que se caracterizaram pela ameaça à liberdade de imprensa, que pode ser constatado com o assalto e destruição da estação emissora Radio Capital FM. Com esse cenário, o sindicato dos jornalistas, decretou no dia 06/08/2020 o “Dia de Silêncio”, quer dizer sem a difusão de informação. O espancamento e rapto dos cidadãos e sucessivas viagens ao estrangeiro fazem parte das características do seu mandato. No dia 01 de fevereiro de 2022, um grupo de homens atacaram o palácio de governo onde decorria o Conselho de Ministros com a presença do Presidente da República e primeiro-ministro Nuno Gomes Nabiam, que provocou oito mortos. O Presidente da República considerou esse ataque com uma tentativa de golpe do Estado.

O Presidente da República, à semelhança de anteriores presidentes, destituiu a ANP, no dia 18 de maio de 2022, justificando que os deputados estão a transformar a ANP como um espaço de guerrilha e de conspiração. A ANP recusou de forma sistemática o controlo das suas contas pelo Tribunal das Contas e marcou as eleições para o dia 18 de dezembro de 2022 (Decreto presidencial n.º 24/2022). A eleição marcada não teve lugar nesta data e foi adiada para o dia 04/06/2023, sendo que a coligação PAI Terra-Ranka, liderado pelo presidente do PAIGC, ganhou o pleito com 54 deputados, contra os 29 de MADEM G-15, 12 do PRS, 6 do PTG de Botche Candé e apenas 1 do APU-PDGB, liderado por Nuno Gomes Nabiam.

A coligação PAI Terra-Ranka, como vencedora da eleição, formou o governo, mas não tardou para ver o seu governo derrubado. Uma nova crise instalou-se no país

à volta de seis bilhões de FCFA, um banco comercial na capital Bissau concedeu o crédito nesse valor ao governo para pagar a dívida a onze empresários. O ministro das finanças Suleimane Seide foi ouvido no parlamento e admitiu ter emprestado o dinheiro para pagar os empresários, confirmou ainda que o ato foi legal e que muitos governos têm feito. O Movimento para Alternância Democrática (Madem-G15), principal partido da oposição, considera as explicações do ministro como sendo admissão de ato criminoso, nomeadamente prevaricação e desrespeito às normas orçamentais, pelo que deve deixar o seu cargo no Governo.

O ministro Suleimane Seide e secretário de Estado de tesouro António Monteiro foram ouvidos no ministério público, após a audição, ficaram em prisão preventiva e foram conduzidos às celas da polícia judiciária. No dia 1 de dezembro de 2023, um comandante de guarda nacional soltou os governantes da prisão e as forças republicanas reconduziram os reclusos de novo às celas, ato que resultou na troca de tiros.

O presidente da república considerou o ato, entre forças de segurança, como um golpe de Estado. O Conselho de Estado dissolveu o parlamento no dia 4 de dezembro de 2023, sem que a constituição da república o permita fazer, citando o artigo 94.º número 1 da constituição da república que diz “ANP não pode ser dissolvida nos 12 meses posteriores à eleição, no último semestre do mandato do presidente da República ou durante a vigência do estado de sítio ou de emergência”, justificando a decisão com grave crise institucional. Lembra-se que a ANP foi eleita a 4 de junho de 2023 e foi dissolvida em 4 dezembro de 2023.

## **Capítulo II – Política Educativa na Guiné-Bissau**

Neste capítulo apresenta-se algumas notas sobre a definição de política e de política educativa, tendo por contexto o caso guineense no período subsequente à publicação da lei de bases do sistema educativo.

### **Definição de Política**

Para melhor compreender o conceito de políticas educativas, achamos importante esclarecer alguns elementos essenciais sobre a política, uma vez que, as políticas educativas fazem parte das políticas públicas duma nação. Segundo Furtado (2005), “para que haja política é pertinente existir valores comuns, compromissos sociais que possam promover ações políticas, para ele, a política é uma ação que congrega todos, para permitir o intercâmbio das ideias com vista a melhor orientação da sociedade humana” (p. 61).

Chiavenato (2000) afirmou que a política é a orientação geral para uma determinada ação. Ela limita os propósitos comuns e estabelece as linhas a seguir, assim como os limites para a ação dos indivíduos com a responsabilidade pela implementação dos planos.

Chiavenato (2000) afirma ainda que, uma política simplesmente cria as linhas-mestras ou fronteiras dentro das quais as decisões subsequentes devem ser tomadas. Seu propósito não é de obter absoluta uniformidade de ação, mas de guiar as pessoas que devem desenvolver outros tipos de planos, a fim de que elas possam conhecer quando fazer adaptações às práticas usuais e quando não o fazer. A política pode ser vista como a atitude que se adota numa situação de conflito ou de problema, ou seja, são as regras que orientam as nossas ações, onde a sua implementação pode gerar o sucesso ou fracasso.

De acordo com Taylor et al. (1997), referidos por Mucopela (2016), a política é o conjunto de ações, que podem ser claras ou obscuras, a seguir na resolução duma situação considerada de grande importância. Concluíram dizendo que a política ajuda a orientar um grupo ou uma sociedade para a consecução dos objetivos preconizados. Uma sociedade bem organizada é aquela que estabelece os

princípios da convivência social, que possam guiar as suas ações nos limites estabelecido e respeitando-os.

Por sua vez, Albuquerque (2011) definiu a política como o processo pelo qual um grupo de pessoas chegam às decisões coletivas, que, de algum modo, vinculam esse mesmo grupo, a decisão é vista como elemento essencial da atividade política. A política, é o conjunto das decisões tomadas num determinado campo da esfera social.

### **Política Educativa**

Com o mundo em constante evolução, há necessidade de formar cidadãos capazes de corresponder a essas transformações, o que só é possível com uma educação de qualidade e bem planeada. O tema das políticas educativas, tem vindo a interessar vários autores preocupados com a situação do ensino nesta fase de globalização. Furtado (2005) argumenta que o conceito da política educativa é complexo, porque, de vez em quando, surgem no seu campo de estudo novos elementos e os seus conteúdos estão em constante transformação.

Se afirmamos que as políticas públicas é tudo o que um governo faz, ou não, em relação às demandas da sociedade, pode-se concluir que as políticas educacionais dizem respeito às decisões que um governo toma no campo da educação. Entende-se que, as políticas educativas são as instruções, decisões e ações que o Estado toma na área de educação, com o intuito de promover a educação formal (que se obtém nos estabelecimentos educativos), e que as mesmas estejam em condição de oferecer, avaliar e certificar a conclusão do processo de ensino.

Recorda-se que as políticas educativas, além das diretrizes, normas e obrigatoriedade, devem garantir o acesso e qualidade do ensino (Pires, 2005). Segundo o autor, nos países capitalistas, as políticas educativas consideram-se: políticas públicas, sociais e económicas. São públicas porque o seu desenho e implementação é da responsabilidade do governo, com a participação de entidades não governamentais a fim de alcançar os objetivos que a sociedade não alcançaria se não por intervenção do Estado; sociais, desde que a sua concretização tenha a finalidade de alavancar os setores sociais, que melhoram o bem-estar dos seus membros; e, por fim, são políticas económicas, pois os resultados de qualquer

política educacional, afetam as condições laborais e de produção, atingindo a produtividade e renda dos indivíduos.

A educação é um conceito muito amplo para se abordar apenas nas políticas educacionais, sendo que as políticas públicas educacionais são direcionadas especificamente à educação formal (escolar). Tecemos estas considerações, pois a educação transcende os estabelecimentos escolares e a educação formal, pois tudo o que aprendemos na sociedade (na família, na igreja, no trabalho, na rua, no teatro, etc.) é o fruto da educação. A educação torna-se escolar só quando é possível a sua delimitação através dum sistema que corresponde às políticas educativas.

É importante que exista um ambiente próprio do fazer educacional que é a escola, que funciona em colaboração com a comunidade educativa. As políticas educacionais correspondem às deliberações dos executivos para a educação. Essas decisões referem-se a: construção de infraestruturas escolares, contratação dos docentes, carreira e dignificação dos profissionais, atualização curricular, gestão escolar entre outras (Oliveira, 2021).

Seja de que forma as políticas educativas são denominadas e apresentadas, no que respeita às reformas, inovações, mudanças, revisões assim como a sua melhoria, estas são construções complexas que integram uma variedade de ideias e perspectivas de índole filosófica, ideológica, económica e social (Varela, 2020).

As políticas educativas, em todos os países estão em constante alteração, uma vez que as necessidades da sociedade são um processo em constante mudança, o que faz com que a sua longevidade seja curta. As decisões a tomar na área educativa sofrem influência dos fatores políticos, ideológicos e partidários. Salienta-se que as políticas educativas podem mudar, mesmo que não ocorram mudanças políticas porque estão sujeitas a outros fatores de muita importância, tais como:

- Fatores demográficos: compreendem ao aumento da taxa de natalidade, êxodo rural, aumento de correntes migratórias, etc., a eclosão desses fatores influencia automaticamente as políticas educativas, que devem dar respostas a essas necessidades;

- Fatores económicos: questões relacionadas com o financiamento do setor educativo ou pode-se fazer esses questionários: os diferentes ciclos económicos afetam as políticas educativas? elas devem responder às demandas do emprego?
- Fatores sociais: educação e igualdade de oportunidades, incidência de transformações familiares na educação, educação e democracia;
- Fatores científicos e culturais: as novas tecnologias e cultura de massa, explosão de informação e conhecimento; e
- Fatores propriamente educativos: as escolas da atualidade não podem ser deixadas exclusivamente nas mãos dos gestores do estabelecimento escolar (Colom 1988, citado por Fernández 1999, pp. 29-30).

### **Avaliação da Política Educativa**

Uma vez que a educação é tida, nas sociedades modernas e contemporâneas, como absolutamente necessária, tanto para as relações profissionais baseadas em um mínimo de conhecimento técnico (ler, escrever, fazer contas, etc.), como para as relações políticas pautadas em visões de mundo, cuja conformação depende de um grau de elaboração que exige estudo, impõe-se a necessidade de que ela seja formalizada, institucionalizada, pois do contrário ficaria ao sabor das vontades individuais, na maioria dos casos insuficientemente dotadas dos recursos necessários para dedicar-se ao requerido a fim de obter a educação considerada requisito para a configuração da "boa sociedade" (Pires, 2005).

Sendo a política educacional a visão daqueles que a definem é possível criticar as diretrizes e ações propostas nos dois campos: político-ideológico e técnico-operacional. No que tange à crítica no campo técnico-operacional, é quando a política é vista como inconsistente, inadequada, insuficiente ou impraticável, mostrando a incapacidade de concretizar as finalidades para que foram elaboradas, quando avaliado do ponto de vista político-ideológico.

Pires (2005) defende que a política educativa pode ser avaliada em três perspetivas diferentes: enquanto política pública, social e económica.

Enquanto política pública, é fundamental verificar três coisas: (i) se ela tem um carácter público (quer dizer que, os objetivos e alcance das políticas devem atingir toda a comunidade sem exceção); (ii) se é elaborada segundo a constituição da república, ou seja, se respeita os mecanismos da decisão pública e (iii) se o governo direciona os meios existentes para o alcance dos objetivos previstos pela política. Durante a avaliação da política, se um desses elementos for negativo a política educativa deixa de ser a política pública.

A avaliação da política educacional no campo social, refere-se à análise dos programas e ações dos governantes, e se estas conseguem melhorar a condição de vida da população e, por fim, é possível avaliar a política educacional através dos seus efeitos económicos, no que refere a sua eficácia. Para a avaliação da política nessa área, pode-se fazer a seguinte pergunta: o financiamento disponibilizado para a educação, permite a elevada produção ou contribui para elevada competitividade dos indivíduos, das empresas e do próprio país? O investimento na educação deve ser feito atendendo à questão enunciada (Pires, 2005).

### **As Principais Políticas Educativas na Guiné-Bissau desde 2010**

A legislação consiste no estabelecimento de normas que organizam a vida do homem em convivência com os outros, ou seja, é uma estrutura de comportamentos solidificados em normas, que se estabelecem como modelos de condutas para organizar uma determinada sociedade. Se aplicarmos esse conceito à educação, podemos concluir que a legislação educativa é um sistema de normas imperativas que definem ou criam aquelas situações sociais concretas em que a política educativa pretende que se desenvolva a educação (Hoz & Rubio, 1986).

Segundo Sallán (1994), citado por Furtado (2005), as leis educativas expressam as fundamentais obrigações do qualquer sistema educativo e têm um carácter normativo, orientador e regulador da educação. Para o autor citado, as leis educativas fazem parte da “organização jurídica de um país, com uma certa relação com o direito constitucional, administrativo, laboral, civil e penal” (p. 208).

O Estado deve cumprir as normas educativas para proteger o direito à educação dos seus cidadãos. As leis educativas são de curta duração, devido às transformações que se verificam na sociedade e variam de acordo com o contexto social e com a própria política educativa do país. Importa dizer que a quantidade das legislações educativas não é a forma absoluta para avaliar o sistema educativo, mas é certo também que um sistema educativo não pode funcionar com um vazio ou grave insuficiência legislativa. Sendo o setor educativo influenciado por vários fatores, entre os quais: as pressões sobre o sistema educativo, a diversidade de pessoas que atuam no setor educativo, o jogo de interesse que a educação apresenta, estes obrigam a uma legislação adequada para garantir qualidade no sistema educativo (Furtado, 2005).

O sistema do ensino guineense carecia de uma legislação para regular a educação, e por este motivo, na década de 2010 foi aprovada a primeira Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE), para colmatar o vazio legislativo até então. Em 2011 foi elaborado o Estatuto de Carreira Docente (ECD) e em 2017 o governo, através do seu programa “Terra Ranka”, criou o Programa Setorial de Educação (PSE). Esses documentos serviram de referenciais da nossa pesquisa, por serem os documentos oficiais elaborados no período que corresponde ao presente estudo.

### **Lei De Base Do Sistema Educativo**

A primeira Lei de Bases do Sistema Educativo guineense (Lei n.º 4/2011) “aprovada a 21 de maio de 2010 na Assembleia Nacional Popular e promulgada a 26 de março de 2011, estabelece um quadro de referência geral para a organização, orientação, regulação e desenvolvimento da política educativa nacional” (Lopes, 2014, p. 111).

Até 2011, o país não dispunha de uma lei que orientasse as políticas educativas, e com a sua aprovação a ação educativa passou a orientar-se de acordo com as suas diretivas. Essa Lei visa definir o enquadramento geral do Sistema Educativo guineense.

No seu capítulo I, o artigo 1.º (âmbitos e princípios), delibera que o sistema educativo é entendido como sendo o conjunto de todas as instituições vocacionadas para administrar o processo do ensino e de todos os meios disponibilizados para a sua dinamização como um direito fundamental. O âmbito

geográfico do sistema do ensino, abrange todo o território nacional, podendo ser alargado para o estrangeiro aos guineenses. A responsabilidade pela coordenação de todas as diretrizes educacionais em relação ao sistema educativo, é do Ministério de Educação Nacional (Lei n.º 4/2011).

O sistema educativo deve atender alguns objetivos específicos, que foram ilustrados no artigo 3.º (objetivos específicos), perspetivando que o sistema educativo deve:

- a) Garantir, em liberdade em consciência, a formação moral e cívica dos educandos;
- b) Assegurar uma adequada formação orientada para o trabalho, levando em conta a vocação, os interesses e a capacidade de cada um;
- c) Diversificar, desconcentrar e descentralizar as estruturas e atividades educativas, de modo a adaptá-las às realidades do país;
- d) Promover a participação de toda a população, designadamente alunos, pais e encarregados de educação, docentes e outros actores do processo de educação, da definição da política educativa e na administração escolar;
- e) Promover, no que concerne aos benefícios da educação, ciência e cultura, a correção das assimetrias locais;
- f) Garantir uma escolaridade de nova oportunidade a pessoas que não beneficiaram da escolaridade em tempo oportuno e àquelas que, por motivos profissionais e de elevação do nível cultural, pretendem entrar no sistema;
- g) Garantir a ambos os sexos a igualdade de oportunidades;
- h) Contribuir para a salvaguarda e aprofundamento do nosso diversificado património cultural (Lei n.º 4/2011).

De acordo com a lei, o sistema educativo guineense, está estruturado em educação não formal e educação formal, que desenvolveremos em maior detalhe mais à frente. No que toca a sua administração, o Ministério da Educação Nacional é a entidade responsável pela sua manutenção, devendo criar, executar, coordenar e

avaliar as políticas educativas, a sua ação no âmbito da estruturação das políticas educativas desenvolve-se a nível central e regional (Lei n.º 4/2011).

A legislação previu neste sentido que o desenho das políticas educativas devem ser capazes de promover a descentralização, alargando o governo das escolas para as regiões, por sua vez, a administração dos estabelecimentos educacionais devem basear-se nos princípios de democraticidade, na participação e racionalidade, enquanto que a administração dos estabelecimentos de ensino superior deve dirigir-se através do princípio da autonomia científica que se entende como capacidade de definir, programar e executar a investigação científica (Lei n.º 4/2011).

O capítulo V da Lei de Bases do Sistema Educativo apresentado os recursos e como esses devem ser racionalizados em prol do desenvolvimento eficaz e eficiente do Sistema de Ensino. Os recursos compreendem os humanos e os materiais. Os recursos humanos referem-se aos profissionais de educação.

No artigo 47.º é apresentado a carreira do profissional docente onde é evidente que, a remuneração dos professores e aqueles que na educação atuam, deve ser compatível com as suas habilitações literárias e a função que desempenham, o que quer dizer que, cada profissional de educação deve receber de acordo ao seu grau académico e os que exercem cargos de administração dos estabelecimentos devem ter um vencimento acrescido em função do cargo, sendo que a progressão na carreira depende de avaliação da prestação profissional. Para o exercício de docência é exigido a formação inicial para todos os professores e educadores, sendo-lhes proporcionado a formação contínua para complementar e atualizar a formação inicial, assim como melhorar constantemente o nível de prestação dos profissionais.

No que tange aos recursos materiais eles dividem-se em dois: (i) recursos educativos, que corresponde a todos os meios materiais direcionados para o exercício da prática educativa (manuais, bibliotecas e mediatecas, matérias para educação física, artística, laboratoriais e oficinais, informáticos e tecnológicos) e (ii) recursos financeiros, perante a elaboração do plano nacional para o desenvolvimento e o Orçamento Geral do Estado (OGE), a educação deve ser a

prioridade, o que mostra que o OGE, deve garantir uma verba capaz de materializar o processo educativo.

Foi deliberado no capítulo VI o enquadramento e avaliação do sistema educativo. A sua avaliação deve ser permanente em matéria dos recursos financeiros. São responsáveis pela avaliação do sistema educativo: a estatística de educação, a investigação em educação e inspeção escolar. No domínio da organização curricular, este deve atender a dimensão social, cognitiva e físico-motor. Os planos curriculares do ensino básico e secundário, devem proporcionar a formação sexual, sanitária, ambiental, pessoal e social (Lei n.º 4/2011).

No penúltimo capítulo, do ensino particular e cooperativo, foi demonstrado que este é uma extensão da liberdade de ensino e atribuí-lhe a relevância para a construção do sistema educativo, sendo que o seu estatuto de atuação deve ser objeto de legislação. Sendo este tipo de ensino administrado por pessoas singulares ou coletivas de caráter privado, a lei previu que, estes estabelecimentos, podem organizar os seus planos e currículos adaptando-os aos do ensino público. O Ministério de Educação Nacional, como entidade reguladora do sistema, pode por direito ordenar o encerramento dessas instituições no caso de não respeitarem as normas estabelecida na LBSE em vigor ou de outra legislação especial. Para o ensino superior, estes estabelecimentos serão reconhecidos pelo Ministério de Educação Nacional (Lei n.º 4/2011).

### **O Sistema de Ensino Guineense – Lei de Base do Sistema Educativo**

O termo sistema pode ser definido de várias maneiras, mas, de um modo geral, pode-se definir como um conjunto de diferentes elementos que se interrelacionam para a consecução de um determinado fim. Partindo desta definição, podemos dizer que o sistema educativo é o conjunto dos elementos vocacionados para a obtenção de um desenvolvimento sustentável e harmonioso dos indivíduos, permitindo o progresso da sociedade e a sua democratização (Silva, 1989).

O Sistema de Ensino guineense, segundo a LBSE, é “o conjunto de instituições e recursos disponibilizados à materialização da educação” (p. 2). É responsável pelo seu desenvolvimento nas entidades públicas e privadas, devendo ser capaz de atender às necessidades educativas de todo o território nacional, com a

possibilidade de alargá-lo para o estrangeiro, dando resposta à comunidade guineense radicada fora do país na busca de melhores condições de vida.

O Sistema de Ensino da Guiné-Bissau, está estruturada em dois tipos de educação a saber: educação formal e educação não formal.

- 1) A educação formal, compreende sequencialmente um conjunto de ensino desde o ensino pré-escolar, básico, secundário, técnico profissional e ensino superior. Integra-se, ainda, as atividades de ocupação de tempo livre.
- 2) A educação não formal, de acordo a LBSE guineense, é o tipo de educação com o caráter permanente e que alberga todas as ações educativas com o intuito de aumentar o conhecimento ou a potencialidade dos seus destinatários, em jeito de complemento da educação formal ou colmatar lacunas. Este tipo de educação pode decorrer em estruturas culturais dos sistemas escolares assim como em estruturas abertas, com o apoio de meios de comunicação social, rádio e televisão educativa e, também, da internet. A sua promoção, realização e apoio fica na responsabilidade do Estado e sociedade civil.

A área de atuação de educação formal abrange a alfabetização e educação de base dos adultos e jovens; a transformação e aperfeiçoamento de qualidade de prestação profissional; a educação dirigida para ocupação de tempos livres e a educação cívica (Lei n.º 4/2011).

### **Ensino Pré-Escolar**

O ensino pré-escolar é um sistema educativo livre que antecede a educação escolar, de caráter facultativo e de modo a complementar o meio familiar sendo destinada a crianças entre os três anos até a idade normal de ingresso no ensino básico (6 anos).

A implementação desse percurso escolar no Sistema de Ensino vem na sequência de: (i) estimular e aumentar a capacidade das crianças para um desenvolvimento equilibrado; (ii) integrar as crianças nos diferentes grupos sociais e incluí-las na evolução da sociedade; (iii) melhorar a qualidade de formação cívica e moral

incutindo nelas a liberdade e o sentido da responsabilidade; (iv) ajudar as crianças a terem os hábitos de higiene e de saúde para poderem cuidar das suas vidas no futuro; (v) proporcionar o sucesso das crianças no sistema no que refere à transposição da barreira linguística.

A educação pré-escolar é constituída por instituições de Estado e de pessoas singulares e coletivas, sendo essas públicas, privadas ou cooperativas. O Ministério da Educação Nacional é o responsável pela coordenação e pela fixação das regras gerais de funcionamento das políticas educativas. O funcionamento do ensino pré-escolar é feito nas unidades especificamente destinadas a esse tipo de ensino e nos espaços socioculturais, atendendo às realidades locais.

### **Ensino Básico**

O ensino básico na Guiné-Bissau, antes da Lei de Bases do Sistema Educativo, compreendia os seis (anos) de escolaridade, da 1ª à 6ª classe, com dois ciclos: ensino básico elementar (EBE), da 1ª à 4ª classe, e ensino básico complementar (EBC), da 5ª à 6ª classe (Nhassé, 2019).

Com aprovação da referida lei este ensino foi unificado e passou a ser chamado de Ensino Básico Unificado (EBU), com uma duração de nove anos, ou seja, de 1.º ano ao 9.º ano, subdividida em três ciclos distintos: 1.º, 2.º e 3.º ciclos.

O primeiro ciclo, abrange o 1.º ao 4.º ano de escolaridade, que se subdivide em duas fases principais: a primeira fase, refere-se ao 1.º e 2.º ano, enquanto a segunda fase compreende ao 3.º e 4.º ano, respetivamente. Pretende-se que os alunos nessas fases estejam instruídos com as competências básicas de leitura, escrita, expressões motoras, cálculo, plástica, música e dramática.

O segundo ciclo correspondente à terceira fase, que dá o acesso ao terceiro ciclo, e é constituído por dois anos de escolaridade (5.º e 6.º). O objetivo almejado neste ciclo, de acordo a LBSE (subsessão III artigo 15.º), é de proporcionar os alunos:

a formação pessoal e social que abrange a formação sexual e reprodutiva, educação sanitária, educação ambiental e do consumidor, a formação física e desportiva, de direitos humanos, cívica artística e musical, científica e

tecnológica e despertar nos alunos uma atitude crítica e criativa perante os dados recolhidos, assim como os permitir a continuar a formação (p. 7).

Segundo a Lei n.º 4 (2011), o ensino básico é universal, gratuito e obrigatório. Até ao sexto (6.º) ano, o ensino é totalmente gratuito. A gratuidade neste caso expressa-se na isenção de pagamento das taxas e emolumentos em relação às matrículas, frequência e certificação, assim como o uso gratuito dos manuais e livros didáticos. A partir do sétimo (7.º) ano a gratuidade é tendencial dependendo da possibilidade financeira do Estado.

Por fim, o terceiro ciclo (quarta fase), abrange os três níveis do ensino: 7.º, 8.º e 9.º anos. Nesta fase preconiza-se a formação dos alunos com os conhecimentos essenciais (humanística, literária, desportiva, científica, tecnológica) que lhes permita entrar na vida ativa ou prosseguir a sua formação académica e profissional.

O ingresso no ensino básico é permitido às crianças que atinjam os seis anos de idade até 1 de outubro do ano de ingresso. Contudo, a lei permite que as crianças que completem essa idade até 31 de dezembro de ingressar, se o encarregado de educação o pretender. A conclusão desse etapa dá aos alunos a possibilidade de ingressar no ensino secundário, via geral ou por via técnico-profissional.

### **Ensino Secundário**

De acordo a Lei n.º 4/2011, o ensino secundário, é um “subsistema do sistema do ensino, que segue ao ensino básico, em que o aluno é dotado de competências e conhecimentos científicos, técnicos e culturais que o possibilita a prosseguir os seus estudos ou inserir-se na vida ativa” (p. 9). Os principais objetivos consagrados nesta Lei para este ciclo de estudo visam: “favorecer o aprofundamento de um saber alicerçado na observação, estudo, reflexão crítica e experimentação e dar aos alunos uma formação baseada nas nossas realidades (guineense), fazer os alunos serem aptos para a resolução dos problemas nacionais e internacionais” (p. 9).

O ensino secundário contém o 10.º, 11.º e o 12.º anos e desenvolve-se em duas vias (geral e técnico-profissional). A via geral ou curso geral como é denominado,

dá ao aluno um conjunto de cursos que lhe possibilita continuar os seus estudos, enquanto o ensino secundário, por via técnico-profissional, oferece os cursos que, caso o aluno não pretenda continuar os estudos superiores, pode ingressar na vida ativa profissional, no mercado do trabalho. O ensino técnico-profissional tem como objetivo: a) complementar a educação para a vida ativa principada com o ensino básico; e b) ministrar conhecimentos e habilidades profissionais capazes de dar respostas ao desenvolvimento da nação e a evolução tecnológica (Lei n.º 4/2011).

### **Ensino Superior**

No que diz respeito à frequência no ensino superior ou ensino universitário, o estudante deve ter concluído o ensino secundário ou ser habilitado com um diploma equivalente. Importa, no entanto, lembrar que esta não é a única condição de acesso ao ensino universitário, pois o estudante tem de passar por um teste de admissão, devendo obter um resultado positivo na respetiva prova.

Os estudantes com mais de 25 anos de idade, que não possuam o diploma do ensino secundário, podem ingressar no ensino superior através da realização e aprovação nas provas nacionais de admissão. Segundo a LBSE, um aluno pode concorrer para um curso no ensino superior numa área que não tenha seguido no ensino secundário. No processo do ensino superior no país deve ser tomada em consideração a qualidade do ensino, as necessidades do país em relação aos quadros qualificados nas diferentes áreas, capazes de viabilizar o processo do desenvolvimento do país, e a melhoria do nível cultural e científico da população, (Lei n.º 4/2011).

Pretende-se com a frequência do ensino superior atingir os seguintes objetivos: (i) proporcionar aos estudantes os conhecimentos e competências que lhes possibilitem enfrentar o mundo laboral e que ajudem no desenvolvimento da Guiné-Bissau; (ii) incentivar a pesquisa e investigação científica; (iii) formar os jovens para que desenvolvam uma cultura de pensamento reflexivo; e (iv) promover o inconformismo cultural e profissional de modo a conseguir uma melhoria contínua das pessoas.

Os diplomas conferidos aos estudantes do ensino superior, segundo os graus acadêmicos definidos na LBSE são: licenciado, mestrado e doutorado. Desde a aprovação da LBSE, desde 2010 até a atualidade, as universidades sediadas no país, tanto públicas como privadas, conseguem apenas formar os licenciados, por falta de profissionais qualificados e infraestruturas com mínimas condições para ministrar os outros graus de ensino.

### **Estatuto da Carreira Docente (ECD)**

O Estatuto da Carreira Docente, é a Lei n.º 2/2011, de 23 de março, que foi alterada pela Lei n.º 6/2018, de 18 de dezembro. As razões da sua alteração, segundo o legislador, devem-se as várias lacunas que esta apresenta em termos de arrumação, sistematização e conceitos, também, não foi mostrado numa forma clara a diferenciação das categorias no sentido de obedecer às do regime geral da administração pública, apresentando a injustiça em termos de fixação de alguns subsídios, estas e mais outras situações tornou imperativo corrigir as anomalias, para que a lei seja compreendida e que corresponda as exigências do sistema educativo (Decreto-Lei n.º 6/2018).

“O Estatuto de Carreira Docente visa definir os direitos e deveres, a estrutura de cargos, progressão e remunerações, o regime disciplinar e os demais regimes especiais do ingresso e aposentação do pessoal docente” (Decreto-Lei n.º 6/2018, p. 1).

O pessoal docente que atua no setor do ensino, diferenciam-se de acordo com as formações académicas ou do nível do ensino. Quem são eles? O pessoal docente, de acordo com a lei, é aquele que reuni as condições necessárias para o ingresso na carreira docente e que esteja a desempenhar realmente a docência. Isso quer dizer que, para se tornar um professor é importante ter pelo menos a formação inicial, que dá ao ingresso, as bases técnicas, pedagógicas e científicas para o exercício da docência. A ideia é de lutar contra o que se verifica na contratação dos professores, que às vezes são contratados para essa função sem uma formação inicial e nem se quer uma certa experiência educacional.

Todos os indivíduos que possuam habilitações com aproveitamento num dos cursos de formação superior, com graus equivalente a licenciatura, mestrado,

doutorado e mais, com os seus certificados e diplomas reconhecidos pelo MEN, designam-se por pessoal técnico superior. Por sua vez, o pessoal técnico bacharel, é aquele que tem o certificado e o diploma com aproveitamento reconhecido pelo MEN, com o grau equivalente a bacharel. O pessoal técnico médio é aquele que participou numa formação com uma carga horária de 750 horas letivas sendo o programa curricular reconhecido pelo MEN, o plano científico deve possuir as didáticas na área disciplinar a que o candidato pretende candidatar-se. Entende-se por pessoal técnico em formação, todo o pessoal que se encontra a exercer a função docente, mas, que não apresenta nenhum diploma que comprove a sua formação para o exercício da docência.

O Estatuto de Carreira Docente aplica-se a todo o pessoal que através dos serviços públicos de ensino e de aprendizagem exerce a docência, assim também aos que foram incumbidos da responsabilidade de participar na ação educativa e pedagógica para assegurar a função de: “inspeção, administração, de enquadramento pedagógico e socioeducativo, de coordenação, de assessoria técnica, de pesquisa e demais outras funções relevantes para o desenvolvimento do SE” (Decreto-Lei n.º 6/2018, p. 2).

No que diz respeito aos direitos do pessoal docente, estes correspondem no geral aos direitos garantidos aos funcionários da função pública e demais direitos específicos estabelecidos no Estatuto de Carreira Docente.

São direitos profissionais dos professores:

- a) Direito de participar no processo educativo;
- b) Direito à informação e formação para o melhor exercício da docência;
- c) Direito ao apoio técnico, material e documental para o exercício da atividade docente;
- d) Direito à segurança na atividade docente;
- e) Direito à consideração e colaboração à comunidade educativa;

f) Direito ao gozo de férias (p.2).

Os professores podem reivindicar esses direitos para dignificar a classe docente e que possam ter melhores condições de trabalho. Importa salientar que a luta da classe docente nos últimos anos tem sido voltada para reivindicar os seus direitos, que não são atendidos pelas autoridades governamentais. Esta situação provoca muitas paralisações (greves), no sistema educativo guineense. Obviamente, quando se tem direitos, há deveres se para cumprir. O pessoal docente está obrigado a cumprir todos os deveres impostos aos funcionários e demais agentes do estado, assim como aos seus deveres profissionais estabelecidos no ECD.

Pela essência da função do professorado voltada à excelência, eis os deveres profissionais dos professores:

- 1 – dar o seu contributo na instrução académica e cívica os discentes;
- 2 – cooperar com toda a comunidade educativa, para que haja uma relação e respeito recíproco para um melhor ambiente educativo e de modo a alcançar os objetivos em comum;
- 3 – participar na organização do processo de ensino e aprendizagem e zelar pela realização das atividades letivas;
- 4 – desenvolver o processo do ensino e aprendizagem a luz do currículo e dos programas definidos;
- 5 – partilhar e utilizar novas técnicas (recursos) de ensino que lhes foi dado na perspectiva de melhorar a qualidade de ensino;
- 6 – dedicar-se e terminar com sucesso as formações a que se candidatam;

7 – informar os órgãos de gestão sobre os problemas e dificuldades que se defronta no funcionamento das escolas e dos cursos (Decreto-Lei n.º 6/2018, p. 2).

O ingresso a carreira docente faz-se pelo concurso público, de acordo as vagas anunciadas. Neste sentido, segundo o ECD, é importante a avaliação do desempenho do professor eventual nos três anos de experiência, essa avaliação lhe dá o direito a um certificado conferido pelo MEN. O certificado é emitido mediante a entrega da carteira profissional ao candidato que o habilita como docente de carreira. Após o ingresso na carreira, o docente começa a beneficiar das regalias e promoções prevista na lei, em que o investimento pessoal na construção da sua identidade profissional é fundamental.

Segundo ECD (Decreto-Lei n.º 6/2018), o desenvolvimento da carreira dos professores baseia-se pelas categorias divididas de acordo ao nível da formação académica que cada um possui. Essas categorias são subdivididas em classes e escalões. A passagem de uma classe para a outra pressupõe o cumprimento de alguns requisitos: concorrer para o preenchimento de vaga na classe superior a que o docente está posicionado, lecionar durante três anos no escalão em que o docente se encontra provido, passar na avaliação do desempenho e terminar pelo menos uma formação continuada de 750 horas.

O professor que comprove uma formação correspondente a categoria posterior a dele, deve ser reposicionado na carreira no respetivo escalão 1 da 4ª classe, sendo pago segundo o nível a partir do ano económico seguinte.

Por sua vez a promoção do professor a diferentes escalões da carreira depende dos seguintes fatores a saber: “permanência mínima de três anos no escalão, classificação positiva na média de avaliação do desempenho e frequência de, pelo menos, uma formação contínua com avaliação positiva, que deve conter a área disciplinar lecionada pelo docente ou uma formação especializada” (Lei n.º 6/2018, p. 4). A tabela 2.1 ilustra este processo de progressão na carreira docente.

Tabela 2.1. Progressão na Carreira Docente na Guiné-Bissau.

Tempo de Serviço	Reposicionamento		Condições Prévias
	Classe	Escalões	
27- + anos	1ª Classe	3	a) Habilitação literária b) Antiguidade; c) Classificação positiva na avaliação de desempenho; d) Conclusão com sucesso, pelo menos uma formação contínua.
24-27 anos		2	
21-24 anos		1	
18-21 anos	2ª Classe	3	
15-18 anos		2	
12-15 anos		1	
9-12 anos	3ª Classe	3	
6-9 anos		2	
3-6 anos		1	
0-3 anos	4ª Classe	1	

Fonte: Estatuto de Carreira Docente

A remuneração do pessoal docente do quadro (artigo 82.º) calcula-se de acordo as normas previstas, levando em consideração a formação académica (a letra do vencimento), assim como a sua progressão. Além da remuneração, os professores podem beneficiar dos subsídios da diuturnidade, que corresponde ao tempo de serviço entre os: 5, 10, 15, 20 anos e assim por diante, esse abono corresponde aos 5%, 10%, 15% e 20%, acrescido de vencimento que o docente auferir. O direito a esse subsídio pertence aqueles, que dão o máximo e colaboram para o avanço do sistema educativo. O requerimento a esse direito deve ser feito num período de 60 dias antes de completar o tempo atribuído por lei (por exemplo 60 dias antes de completar 5 anos).

Os docentes e o pessoal equiparado a essa função, de acordo ao ECD, podem ainda beneficiar dos subsídios de isolamento, que é pago diferencialmente de acordo ao local do serviço e o subsídio de giz (ver tabela 2.2), como a forma de compensação dos riscos provocados pela utilização e manuseamento do mesmo.

Tabela 2.2. Subsídios de Isolamento e de Giz.

Subsídios	Tipos de isolamento		Discrição
Isolamento	Pequeno		15.000 FCFA mensais
	Médio		20.000 FCFA mensais
	Grande	Zona Urbana	25.000 FCFA mensais
		Zona Rural	30.000 FCFA mensais
Giz	O subsídio de giz é fixado em 250 FCFA, por cada tempo letivo, podendo esse valor ser alterado por despacho conjunto do ministro da tutela e das finanças.		

Fonte: ECD

No que se refere à aposentação, esta pode ser por iniciativa própria do docente nos limites facultados pela lei ou por obrigação, isto é, quando a idade é atingida. O limite da idade para a reforma na função pública é de 60 anos para ambos os sexos. O pedido deve ser feito junto a Direção Geral dos Recursos Humanos do MEN, quando o docente atinge a idade para sair da Carreira Docente e se quiser continuar a dar as aulas deve ser por modalidade de contrato.

As disposições transitórias e finais, referem que “compete aos ministros responsáveis pela área de educação e de administração pública, através dum despacho conjunto determinar as disposições transitórias e a modalidade de aplicação do ECD” (Lei n.º 6/2018). A presente lei revogou todas as disposições anteriores contrárias ao estatuto por ela aprovada.

### **Formação de Professores**

O conceito formação pode ser entendido como uma ação social de transmissão de conhecimentos, de saber-fazer ou de saber-ser, que se exerce em benefício do poder do sistema económico ou de cultura dominante. Ainda, pode-se entender a formação como um processo de preparação e de desenvolvimento da pessoa, na perspectiva de amadurecimento interna e de possibilidade de aquisição dos conhecimentos. É possível falar-se da formação como uma instituição, quando se refere a estrutura organizacional que planifica e desenvolve a ação formativa. “A formação nada mais é senão um trabalho sobre si, livremente imaginado, desejado e procurado realizado através dos meios que são oferecidos ou que o próprio procura” (Ferry, 1991, cit. por García 1999, p. 19).

É evidente que o ensino/a docência se considera como uma profissão, então, é fundamental, como em outras profissões, proporcionar aqueles que nele pretendem atuar uma base ou competências da ciência, dos conteúdos didáticos, e habilidades pedagógicas para o exercício útil das suas atividades educativas (García, 1999).

De acordo com Filho (2023), os professores são os agentes responsáveis pela transformação educacional e social, porque, são eles os responsáveis pelo:

desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, de desenvolver as competências e habilidades, promover valores e atitudes, estimular a criatividade e inovação. Nesta sociedade, em constante transformação, o autor quer mostrar-nos que o professor carrega sobre si a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos seus alunos e da sociedade. Para tal, a formação dos professores é uma ferramenta fundamental para qualquer nação que pretenda embarcar neste “comboio” de desenvolvimento.

Em 1980, Rodríguez Diéguez, referido por García (1999), afirmou que a formação dos professores é um ensino que consiste em preparar os profissionais para o ensino. O autor mostra a importância e a responsabilidade que a formação dos professores tem, sendo necessário criar as condições necessárias para que o ensino possa ocorrer num ambiente favorável e que os candidatos a professores possam ser capazes de contribuir para a educação das novas gerações. A formação dos professores pode ser diferenciada de outras formações através de três perspectivas:

primeiro é uma formação com caráter duplo, em que o formando deve adquirir os conhecimentos académicos (ciência, literária, artística, etc.), com a formação pedagógica (habilidades para atuar na sala de aula). Em segundo, é o tipo de formação de profissionais, o que nem sempre, segundo o autor, assume o caráter de docência e em terceiro lugar, é uma formação dos formadores, o que influencia o isomorfismo que deve existir entre a formação e a sua prática profissional (Ferry, 1991, citado por García, 1999, pp. 22-23).

Ao longo da sua investigação García (1999) chegou à conclusão de que, a formação dos professores é

uma área de conhecimento, investigação e de propostas teóricas e práticas que no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores – em formação ou em exercício – se aplicam individualmente ou em equipa, em experiência de aprendizagem

através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem (p. 26).

No ponto de vista de García (1999), a formação dos professores é uma área de conhecimento e de investigação, sendo que os futuros professores devem adquirir conhecimento adequado para o exercício da docência e estar preparados o suficientemente possível com as técnicas de investigação científica. Para ele, o conceito de formação dos professores não deve referir só aqueles que estão a estudar para serem professores, mas também aqueles que já têm alguns anos de experiência. Enfatizou a dupla perspectiva de formação dos professores, individual (onde o professor apenas se preocupa envolver na formação dando o seu máximo através de formações a distância e assistência de cursos específicos) e em equipa (mais interessante e com maior probabilidade de mudança, com a implementação de grupos de professores aprendentes para a realização das atividades para o desenvolvimento profissional).

García (1999), referenciando alguns autores, mostrou que em qualquer formação de professores devem existir alguns princípios que considerou de importantes e válidos para uma formação eficaz dos educadores, tais como:

- 1) A formação de professores de ser vista como um processo contínuo, e que a formação inicial não seja o fim ou a plenitude de formação, mas que seja entendida como uma etapa que dá início a um longo e diferenciado processo de desenvolvimento profissional. Entende o desenvolvimento profissional docente como um processo de longo prazo, que consiste na acumulação de diferentes tipos de oportunidade e experiência, organizadas para o desenvolvimento profissional do docente, (Marcelo, 2009).

- 2) Integrar a formação dos professores nos processos de mudança, inovação e de desenvolvimento curricular. A formação dos professores deve ser capaz de proporcionar aos formandos o espírito inovador e de

mudança que possibilitam o desenvolvimento curricular para um ensino de qualidade.

- 3) Ligar os processos de formação dos professores com o desenvolvimento organizacional da escola.
- 4) Articular a formação dos professores com os conteúdos académicos e disciplinares assim como a formação pedagógica dos professores.
- 5) Deve-se levar em conta na formação dos professores, os aspetos teóricos e práticos.
- 6) É necessário haver uma coerência entre a formação de professores e o tipo de ensino que este irá desenvolver ao longo da sua atividade de docência.
- 7) A formação dos candidatos ao professorado, deve levar em consideração as características dos candidatos, o caráter, assim como as suas necessidades e o meio em que se está inserido. O mais importante neste processo é de proporcionar ao futuro professor o espírito reflexivo sobre as suas práticas pedagógicas.

Segundo o trabalho de Chantraine et al. (1992), sob a coordenação de António Nóvoa, afirmaram que a formação dos professores deve despertar no formando um sentimento crítico-reflexivo, que os possibilite a um pensamento autónomo, proporcionando-lhes a dinâmica de autoformação participada. Para fazer uma formação é preciso um investimento pessoal, um empenho livre e criativo sobre a caminhada formativa e os projetos pessoais, com a finalidade de criar a sua própria identidade profissional. Os autores mostraram que a formação não implica apenas a acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas sim capacitar o candidato a ser uma pessoa reflexiva e que possa construir permanentemente a sua identidade profissional. Enfim, os modelos de formação dos professores devem promover a instrução dos professores capazes de assumir o destino das suas carreiras profissionais e que possam participar na implementação das políticas educativas.

## **Formação de Professores Guineenses**

Os docentes guineenses apresentam algumas fragilidades no que diz respeito à qualidade da sua prática pedagógica, nos diferentes níveis do sistema educativo guineense. Para garantir a qualidade do sistema educativo é imprescindível a qualificação dos professores, porque a qualidade e o nível de instrução que se espera dos alunos, depende do nível de formação do docente.

Há necessidade de formar professores, porque o processo de ensino e aprendizagem é complexo e exige multiplicidade de “saberes”, para um exercício eficaz da prática de docência (Formosinho, 2009, citado por Bideta, 2013). Para a consecução dos objetivos da prática de docência que consiste em estimular a aprendizagem do aluno, é preciso que o professor seja munido de competências teóricas, científicas, pedagógicas e metodológicas.

No entanto, verifica-se que muitos professores guineenses, segundo Bideta (2013), carecem dessas competências para o exercício da atividade educativa e, ainda, fazendo uma análise da situação atual do sistema do ensino e dos professores, considerou-se necessário o processo de aperfeiçoamento permanente e o melhoramento das condições de vida em que estes se encontram.

É fundamental que o Estado garanta uma vida condigna aos seus funcionários, para que esses possam dedicar-se mais nas suas funções profissionais e haja melhor produtividade. O nível de vida dos professores guineenses não é o melhor, o salário, as condições do trabalho e a segurança social não são encorajadoras. Isso leva os professores a procurarem outros empregos ou horários nas escolas privadas para compensarem as suas despesas, o que origina a falta do tempo para investirem nas suas formações contínuas, acabando por afetar negativamente a aprendizagem dos alunos e empobrecendo o sistema educativo. Essa ideia foi confirmada por Sobral (2012),

o facto de os professores não serem remunerados atempadamente pelo seu trabalho, o que conduz à desmotivação e ao fraco empenho nas suas tarefas enquanto profissionais (tendem a dedicar-se prioritariamente a outras

atividades que lhes permitem obter rendimentos para a sua subsistência)  
(p. 15).

Até hoje, verifica-se no sistema do ensino guineense, vários professores com baixo nível de preparação ou sem a formação inicial para o exercício da docência, o que tem contribuído para o aumento do insucesso escolar nos diferentes ciclos de ensino. O resultado disso é que os alunos concluem os ciclos ou as suas formações sem as competências desejáveis, já que não foram disponibilizadas as condições e meios didáticos adequados para aquisição eficaz do conhecimento (Bideta, 2013). O autor fez uma análise mais profunda sobre a situação mostrando que, a qualificação dos professores terá uma consequência negativa no exercício profissional e no desenvolvimento socioeconómico do país.

Monteiro (2005) partilhou a mesma ideia afirmando que, a qualidade dos professores, é deficiente influenciando negativamente a aprendizagem dos alunos. Ficou desiludido com a fraca preparação dos alunos, principalmente em língua portuguesa:

(...) no que diz respeito à língua portuguesa, os alunos cometem erros crassos quer no desempenho oral, quer na escrita: (i) trocam tempos verbais, ao falarem sistematicamente no presente para se referir a um acontecimento já ocorrido, ou vice-versa; (ii) confundem pessoas na conjugação dos verbos, dizendo, por exemplo, “veio falar com o senhor”, em vez de “vim falar ou gostaria de falar com o senhor”; (iii) são muitos os que ainda se mostram incapazes de construir uma frase correta, exprimindo uma ideia clara, utilizando corretamente os sinais de pontuação. Raros são os que sabem formular uma carta, exprimindo um conjunto de ideias articuladas, irmanadas numa sequencialidade lógica e que traduzam uma estruturação do pensamento, com uma introdução, um argumento e uma conclusão (pp. 83-84).

Ainda, Monteiro (2005) refere que muitos professores revelam deficit de preparação quer do ponto de vista moral, quer no que respeita ao exercício da atividade profissional e aos conhecimentos teóricos para lecionar. O autor quer nos mostrar que, as competências dos professores para a docência têm implicações diretas no desempenho dos alunos.

Podemos depreender que os alunos guineenses espelham a realidade do que se vive na sala de aula pois o facto de terem apresentado lacunas do conhecimento mostra a qualidade e o tipo de ensino que recebem. Fazendo uma comparação em relação aos estudantes dos países vizinhos, em termos linguísticos, apresentado pelo mesmo autor, podemos concluir que a dificuldade é mais evidente nos guineenses. Os alunos de Senegal conseguem falar francês, os de Gâmbia falam o inglês e os guineenses têm dificuldades, mesmo com o décimo segundo ano, de falar o português.

Importa considerar que, apesar de falta de qualidade dos professores diplomados, o governo Bissau-Guineense tem-se esforçado para melhorar esta situação. Em 2006, o Ministério de Educação e Ensino Superior, através de colaboração com o UNICEF, e posteriormente com outros parceiros como: UNESCO, PAM, UNFPA, PLAN INTERNACIONAL, SNV e BANCO MUNDIAL, desenvolveu um programa de formação de docentes que teve como prioridade a formação dos professores que não têm a formação inicial assim como os formadores dos professores. O programa tinha como objetivo principal formar academicamente e pedagogicamente os professores do ensino básico, proporcionando a formação contínua e a qualificação aos formadores em exercício na Guiné-Bissau.

Os parceiros acreditaram que uma oferta educacional de qualidade, focalizada na aquisição de competências para a vida e conhecimentos sólidos é indispensável para que o corpo docente esteja munido das competências académicas e pedagógicas que permitam que os alunos aprendam de uma forma eficaz os conteúdos mais relevantes da educação básica.

Até ao início do programa, na Guiné-Bissau, existiam quatro escolas de formação técnica-pedagógica dos professores, duas delas destinadas à formação dos docentes para o ensino básico (Escola Normal 17 de fevereiro e Escola Normal

Amilcar Cabral) e as outras duas destinadas para a formação dos professores do ensino secundário (Escola Normal Superior Tchico Té e Escola Nacional de Educação Física e Desporto) (MEN, 2007). Com o intuito de aumentar a oferta educativa foi construída três novas escolas, uma em cada província. Na província Norte em Cacheu, Leste em Bafatá e em Sul concretamente em Buba.

### **Capítulo III- Programa Setorial de Educação**

Neste capítulo apresenta-se o programa setorial de educação da Guiné-Bissau, com incidência no acesso e equidade, na qualidade educativa e na monitorização e governança.

#### **Programa Setorial de Educação da Guiné-Bissau**

O Programa Setorial de Educação considera-se como um dos documentos mais relevantes para a melhoria do sistema do ensino na Guiné-Bissau. Este programa, inspirado na LBSE, serviu como um elemento fundamental para a melhoria dos problemas reais enfrentados pelo setor educativo (Siga, 2020). O governo guineense, através do seu programa “Terra Ranka”, reconheceu que o sistema educativo foi fortemente afetado pelas crises cíclicas, no seu todo, causando disfunções e insuficiência, que afetam negativamente a concretização dos planos de acesso universal e de eficiência no setor educativo. Atendendo a essa situação, o governo, através do Ministério de Educação Nacional, elaborou este documento para um período de oito anos (2017-2025), com o objetivo de resgatar a educação da situação em que a mesma se encontrava. As metas traçadas para esse fim, pretendem promover:

- a) a melhoria e o alargamento do acesso com a intenção de fazer valer a política de universalidade do ensino básico nos primeiros dois ciclos (1.º e 2.º ciclos);
- b) melhoria da eficácia interna do sistema;
- c) diminuição de desigualdades que se verificam no ensino básico e secundário;
- d) formação técnico profissional e universitária para as necessidades económicas e do desenvolvimento do país.

Foi demonstrado, também, que o PSE tem, ainda, a função de estabelecer as decisões e estratégias para responder às prioridades da educação ao longo desse período, sendo elas:

- 1) Prioridade um: continuar com a política de universalidade do ensino básico, pautar pela sua qualidade e zelar pela diminuição de disparidades;
- 2) Prioridade dois: melhorar a qualidade e adequação do ensino e aprendizagem a todos os níveis;
- 3) Prioridade três: dar a formação necessária aos guineenses, para o desenvolvimento do país;
- 4) Prioridade quatro: ajustar o sistema de governança do SE através de monitorização, descentralização, coordenação e gestão financeira.

Este PSE, está estruturado em três componentes fundamentais: “(i) o aumento do acesso e equidade; (ii) a melhoria da qualidade e da pertinência; (iii) o reforço da monitorização e da governança” (PSE, 2017, p. 23). Esses três componentes servirão de análise do presente capítulo.

### **Acesso e Equidade**

Os planos para a melhoria de acesso no Sistema de Ensino guineense, de acordo com o PSE (2017) “diferem entre os ciclos ou níveis” (p. 24). Atendendo à preocupação fundamental da escolaridade obrigatória no primeiro e segundo ciclo do ensino básico, tendo o objetivo de alargar essa política até ao terceiro ciclo, de acordo com a possibilidade económica do governo, permitindo a um número considerável de jovens frequentarem a escola nos nove anos do ensino básico (p. 24). Foi pensado, assim, porque, quando se diz que o ensino básico é obrigatório, o Estado, através do MEN, deveria garantir as condições necessárias para a implementação dessa decisão, porém, isso não está a acontecer, verificando-se várias desigualdades no acesso aos primeiros ciclos de ensino. Se o governo não consegue garantir a implementação dessa política nos dois ciclos iniciais, pensar no seu alargamento ao terceiro ciclo, embora prevista na Lei, está longe de ser uma realidade no Sistema de Ensino guineense.

### **Pré-Escolar**

Até ao término do plano (2025), o objetivo é atingir 20% de escolarização pré-primária e diminuir as diferenças entre zonas rurais e urbanas. A cobertura de rede escolar da pré-primária a nível nacional é muito reduzida, sendo a maior parte dos

estabelecimentos deste nível de ensino pertencentes a entidades privadas, com maior prevalência na capital ou nas grandes cidades regionais. Nas zonas mais longínquas pode-se dizer que o ensino pré-escolar é inexistente, porque um grosso número de crianças não chega a frequentar a escola até aos seis anos, altura em que entram no ensino básico.

O governo pretende, através do PSE, melhorar a cobertura pública do ensino pré-escolar. Atualmente, a cobertura deste nível de nível de ensino no país é reduzida, tendo sido pensado administrar o pré-escolar, de dois anos, para as crianças de 4 a 5 anos de idade. As construções das salas serão feitas nas zonas rurais, como zonas prioritárias, onde a conclusão do ensino básico é reduzida e onde a Taxa Bruta de Escolarização (TBE) da pré-primária está abaixo da média nacional. O governo pretendia, também, reduzir o esforço das famílias no que respeita ao financiamento de jardins de infância públicos, para facilitar o acesso das crianças dos meios mais desfavorecidos. Para esse fim ainda se pensou em criar parcerias com ONG, com o intuito de apoiar os mais carenciados.

Outras medidas fundamentais para a melhoria de acesso neste nível de ensino consistem em:

- a) recrutar os educadores com uma certa qualificação nesta área e colocá-los de modo equitativo nos diferentes estabelecimentos do ensino pré-primário;
- b) proporcionar os meios pedagógicos adequados para o funcionamento das atividades letivas, no sentido também de estimular as estruturas públicas e privadas.

Nas zonas urbanas o governo deposita a sua confiança nas estruturas privadas que continuarão a acolher um grande número de crianças devido à insuficiência dos estabelecimentos públicos de educação (PSE, 2017).

### **Dois Primeiros Ciclos do Ensino Básico**

A preocupação central do governo consiste no melhoramento do acesso e da equidade no ensino básico que permita a longo prazo que as crianças da Guiné-Bissau possam obter nove anos de escolaridade. Ciente das dificuldades para a

consecução desse objetivo, até 2025, foi elaborada outra estratégia, que, todas as crianças em idade escolar consigam entrar no ensino básico, que esse número continue a estudar no segundo ciclo e concluam em 2025.

No que concerne aos dois primeiros ciclos deste ensino (1.º e 2.º ciclos), conhecidos pelas suas políticas de gratuidade, as estratégias para a consecução de escolarização universal são várias:

1. acelerar o acesso e criar um ambiente favorável para reter os educandos, através de:
  - a. a) construção das escolas, cuja cobertura da rede escolar a nível do país é insuficiente para atender às necessidades educativas da população em idade escolar, priorizando as zonas mais desfavorecidas;
  - b. b) recrutamentos dos professores, que serão capazes de assegurar a qualidade do ensino e aprendizagem almejada;
  - c. c) pagamento de subsídios de zonas, como incentivo de os motivar a permanecerem nas zonas de difícil habitação;
  - d. d) identificar as escolas com ciclos incompletos, para procurar soluções para esta situação;
2. desenvolver a ação de cantina escolar: criando as hortas escolares para melhorar as refeições que as escolas oferecem aos seus alunos;
3. incentivar o ingresso e permanência das raparigas, principalmente nas zonas onde é mais verificada a desigualdade entre os géneros. Para esse fim o Governo, pediu aos diretores de escolas para identificarem as localidades que ponham em causa a escolarização das raparigas, e divulgarem os atos ilícitos/violentos contra as meninas, garantindo a sua segurança;
4. preparar a implantação de uma escola inclusiva, para acolher as crianças com necessidades especiais. Será tomada em consideração nas novas construções das infraestruturas escolares, as rampas de acesso para

permitir com maior facilidade o acesso das crianças com deficiências motoras (PSE, 2017).

Com essas políticas educativas, o governo pretende que a sua implementação consiga, de uma forma progressiva, reduzir o número dos estudantes escolarizados nas escolas privadas.

### **Terceiro Ciclo**

Uma das preocupações do governo, a longo prazo, é de alargar o ensino básico de nove anos de escolaridade a todas as crianças. Mas o governo previu que, o cumprimento desta política, pode não ser concretizada até ao final do PSE e, por isso, delimitou a meta de 80% de alunos atinjam este nível contra os 56% atuais (PSE; 2017, p. 27). Para evitar eventuais degradações que ponham em risco a qualidade de aprendizagem, o governo deve continuar a controlar o acesso. Mas como o governo deve controlar tal acesso?

Os exames finais do sexto ano, que correspondem ao fim do segundo ciclo, serão revistos com a finalidade de proporcionar ao governo uma imagem de aprendizagem dos alunos que vão entrando no terceiro ciclo, para facilitar na orientação do processo de ensino e de aprendizagem. A orientação dos educandos levará em conta a idade do aluno, a média no exame regional e escolha do aluno.

“A melhoria do acesso a este ciclo privilegiará a redução das disparidades entre as zonas urbanas e rurais” (PSE, 2017, p. 28). A redução desigual de acesso ao terceiro ciclo nas zonas rurais foi pensada, segundo o PSE, através da construção das escolas nas zonas mais desfavorecidas e com uma oferta escolar fraca e da motivação dos professores colocados nas zonas isoladas ou de difícil acesso/habitação, com subsídios de 10% em relação ao vencimento, não incluídos nos salários.

### **Ensino Secundário**

Para o ensino secundário o objetivo primordial é o de preparar um número significativo de jovens para o ingresso no ensino superior. Nesta ótica de ideias as estratégias de acesso assentam nos quatros eixos principais:

1. a regulação de entrada dos alunos ao secundário: será feita através da instauração de exame nacional no final do nono ano. Prevê que o acesso ao secundário possa duplicar passando de 35.681 (dados do ano 2013) para 64.521 em 2025;
2. a intervenção das escolas privadas: que continuarão a segurar 20% dos alunos neste ensino;
3. reduzir a reprovação: atingindo 6% em 2020, contra 8% do ano 2013. A estratégia para conseguir atingir este valor consiste na formação dos docentes em técnicas de avaliação, e de sensibilização dos pais e encarregados de educação na matéria sobre as consequências da reprovação dos alunos;
4. melhoria de equidade: garantindo a equidade social, de modo a evitar a penalização dos alunos em função do sexo.

### **Qualidade Educativa**

O Ministério da Educação Nacional, reconheceu que a qualidade do Sistema de Ensino guineense é insatisfatória, porque ao longo dos anos não se consegue dotar os educandos com as competências básicas necessárias para prossecução dos estudos e, até os docentes, têm dificuldades para exercer as suas funções. As formações superiores e técnico-profissionais não estão a corresponder às necessidades sociais e económicas do país.

De acordo ao PSE (2017), a qualidade do Sistema de Ensino guineense está afetada por dois aspetos: as condições de acesso/acolhimento e da sua gestão. O primeiro aspeto refere-se às condições em que as infraestruturas escolares se encontram, sendo insuficientes no ponto de vista da crescente procura de escolas, algumas em estado avançado de degradação, inviabilizando o processo de ensino e de aprendizagem, enquanto o segundo aspeto diz respeito ao uso indevido dos recursos disponibilizados à educação e na ausência de uma governança eficiente.

Para o restabelecimento da qualidade da educação o governo tomou quatro medidas para minimizar essa problemática: medidas estruturais, pedagógicas, de revisão da formação e de monitorização de qualidade.

No que diz respeito às medidas estruturais o governo pretende minimizar as situações impróprias em que se encontra o Sistema de Ensino, no que refere a: insuficiência dos equipamentos; o número elevado dos alunos por turma; incumprimento de horas letivas e turnos múltiplos. É necessário dispensar uma parte dos recursos financeiros para a materialização do processo de ensino e de aprendizagem e recrutar professores com uma certa qualificação.

A revisão curricular no terceiro ciclo do ensino básico, a unificação e elaboração dos programas para o pré-escolar e secundário, a formação inicial e contínua dos docentes e a verificação pedagógica, correspondem às medidas pedagógicas. Relativamente à revisão de formação, o governo tomou a iniciativa de rever os programas de formação em todos os níveis de ensino e introduzir novas formações. Ainda, os professores beneficiarão de formação contínua para reforçar os seus conhecimentos.

Em relação à quarta medida, o controlo de qualidade do Sistema de Ensino, será descentralizado para as regiões, contando com a ajuda dos professores nas suas escolas. A responsabilidade pela monitorização recai nos inspetores, nas comissões de estudo e nos coordenadores das disciplinas.

Para obtenção dos conhecimentos e desenvolvimento das crianças, no pré-escolar, foram implementadas algumas estratégias que visam melhorar a qualidade da oferta educativa, tais como:

- a) foi pensado integrar a formação inicial dos educadores de infância nas escolas de formação dos professores do ensino básico, preparando-os para a polivalência (para lecionar o pré-escolar e o básico). Os educadores serão avaliados de modo a fornecer ao governo uma ideia das necessidades de formação dos docentes e de lhes permitir elaborar um programa de formação contínua, em jeito de superação;
- b) uma reforma dos programas, para harmonização dos conteúdos, a fim de que seja possível alcançar os objetivos almejados e a disponibilização do material pedagógico (PSE, 2017).

No primeiro e segundo ciclo, as estratégias delineadas para melhorar a qualidade estão direcionadas ao reforço da aprendizagem nas disciplinas de matemática e de português. As disciplinas mencionadas constituem a base para uma aprendizagem sólida e nota-se que as crianças têm serias dificuldades nessas matérias. Para tentar resolver essa situação pretende-se preparar os professores, que também têm dificuldades em desenvolver alguns conteúdos durante as aulas, com vista a melhorar o enquadramento pedagógico e o tempo de aprendizagem. Será disponibilizado o material didático e melhorado o ambiente nos estabelecimentos escolares.

O governo também pretendia proibir o funcionamento das aulas nos turnos quádruplos, pois os turnos múltiplos são uma das características do Sistema de Ensino guineense, devido ao crescente número dos estudantes à procura das escolas, as infraestruturas existentes não dão para acolher todos nos turnos duplos, o que obrigou a criação dos turnos triplos e quádruplos. Esses turnos contribuem negativamente para a aprendizagem dos alunos, devido à redução do tempo de estudo e ao aumento da carga horária dos professores, que não lhes possibilita investigar e preparar melhor as suas aulas.

No terceiro ciclo as políticas de melhoria da qualidade articulam-se em torno de: redução de reprovação; no estudo profundo sobre a evolução dos programas; nos exames; na arquitetura e na organização pedagógica das aulas no 3.º ciclo do ensino básico; no crescimento profissional dos professores e na preparação para a evolução do ensino das ciências e de tecnologia em constante evolução.

No secundário, os conteúdos didáticos não são uniformes, a política para melhorar a qualidade neste ensino passa pela conciliação da matéria, melhorar as condições do ensino, reforçar o aproveitamento académico dos alunos e na capacitação dos professores para a eficácia do processo de ensino e de aprendizagem (PSE, 2017). Para uma melhor avaliação do processo do ensino, é fundamental harmonizar os conteúdos no Sistema de Ensino, o que não é verificado no ensino guineense, impossibilitando o governo a ter uma ideia do aproveitamento dos alunos e na execução de um programa para superar as dificuldades. Os governantes pensaram em suprir essa situação reforçando as competências dos professores rumo a um

ensino de qualidade. Um eixo importante para a melhoria de qualidade no secundário é o reforço do ensino nas disciplinas científicas.

### **Monitorização e Governança**

A monitorização e a governança do sistema educativo são pilares importantes para a melhoria do nível de ensino e de aprendizagem e, partindo dessa ideia, o governo da Guiné-Bissau adotou uma série de estratégias para conter a má gestão do sistema educativo, que tem sido verificado ao longo dos tempos. Os mecanismos adotados para esse efeito consistem:

Na gestão do fluxo dos alunos: o crescente número dos alunos no sistema de ensino, foi vista como uma necessidade a resolver para melhorar a gestão do fluxo dos alunos. O Ministério de Educação Nacional, empreendeu a implementação de um mapa operacional e de um ficheiro confiável dos alunos, que permitam controlar a oferta educativa à procura crescente (PSE, 2017).

Uma das melhores formas de gestão de qualquer sistema, consiste no controlo que se faz em relação à sua procura. O MEN, entendeu que, para melhorar a governança das escolas e adaptar as políticas adequadas, deve controlar o tempo médio para a conclusão das fases dos estudos, apurando o número dos aprovados e reprovados, o que permitirá ao governo melhorar ou traçar as políticas educativas que respondam às necessidades do fluxo dos alunos. O outro modo de gestão do referido fenómeno consiste na orientação dos finalistas do segundo ciclo para o ingresso no ensino Técnico Profissional e para o terceiro ciclo do ensino básico.

Reforço do papel dos pais e encarregados de educação e de comunidade: entende-se também que a gestão eficaz do sistema educativo, passa pelo reforço do papel dos pais e encarregados de educação na matéria de sensibilização sobre a reprovação, entrada com a idade avançada na escola e no desenvolvimento das aulas. Ainda, em relação à comunidade, o governo pretendia desenvolver as atividades extracurriculares, para estimular a sua participação no desenvolvimento do sistema (PSE, 2017). Uma governação eficaz implica o envolvimento da comunidade educativa nas tomadas de decisões. Quanto mais sensibilizada for a comunidade, melhor será o processo de gestão.

Gestão dos recursos humanos: segundo PSE (2017), a colocação dos professores nos estabelecimentos escolares na Guiné-Bissau, principalmente no ensino básico, não respeita os critérios de equidade, sendo verificada disparidade entre as regiões. Para fazer face a essa situação, foi pensado em criar um programa informático que será regularmente atualizado com os dados escolares, o que vai permitir a definição de uma política de redistribuição do pessoal docente e de necessidades adicionais, priorizando as escolas com as maiores necessidades do pessoal docente. Os professores colocados nas zonas isoladas ou difíceis de habitação serão incentivados para poderem se manter nestas zonas durante o ano letivo, implementando progressivamente as medidas que permitam a revalorização da profissão de docência para ser mais atrativa aos jovens.

Gestão pedagógica: a nível de gestão pedagógica o governo decidiu que todos os recursos que sejam mobilizados nos diferentes estabelecimentos escolares serão canalizados para a melhoria de aprendizagem dos alunos. Responsabilizar os inspetores, nas suas atividades, no sentido de ajudar as escolas mais fracas a encontrar soluções para superar as suas dificuldades em prol do desenvolvimento dos seus educandos.

## **XI Legislatura do Governo da Guiné-Bissau**

Aquando da contextualização histórica da Guiné-Bissau, havíamos referido que nenhum governo democraticamente eleito conseguiu terminar o período de quatro anos estabelecido por lei. A décima legislatura não escapou deste cenário e, em maio de 2022, o Parlamento foi dissolvido pelo Presidente da República. No dia 4 de junho de 2023, marcaram-se as eleições legislativas para XI Legislatura. A coligação vencedora “PAI-TERRA RANKA”<sup>7</sup>, reconheceu que a educação

---

<sup>7</sup> PAI-TERRA RANKA: Plataforma Aliança Inclusiva – Terra Ranka, é formada em abril de 2023 pelo PAIGC e outros quatro partidos nomeadamente: União Para Mudança (UM), o Partido da Convergência Democrática (PCD), o Partido Social Democrática (PSD) e o Movimento Democrático Guineense (MDG), a coligação contou com o programa Terra-Ranka, que é o programa elaborado pelo PAIGC para a X legislatura e foi atualizado para concorrer as legislativas de 2023, em que foi eleito com a maioria absoluta (54 deputados).

constitui o pilar para o desenvolvimento social e o capital humano, sendo o ponto fundamental da sua governamentação, pelo que, o seu investimento deve ser encarado de forma estratégica. Segundo análises dos governantes, o sistema educativo apresenta vários problemas, entre os quais destacam: a disfuncionalidade; a desigualdade em termos de oferta; falta de qualidade, sendo um setor com ausência de processos avaliativos. É claro que a falta desses elementos, provocam o enfraquecimento do sistema educativo e a incapacidade de concorrência nas diversas áreas do conhecimento.

Conscientes da gravidade da fraca qualidade da educação no país, propuseram ambiciosamente algumas medidas para o setor educativo:

- rever a LBSE mediante a discussão nacional alargada, com a finalidade de adequá-la as realidades e aos desafios da atualidade;
- o investimento para a área de educação é insuficiente e como tal pretende-se até ao final da legislatura elevar para 15% o OGE para alcançar a escolaridade primaria universal até 2027 e elevar para os 25% do orçamento corrente;
- a oferta educativa do ensino público não é capaz de acolher a atual procura da escolaridade, pelo que foi pensado em alargar a oferta educativa do ensino público, aumentando as escolas do ensino básico com ciclos completos e liceus. Nesta perspetiva o governo pretende construir 38 complexos escolares de pré-escolar até ao 9.º ano de escolaridade, oito liceus regionais e em cada região e edificar uma escola de formação técnico-profissional;
- despolitizar o sistema de nomeação para o posto de Diretor Regional e Diretores das escolas, que até a atualidade é feita através da “camaradagem política”, para o concurso público;
- implementar um sistema de formação de capacitação dos inspetores, diretores e educadores que atuam no sistema educativo;
- rever o currículo escolar do ensino básico que se encontra quase desatualizado e incluir os conteúdos da história do nosso país na disciplina de História;

- garantir a equidade de acesso entre os géneros (masculino e feminino) no ensino básico e secundário;
- alargar o programa de cantina escolar para todas as escolas do ensino básico do 1.º, 2.º e 3.º ciclos;
- dar especial atenção aos estudantes com necessidades educativas especiais, elaborando um programa e estratégias para a sua inclusão;
- seguir e avaliar o impacto das políticas educativas através de implementação duma prova de aferição, ou seja, exames nacionais principalmente aos alunos do ensino básico e secundário;
- alargar a universidade Amílcar Cabral, a única pública, através de construção de três campus, um em cada província (Norte, Leste e Sul) equipados com laboratórios e tecnologias de informação e comunicação;
- criar um Instituto Politécnico Guiné-Bissau com as seguintes Escolas Superiores:
  - Escola Superior de Engenharia;
  - Escola Superior de Petróleo e Minas;
  - Escola Superior de Educação;
  - Escola Superior de Ciências Agrárias e Pescas;
  - Escola Superior do Ambiente e Turismo;
  - Escola Superior de Artes.

Ainda, o Governo, através do seu programa eleitoral, tem como o objetivo para a educação, incentivar a investigação científica através de criação de um fundo para o desenvolvimento científico e atribuição de bolsas para investigação aplicada (Programa Eleitoral PAI TERRA RANKA, 2023).

Consideramos de muita importância e urgente a implementação das medidas propostas pelo governo, para a salvaguarda do sistema e da qualidade educativa no país. Julgamos que, mesmo com as dificuldades económicas do nosso Estado, se houver a vontade política e a responsabilidade governativa, usando os recursos

públicos para o benefício da população, a implementação dessas medidas pode ser uma realidade na pátria de Amílcar Cabral.

## **Capítulo IV- Sucesso Escolar**

Este capítulo decorre do conceito de sucesso escolar, dos fatores que influenciam o insucesso e o sucesso e do papel das organizações internacionais no apoio ao acesso e sucesso educativo na Guiné-Bissau.

### **Conceito de Sucesso Escolar**

O sucesso escolar, assim como o insucesso escolar, é uma matéria que preocupa todos os intervenientes do sistema educativo e preocupa uma considerável parte da nossa sociedade, constituindo assim uma temática de relevância para os pesquisadores sociólogos e pedagogos (Silva & Duarte, 2012).

Segundo Alves e Morreira (2012), para falar do conceito de sucesso escolar não se pode deixar de realçar a sua ambiguidade e a sua natureza polissémica. Afirmam, ainda, que a palavra sucesso etimologicamente significa um facto ou acontecimento, só mais tarde é que essa palavra “sucesso” entrou no idioma português significando êxito ou bom resultado. Reportaram ainda que, de “passagem, a evolução de um juízo de facto para um juízo de avaliação: sucesso deixou de ser apenas um acontecimento para passar a ser um bom acontecimento, um acontecimento desejado” (Alves & Morreira, 2012, p. 151).

Os autores evidenciam que o ensinar e aprender são as duas moedas da mesma face, que efetivamente existe ensino se acontecer a aprendizagem, em que se pode medir a qualidade de ensino pelo aproveitamento dos alunos ao longo do percurso académico. “Um ensino de qualidade será o que proporciona aprendizagens relevantes, em função dos valores e dos fins subjacentes à política educativa que se promove” (Alves & Morreira, 2012, p. 152). Alves e Morreira (2012) concluíram que o sucesso escolar, consiste na efetiva obtenção das aprendizagens consideradas importantes à luz dos princípios e valores que orientam a educação escolar.

Azevedo (2012), numa das suas obras, definiu o sucesso escolar em quatro focos diferentes: (i) o sucesso escolar é aquele que se mede depois de realização de exames externos e provas de avaliação sumativa; (ii) o sucesso escolar é o conjunto de crianças e jovens que após o fim do ano conseguem aprovar para nível

seguinte ou do ciclo de estudo; (iii) o sucesso escolar “é o resultado de um processo de ensino e aprendizagem que proporciona as aprendizagens e a aquisição de saberes que estão consignados” (p. 2) e (iv) o sucesso escolar é uma dinâmica escolar que envolve toda a comunidade educativa (professores, pais e escola), como um todo, mobilizados para criar condições essenciais para uma aprendizagem eficaz para todos os alunos.

Para Gatti (2010), o sucesso escolar é o “processo pelo qual alunos percorrem os anos escolares em progressão crescente, desenvolvendo aprendizagens significativas relativas a conhecimentos selecionados historicamente como relevantes para a vida na sociedade contemporânea; é resultado positivo relativo à aquisição de aprendizagens escolares” (p. 1). A autora chamou a atenção de que, o processo de aquisição do conhecimento escolar não pode ser entendido apenas pelo desempenho cognitivo do aluno, mas implica um conjunto variável de fatores de sociabilidade.

A escola neste processo tem um papel fundamental na sociedade atual, sendo responsável de instruir, educar e formar os alunos para que possam participar ativamente na civilização da sociedade. Pode-se considerar um aluno com êxito escolar, aquele que consegue adequar os conhecimentos obtidos ao longo do percurso acadêmico com os modos existentes nas diversas formas da sociedade (Gatti, 2010). A autora realça que os modelos de avaliação são usados nas escolas como modo de mensurar se um aluno tem êxito ou não, são importantes, mas, não são os únicos preditores de (in)sucesso escolar. De um modo geral, a ideia de sucesso escolar é associada ao desempenho dos estudantes.

### **Fatores que influenciam o Sucesso Escolar**

Vários são os fatores que podem influenciar o sucesso escolar ou acadêmico dos alunos, mas nenhum desses fatores funciona isoladamente, sempre de uma forma combinada. Importa realçar que a ausência de um desses fatores não implica que o aluno não alcance o sucesso (Carvalho, 2010). Evidencia-se, portanto, que o sucesso acadêmico engloba os fatores que estão para além do desempenho dos alunos, configurando-se muito mais como um processo complexo e multideterminado, resultante do coletivo da comunidade educativa, do que pelo

êxito ou fracasso do estudante em uma perspectiva individualizada (Bisinoto & Araújo, 2014).

Segundo Alves e Morreira (2012), os fatores relacionados com “adaptação à instituição e grupo de pares, a relação estabelecida com a instituição e respectivas instalações, a relação professor-aluno, as capacidades cognitivas e fatores não cognitivos próprios de cada aluno, entre outros” (p. 69), são os principais influenciadores do sucesso ou insucesso escolar. Os mesmos autores enumeram ainda vários fatores que podem estar por detrás desse fenómeno, como a inteligência, o esforço, a dificuldade da tarefa, o cansaço, o currículo e as atividades programadas, a escola e a influencia do professor.

De acordo com Almeida et al. (2006), citado em Silva e Duarte (2012), o êxito escolar pode depender da família (quer dizer o valor que a família atribui a escola e como encara e acompanha a aprendizagem da criança); da linguagem; das atitudes face ao conhecimento e á escola; das condições de acesso a material didático; das políticas educativas; da estrutura física da escola e dos métodos de avaliação.

Ramos (2019) realçou a importância da família na promoção do sucesso escolar, considerando-a como elemento fulcral para a motivação dos alunos. Para ele, deve haver uma comunicação permanente entre a escola e a família. Quando existe interação dos familiares com os estabelecimentos educativos, procurando saber do rendimento, comportamento, assiduidade, etc. dos seus educandos, é possível que haja um resultado mais satisfatório sobre a educação dos filhos. Para o autor, uma família saudável e de boa conduta pode ajudar no desenvolvimento equilibrado, “Se a criança tem estabilidade no seio familiar, vai aprender de forma mais saudável uma vez que está motivada, confiante, segura, feliz e com boa autoestima” (p. 6).

Carvalho (2010) agrupou os fatores determinantes do sucesso escolar em cinco: (i) a família, (ii) a escola, (iii) o aluno, (iv) a saúde do aluno e (v) a questão económica. No que respeita a família, na mesma linha do pensamento com os outros autores citados, afirmou que para o alcance do sucesso escolar é importante que o aluno tenha uma boa base familiar e uma pessoa que o incentive a buscar o

ideal para a sua vida. Lahire (1997), citado por Carvalho (2010), evidenciou o exemplo dos familiares que querem contribuir para o sucesso acadêmico dos seus filhos, tendo encontrado as famílias que acompanham os filhos para as bibliotecas, pais e encarregados de educação que dão os livros como presentes aos filhos, alguns que leiam e comentam os livros com os filhos juntos. Um exemplo como esse, pode despertar na criança a vontade e o interesse para trilhar no seu percurso acadêmico.

Pode-se concluir que, a “organização familiar é fundamental para o sucesso de uma criança, deixando claro que, quando se fala em organização familiar, não se refere necessariamente ter um modelo de família tradicional, mas à qualidade das relações que se estabelecem entre seus membros” (Carvalho, 2010, p. 5).

No que respeita a escola e seus professores, a autora considera esses elementos como importantes para êxito dos seus alunos. Segundo as suas palavras, a escola que promova o sucesso deve ser aquela que tenha a direção comprometida com o sucesso dos seus alunos e dos professores, competentes e atualizados, dedicados, e que gostem de ser professores. O professor deve ser competente e competente no uso dos recursos disponíveis para a aula. As escolas devem-se preocupar em dar uma formação mais completa aos seus alunos, pensando nas atividades dentro e fora de sala de aula. Escolher escola de qualidade é um caminho para o sucesso acadêmico do educando.

Para além dos outros fatores, o próprio aluno pode ser responsável pelo seu êxito escolar, ele deve ter a vontade de saber, acreditando em si mesmo, estabelecendo os objetivos durante os estudos. O aluno que quer ter bons resultados no estudo deve cultivar dentro si o prazer da leitura. No que refere a saúde, ela é indispensável para a aprendizagem do aluno. Se o aluno não tiver boas condições de saúde, não terá condições de lutar pelo seu êxito. “A sua influência neste processo quando é referida a sua ausência, ou seja, só é percebida sua real importância quando o aluno está doente, tem alguma limitação física, faz uso de drogas, não tem boa alimentação” (Carvalho, 2010, p. 7).

O último fator mencionado pela autora, tem haver com situação económica, acreditando que tem a influência no possível sucesso do aluno. O aluno com baixa

renda económica pode ter dificuldades nos estudos, nomeadamente: o acesso ao estabelecimento do ensino, dos recursos didáticos, do pagamento da mensalidade que pode-lhe obrigar, às vezes, a faltar às aulas por força de um biscoito para resolver a situação deficitária a que se encontra. A boa situação financeira, permite ao aluno ter acesso a outras realidades, outras culturas por intermédio de viagens, aumentando a visão do mundo. Permite também à família inscrever os educandos nos cursos específicos para a profissão que o aluno deseja seguir.

### **Contributo das Organizações Internacionais na Guiné-Bissau**

O Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau é a entidade responsável para conduzir todo o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo alterações e inovações que produzem efeitos desejáveis. Partindo desse pressuposto básico, o ministério, como entidade estatal responsável pela execução da política nacional de educação, formação e estratégia, traçou em 1988 alguns objetivos fundamentais que consistem em: promover a qualidade e a eficácia do ensino, em especial o básico; aumentar a relevância do sistema de formação e racionalizar os meios (Ministério da Educação Nacional, 1993, referido por Costa, 2017).

Dada as características que o ensino da Guiné-Bissau apresentava, o governo na altura não se conformou e decidiu implementar um documento de muita importância para a formação dos alunos e melhoria dos resultados. O governo aprovou um documento denominado estratégia para o desenvolvimento do setor da educação, baseado no antigo documento Sistema Nacional do Ensino e Formação (Costa 2017). A maior parte da análise do novo documento debruçava-se sobre o ensino básico, sendo ele a componente mais importante do sistema de ensino.

Nesta estratégia formula-se, pela primeira vez, os objetivos de melhorar a qualidade do ensino e aumentar a eficiência do sistema. Os recursos disponíveis – financeiros, físicos e humanos deviam ser utilizados de uma maneira mais racional. Toda a administração do sistema educativo teria de ser reformada, (Pehrsson, 1996, referido por Costa, 2017). Todas as reformas na área educativa, chamadas por Furtado (2005) como “tímidas”, foram tentadas para melhorar o

ensino e promover o sucesso escolar dos alunos, mas essas não encontraram um terreno fértil para dar o bom fruto. A instabilidade política, que se traduz pelo sucessivo derrube dos governos, não tem permitido nenhum governo executar o seu programa para o período que foi eleito. Esta situação conduz à incapacidade dos executivos de melhorar o cenário do ensino no que toca a promoção do sucesso escolar.

Com esse quadro político muitas organizações internacionais começaram a apoiar o setor educativo através de vários projetos e donativos com a finalidade de melhoramento da qualidade e de promover a educação como um direito para todos. De acordo com as palavras de Kisil (1997), referido por Sanhá (2014), as organizações não governamentais aparecem como atores importantes, consideradas como sendo capazes de fornecer incentivo e apoio a iniciativas locais, de maneira ágil e apropriada, seja através de fornecimento ou acesso ao crédito, aconselhamento técnico, propiciando acesso à informação para decisões ou treinando recursos humanos.

Nesta parte do trabalho queremos evidenciar a contribuição de algumas ONG no desenvolvimento do sistema do ensino guineense. O apoio de novos projetos, financiados principalmente pelas organizações internacionais, assumiram um papel preponderante na promoção do sucesso escolar. Como é o caso do projeto sobre o Meio Ambiente – Comité Intergovernamental de Luta Contra a Seca no Sahel (CILLSS), do projeto Educação para a Vida Familiar do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Projeto de Apoio à Educação de Base “Firkidja do Banco Mundial, Projeto de Formação de Professores do Ensino Básico do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), o Programa de Apoio à Cantinas escolares do Programa Alimentar Mundial (PAM).

O apoio do Banco Mundial para o setor educativo guineense está direcionado para a educação básica, fundamentalmente nas zonas do rápido crescimento populacional. Os empréstimos concedidos à Guiné-Bissau para a educação privilegiam as infraestruturas e o equipamento, bem como os materiais educacionais: material didático, manuais e a formação de professores e, excecionalmente, o pagamento de salários em atraso (Costa, 2017).

O projeto “firqidja” foi pensado para contornar o quadro negativo de fragilidade do ensino, principalmente o ensino básico, fundado em 1997.

Os principais objetivos do projeto de apoio à educação de base visam:

- 1- a expansão moderada da cobertura do ensino básico e a superação dos obstáculos ao acesso à educação e ao sucesso dos alunos;
- 2- a melhoria da qualidade dos recursos do sistema educativo e do ambiente na sala de aula;
- 3- a melhoria da gestão dos recursos humanos e financeiros;
- 4- o desenvolvimento de parcerias entre o Ministério da Educação Nacional, a sociedade civil e a comunidade internacional com vista à descentralização e delegação de alguns pacotes de serviços educativos;
- 5- o reforço da capacidade do Ministério da Educação Nacional no que respeita ao planeamento e gestão do fornecimento de serviços educativos (Firquidja, 1997, p. 12).

A UNICEF é a organização das Nações Unidas que tem apoiado a Guiné-Bissau, há muitos anos. A UNICEF e o governo partilham os valores para o desenvolvimento dos setores sociais, com o intuito de que todos devem ter o acesso e equidade à educação e que o analfabetismo teve ser eliminado. Segundo um documento de UNICEF (1992), citado por Costa (2017), o apoio da organização insere-se nas áreas de: “escolarização das raparigas; alfabetização das mulheres; formação dos professores; construção, reabilitação e equipamento de escolas e distribuição de livros” (p. 19). O apoio que remonta à década de noventa para o setor educativo continua até aos dias de hoje, contribuindo imensamente nessas áreas.

Devido a debilidade económica das famílias de vários alunos, existem parcerias com os organismos internacionais e da sociedade civil de apoio ao sucesso escolar, tais como:

O Programa Alimentar Mundial (PAM), a Associação Amigo das Crianças (AMIC), a Ajuda do Desenvolvimento do Povo para Povo (ADPP) ou a Parceria Internacional para o Desenvolvimento Humano (IPHD), no quadro da cantina escolar, têm contribuído muito para atrair as crianças mais carentes à escola, para o aumento do fluxo de entrada, ainda para a redução da desistência/abandono escolar, sobretudo nas regiões rurais (Sanhá, 2014, p. 99).

O autor destacou também o papel da cooperação portuguesa, que há muitos anos tem ajudado no desenvolvimento do sistema educativo, através da atuação de Fundação Fé e Cooperação (FEC), Apoio ao Sistema Educativo Guineense (PASEG), no apoio à capacitação institucional do MEN, no que diz respeito à Revisão Curricular do Ensino Básico e da Escola Superior de Educação (ESE), na gestão e administração escolar e promoção da língua portuguesa, o que constitui um importantíssimo impulso à melhoria da qualidade de ensino.

A FEC é vista hoje como um dos parceiros com mais atuação no setor de ensino, que almeja alcançar várias metas com vista a melhorar a qualidade do ensino, entre as quais destacamos as seguintes: melhorar a capacidade formativa dos docentes através de reciclagens, principalmente nas áreas de português e matemática; contribuir para a consolidação da gestão e administração escolar das escolas; apoiar as escolas-alvo em materiais de apoio a agentes educativos e alunos; criação de publicações científicas e materiais didáticos (Sanhá, 2014).

Pode-se concluir que a educação da Guiné-Bissau foi assegurada e contínua a ser assegurada pelos parceiros que contribuem principalmente no ensino básico, mas o setor demanda ainda mais investimento para superar as dificuldades.

## O Insucesso Escolar na Guiné-Bissau

O insucesso escolar deve merecer uma análise profunda enquanto um problema social, não devendo ser visto como um problema isolado ou individual, como é interpretado muitas das vezes pelos professores, educadores, responsáveis de administração e políticos para caracterizar as elevadas percentagens de reprovações (Pires, Fernandes e Formosinho, 1991, citados por Bideta, 2013, p. 70).

É importante perceber as consequências do fenómeno de insucesso escolar para desenvolvimento do país. O fraco nível de aquisição escolar conjugado com as fracas taxas de escolarização, restringe uma grande parte da população a um nível de conhecimento muito limitado que só deixa prever pouca esperança no desenvolvimento económico do país. Acreditamos que a atual situação socioeconómica da Guiné-Bissau é o resultado do tipo de educação proporcionado pelos jovens.

Jourde (2016) afirmou que o “profundo *handicap* devido aos 40 anos de instabilidade política institucional, leva o sistema educativo da Guiné-Bissau a uma situação crítica” (p. 1). Esta instabilidade política fragilizou profundamente a administração pública de um país com necessidades titanescas: a esperança de vida é de 50 anos, 70 % da população vive sob o limiar da pobreza e 50 % dos adultos não sabem nem ler nem escrever. A situação social e sanitária é tão preocupante que a mesma classifica o país nos últimos lugares do índice de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento.

A instabilidade política é o maior problema que afeta o sistema educativo guineense, não permitindo o seu progresso. O insucesso escolar na Guiné-Bissau é provocado por vários fatores entre os quais pode-se destacar os seguintes: baixo nível de escolarização dos pais ou encarregados de educação, que apresentam dificuldades em acompanhar o ritmo de aprendizagem dos filhos; fatores culturais (excisão e circuncisão), durante os períodos dessas cerimónias tradicionais muitos

alunos interrompem as aulas para cumprirem as obrigações tradicionais, originando a perda dos conteúdos e consequentemente das avaliações, situação que provoca a reprovação de muitos alunos por não terem terminado o ano em detrimento da tradição; a gravidez e casamento precoce; distância da escola; debilidade económica dos pais; campanha de castanha de caju (durante o período de recolha desse produto muitos pais priorizam mandar os seus filhos nas quintas para apanhar a castanha, por ser a fonte de receita e base de sustento da maioria dos guineenses).

Na perspetiva de Sanca (2023), o ensino guineense apresenta graves carências que têm dificultado a aprendizagem dos alunos designadamente: a pouca cobertura de rede escolar a nível nacional, levando as crianças a andarem-se vários quilómetros para chegar a escola, e a ausência de condições essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem (escassez dos livros e de matérias escolares para colmatar as necessidades dos alunos). O autor destacou também o desenvolvimento muito frágil que se reflete na falta de mão-de-obra.

Por outro lado, a Guiné-Bissau é um país composto por várias culturas e línguas maternas, acontece que muitas crianças têm dificuldades em compreender os conteúdos abordados nas aulas, em consequência da barreira de comunicação da língua portuguesa como a língua do ensino.

A outra situação, que se pode considerar como entrave para o sucesso escolar, é o nível de preparação dos docentes para o exercício da docência, muitos professores não dominam os conteúdos que ensinam. Aos professores não é proporcionada uma formação contínua para suprir as dificuldades e para o melhoramento das suas práticas pedagógicas. Por outro lado, a situação dos professores é precária, dado que as escolas têm imensas dificuldades em encontrar candidatos a professor de qualidade científica e pedagógica.

O crescimento sustentável da Guiné-Bissau depende intimamente com o nível de escolarização dos cidadãos, que passa necessariamente em verter o cenário principalmente pelo Estado e por todos.

## **Capítulo V – Enquadramento Metodológico**

Neste capítulo apresenta-se a problemática da investigação, a questão orientadora, os objetivos, gerais e específicos, o tipo de metodologia, os participantes no estudo, como também as técnicas de recolha dos dados, os procedimentos éticos e de análise dos dados.

### **Natureza da Investigação**

A metodologia no processo de investigação entende-se por um conjunto de métodos e técnicas que orientam o pesquisador durante uma investigação científica. É uma estratégia desenhada pelo próprio pesquisador com o intuito de obter as respostas válidas às questões colocadas aos investigados ou às hipóteses levantadas. Pode-se dizer que a metodologia é o caminho e as técnicas utilizadas para estudar um determinado fenómeno, sendo aplicados de acordo com o tipo de estudo a realizar (Fortin, 2000, referido por Fernandes, 2020).

Neta e Aragão (2017) reportaram que, é nesta fase de estudo que o pesquisador deve esclarecer, as estratégias delineadas para analisar o problema que lhe aflige ou seja o tipo de pesquisa (experimental, de opinião ou estudo do caso) e, também, deve considerar, nesta fase, o objeto de estudo, as hipóteses quando aplicadas e os objetivos (gerais e específicos). Deve-se mostrar a população em estudo, sendo importante fazer a descrição da amostra e explicar como os dados foram coletados, se for por: análise documental, observação direta ou indireta, por entrevista ou por questionário. É ainda fundamental especificar os métodos usados para análise dos dados, as técnicas estatísticas (no caso da pesquisa quantitativa) assim como o referencial teórico (em caso duma investigação qualitativa).

Segundo Doutor (2013), “no âmbito da investigação qualitativa, o investigador deve elaborar desenhos de investigação flexíveis, e no decorrer da mesma tomar decisões que afetam, de uma forma gradual, a sua própria investigação assim como os sujeitos envolvidos na mesma” (p. 59).

Atendendo o nosso objetivo, pretendemos obter uma análise detalhado dum assunto específico, que corresponde a experiência dos atores educativos, no que tange as políticas educativas, acesso a educação e sucesso escolar. Ao longo desse

estudo vamos tentar através deles compreender como eles interpretam, pensam e analisam esse tema.

Para tal adotou-se o paradigma metodológica qualitativa em que, segundo Pinto et al. (2018), “o pesquisador qualitativo investiga num ambiente natural e interpreta os fenómenos, segundo os significados atribuídos pelos participantes” (p. 31). O autor nos mostra que, na investigação qualitativa, não interessa a generalização do estudo, mas é importante tentar compreender o fenómeno conforme os participantes o compreendem ou o interpretam, em outras palavras na investigação qualitativa, interessa-se mais na compreensão do fenómeno do estudo segundo as interpretações dadas pelos participantes.

A investigação qualitativa nos nossos dias, é utilizada de uma forma genérica que abrange diferentes modelos de investigação desde: estudo de caso, etnográfico, abordagem biográfica, investigação-ação, estudos de inquérito baseados em entrevistas (Freire & Macedo, 2018).

A expressão pesquisa qualitativa, segundo Jordan (2018), citado por González (2020):

se refere a uma gama e diversificada perspectivas, modalidades, abordagens, metodologias, desenhos e técnicas utilizadas no planeamento, condução e avaliação de estudos, indagações ou investigações interessadas em descrever, interpretar, compreender, entender ou superar situações sociais ou educacionais consideradas problemáticas pelos atores sociais que são seus protagonistas ou que, por alguma razão, eles têm interesse em abordar tais situações num sentido investigativo (p. 156).

Segundo Doutor (2013), referindo Pérez Serrano (2001), a metodologia de pesquisa qualitativa, é de carácter subjetivo, pois a interpretação dos dados é feita diretamente dos envolvidos no estudo, segundo o seu ponto de vista. A autora, referenciando ainda Cook e Reichardt (1986) e Arksey e Knight (1999), mostra

que: “o objetivo da ação qualitativa pretende, deste modo, compreender melhor o comportamento e as experiências humanas assim como aferir as opiniões, práticas, representações, modos e estilo de vida sobre um determinado segmento da população” (p. 71).

Bogdan e Biklen (1994) consideram que a investigação qualitativa possui cinco características: (i) neste paradigma de investigação a fonte direto de dados é o ambiente natural, sendo o investigador o elemento principal da sua recolha; (ii) é uma investigação descritiva; (iii) os investigadores inclinam-se mais pelo processo em relação aos resultados ou produtos; (iv) os investigadores tendem a analisar os seus dados de forma indutiva e (v) o significado é de importância vital na abordagem qualitativa, quer dizer que os que usam esta abordagem, preocupam-se em entender como é que as pessoas dão sentido as coisas e a sua vida.

No contexto escolar, a pesquisa qualitativa tem o especial objetivo de “revelar os mistérios que permeiam o cotidiano escolar, identificando processos que, muitas vezes, devido ao fato de se tornarem parte da rotina de uma determinada realidade escolar, passam despercebidos pelos próprios envolvidos na pesquisa” (Neves, 2015, p. 19). O autor realça ainda que o principal objetivo de pesquisa qualitativa é de interpretar o fenómeno em observação.

Há muito tempo, o estudo de caso, vem sendo usado em diferentes áreas de saber com perspectivas e finalidades diferentes, no ambiente educacional pode ser usado para fazer avaliação e descrever uma unidade social nas suas diferentes dimensões e a sua dinâmica natural (Marli, 2013). “O estudo de caso, pode ser entendido como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social” (Ponte, 1994, p. 3).

Segundo Ventura (2007), o estudo de caso como modalidade de pesquisa, é entendido como técnica de pesquisa, ou seja, a escolha de objeto de estudo delimitado pelo interesse em casos individuais, com o objetivo de investigar um caso “particular, bem definido, contextualizado, em tempo e lugar” (p. 384), para que se possa obter informação detalhada do assunto em estudo.

De acordo aos objetivos, o estudo de caso pode ser classificado em intrínseco ou particular, instrumental e coletivo. O primeiro é quando o pesquisador quer entender o caso específico em si, de melhor forma através dos seus aspetos internos. Isto é, o importante é compreender unicamente o caso particular, sem relação com outros casos ou outras problemáticas mais abrangentes (Ventura, 2007).

Por sua vez o segundo corresponde a exames que se fazem de um caso para com ele compreender outras questões, servindo para conduzir estudos ou servir de ferramenta para futuras pesquisas. Distingue-se do intrínseco, porque se define em função do interesse por conhecer e compreender uma problemática mais ampla, através da compreensão do caso particular, e o último, é quando se estende o estudo a outros casos instrumentais ligados com a finalidade de aumentar a compreensão ou de propor teorias sobre outros casos (Ventura, 2007).

Num estudo de caso é importante delimitar os objetivos, pois não é possível estudar todos os aspetos do fenómeno num tempo bastante escasso. Assim sendo, a escolha dos aspetos mais importantes é uma via para alcançar os propósitos do estudo e uma compreensão detalhada do assunto (Marli, 2013).

Após uma revisão breve das temáticas investigadas, atendendo à necessidade de “fazer o balanço do que já foi escrito no domínio da investigação” (Fortin, 1999, p. 73), refletindo sobre os contornos metodológicos, expressos nas ideias dos autores referenciados, a presente investigação que se insere no contexto educativo, assume requisitos de um estudo de caso.

### **Questões e Objetivos de Investigação**

Um problema de investigação “é qualquer questão para a qual não se conhece resposta e se procura, pelo menos, uma solução, em qualquer domínio do conhecimento” (Morais, 2013, p. 2). A investigação tem o seu início, quando o investigador se sente inquieto com uma situação que lhe aflige, a partir de então começa a procurar estratégias para dar resposta a essa situação através do método científico. Para dar início à investigação, o problema deve ser descrito em detalhes e de uma forma clara, bem delimitado e adequadamente enquadrado para

que possa ser facilmente compreendido pelo próprio investigador assim como a comunidade científica implicada na resolução do problema.

Morais (2013) considera um problema como importante, na perspetiva científica, se der respostas aos objetivos previamente delimitados, se a solução trazer o benefício à comunidade e se a sua resolução conduza a produção do conhecimento. Gil (1999), por sua vez, considera um problema como relevante “à medida que as respostas obtidas trouxerem consequências favoráveis a quem o propôs” (p. 51).

O artigo 26.º da declaração universal dos direitos humanos, declara que, a educação é um direito fundamental para todos os seres humanos. Na mesma perspetiva o estado guineense no artigo 49.º da Constituição da República decreta: “todo o cidadão tem o direito e dever a educação, ao Estado compete promover gradualmente a gratuidade e acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino” (Constituição da República da Guiné-Bissau, 1996). Igualmente a Lei n.º 4 (2011), no artigo 12.º, pode-se ver que o ensino “básico é universal, obrigatório e totalmente gratuito até ao 6.º ano de escolaridade; a partir do 7.º ano passa a ser tendencialmente gratuito, de acordo com as possibilidades económicas do Estado” (p. 6).

Uma das essências do desenho de qualquer política educativa de um estado, é de promover o acesso ao ensino e a sua qualidade para os seus cidadãos, apesar dessas leis é notório que, há várias crianças que se encontram fora do sistema educativo. O que quer dizer que um elevado número de crianças não tem o acesso ao ensino básico sendo desprovidos dos seus direitos, como no caso da Guiné-Bissau.

“Na última década a disfuncionalidade do SE é acentuado, o que tem originado o fracasso da qualidade da educação principalmente nas zonas rurais” (Bideta, 2013, p. 51). No que diz respeito à distribuição da rede escolar, as zonas rurais são mais discriminadas, sendo também zonas de maior pobreza e de maior dificuldade de colocar os recursos humanos e materiais, onde se nota uma gestão de educação politizada. Esses indicadores constituem razões para a desigualdade de acesso ao ensino e entraves para o avanço do país.

É importante salientar que, as leis que regem o SE guineense, todas elas defendem um ensino de qualidade e acesso a todos, mas mesmo assim, tanto a qualidade

como o acesso universal ainda é uma questão a resolver, segundo as minhas leituras.

Inquieto com essa situação, porque o desenvolvimento social e económico do país depende fortemente com o tipo de sistema educativo, como professor e tendo acompanhado a atual situação do ensino, proponho realizar esta pesquisa, com o seguinte questão geral de investigação:

Qual é o impacto do desenho das políticas educativas na promoção do acesso e do sucesso escolar nos liceus guineenses?

No que respeita esta ideia definiu-se como objetivo geral:

Conhecer e analisar as políticas educativas na Guiné-Bissau e o seu contributo para o acesso e o sucesso escolar na perspetiva de professores com experiência educativa de um liceu guineense.

Foram, ainda, delineados os seguintes objetivos específicos: (i) Perceber, através dos professores participantes, o contexto da implementação das políticas educativas; (ii) Considerar a opinião dos professores participantes sobre a problemática do acesso à educação e (iii) Identificar as estratégias que promovem o sucesso escolar.

Decorrentes destes pressupostos, o presente estudo insere-se no mestrado em Gestão e Administração Escolar e concretiza-se numa investigação sobre as Políticas Educativas na Guiné-Bissau, Acesso à Educação e Sucesso Escolar: Um Estudo de Caso no Liceu Padre António Grillo-Bambadinca.

### **Participantes**

Inicialmente, pretendia-se abranger inspetores das escolas. Contudo, devido à indisponibilidade destes profissionais de educação para se constituírem em respondentes de um inquérito com respostas abertas, optou-se por inquirir o diretor e professores do Liceu Padre António Grillo-Bambadinca com ampla experiência no ensino.

Este estudo contou com três participantes, o diretor e dois professores, do Liceu Padre António Grillo-Bambadinca (ver tabela 5.1).

Tabela 5.1. Características dos participantes do Liceu Padre António Grillo-Bambadinca.

Função	Sexo	Idade	Anos de docência	Tempo de diretor no Liceu
Diretor	M	36	14 anos	3 meses
Professor 1	M	48	12 anos	
Professor 2	M	39	14 anos	

A amostra dos participantes foi composta por conveniência com o diretor e professores com ampla experiência profissional, tendo o seu consentimento para a realização do estudo.

### **Instrumentos de Recolha de Dados**

O inquérito por questionário, que segundo Carmo e Ferreira (1998), é uma técnica de recolha de dados que consiste na interação indireta entre o pesquisador e o pesquisado. Por seu turno, Quivy e Campenhoudt (2008), citados por Santos e Henrique (2021), afirmam que, “o inquérito por questionário baseia-se numa sequência de questões escritas, que são dirigidas a um conjunto alargado de indivíduos, envolvendo as suas opiniões, representações, crenças e informações factuais, sobre eles próprios e o seu meio” (p. 12).

Por regra um questionário é dirigido a um conjunto de pessoas (inquiridos), com o intuito de recolher dados para analisar, interpretar e tirar conclusões, com vista a dar resposta aos objetivos previamente definidos. Quando se aplica um questionário o desejo é que todos os participantes respondem, ou melhor dizer, que o número de respondentes seja igual ao dos inquiridos, que se chama de universo do estudo (Santos & Henrique, 2021).

Gil (1999) conceituou esta técnica, na mesma linha de pensamento, afirmando que o questionário é uma técnica de investigação constituída por um determinado número de perguntas por escrito dirigidas a um grupo de pessoas com a finalidade de conhecer as opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expetativas e situações vivenciadas.

Quando se escolhe esta técnica para a investigação, é importante respeitar todos os procedimentos normais que se aplicam em qualquer investigação: definir previamente os objetivos; levantar as hipóteses se aplicável; selecionar a amostra; elaborar o instrumento em si; testá-lo e administrar para poder analisar os resultados no futuro. O principal problema que o investigador depara, na preparação e administração do inquérito deste género, é a interação indireta. Sendo assim, deve-se tomar em consideração dois aspetos fundamentais a esta questão (do espaço): o cuidado na formulação das perguntas e o modo de contactar os respondentes (Carmo & Ferreira, 1998).

O inquérito por questionário apresenta uma série de vantagens quando comparado com a entrevista. Uma delas é que, possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estas não se encontrem na mesma área geográfica, já que o questionário pode ser enviado pelo correio ou por outros meios eletrónicos existentes hoje. A opção por esta técnica está explícita na sua relevância neste contexto de estudo.

O objetivo deste estudo consiste em perceber, na perspetiva do diretor e de professores, o impacto das políticas educativas na promoção do acesso e sucesso escolar, num dos liceus da Guiné-Bissau, sendo que os dados, para dar resposta aos objetivos traçados, só serão possível de recolher junto dos atores educativos que atuam no referido estabelecimento de ensino que, no momento, todos se encontram no território nacional guineense.

Por ser difícil a deslocação até a Guiné-Bissau, elaborou-se um questionário aberto, o qual, segundo Hill e Hill (2005), é constituído por um conjunto de perguntas, sobre as quais, as respostas são exclusivamente pensadas e escritas pelo respondente com as suas próprias palavras. O que se pretende é exatamente o que foi mostrado no objetivo, que os participantes, com as suas experiências acumuladas deem as suas opiniões sobre o tema em estudo.

Os questionários foram elaborados e enviados em formato PDF para evitar a perda ou adição de algumas informações por correio eletrónico de um colega professor, que encarregou de distribuí-los em envelope a todos os inquiridos. Importa salientar que antes do envio dos questionários, os participantes foram contactados

pedindo a sua participação no estudo e justificada a relevância que têm para a consecução dos resultados almejados (Apêndice A).

Após a disponibilidade dos participantes foi enviado um inquérito com questões abertas divididas em três categorias: políticas educativas, acesso à educação e sucesso escolar. Este foi construído, inicialmente, como o guião de uma entrevista semiestruturada, com as questões de referência (ver tabela 5.2).

Tabela 5.2. Entrevista ao diretor e aos professores do Liceu Padre António Grillo-Bambadinca.

Categorias	Questões
Dados Pessoais (diretor)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Idade?</li> <li>2. Sexo?</li> <li>3. Há quanto tempo é professor?</li> <li>4. Há quanto tempo exerce cargos de gestão?</li> <li>5. Há quanto tempo é diretor neste Liceu?</li> </ol>
Dados Pessoais (professores)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Idade?</li> <li>2. Sexo?</li> <li>3. Há quanto tempo é professor?</li> </ol>
Políticas Educativas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Considera que as políticas educativas se enquadram na realidade e nas necessidades do país? Porquê? Pode dar exemplos?</li> <li>2. Quais as principais estratégias na implementação e no acompanhamento das políticas educativas? Pode referir algumas?</li> <li>3. Quais as principais dificuldades na implementação e no acompanhamento das políticas educativas? Pode referir algumas?</li> <li>4. Que medidas têm sido implementadas para a superação das dificuldades? Pelo Governo Central? Pelo Liceu? Pode dar exemplos?</li> <li>5. A ação educativa neste Liceu desenrola-se nos limites das decisões governamentais ou são adotadas outras estratégias próprias neste estabelecimento de ensino? Pode exemplificar?</li> <li>6. Pode referir algumas medidas locais para desenvolver o processo de ensino neste Liceu? Pode dar exemplos? Como as avalia?</li> <li>7. Para além da Lei de Base do Sistema Educativo, do Estatuto da Carreira Docente e do Plano Setorial de Educação, há mais algumas políticas Públicas Educativas para melhorar a qualidade do ensino e o acesso para todas as crianças e jovens, na última década? Pode dar exemplos?</li> <li>8. Como avalia o cumprimento das políticas educativas e o seu impacto no acesso e no sucesso escolar? Pode apresentar situações concretas?</li> </ol>

	<p>9. Que medidas gostaria de implementar para melhorar as políticas educativas nacionais e locais? Pode dar exemplos?</p>
Acesso à Educação	<p>1. Acha que nos últimos anos, as políticas governamentais tentaram melhorar o acesso universal à educação, como previsto na Lei de Base do Sistema Educativo? Pode referir algumas ações?</p> <p>2. Considera que o governo tem investido na rede escolar? Como acha que seria possível aumentar o número de estabelecimentos de ensino pelo país? Pode dar exemplos?</p> <p>3. Como pensa que poderíamos resolver o problemas das crianças e jovens que ainda não têm acesso ao ensino até ao 6.º ano? Pode exemplificar com alguma medida em concreto?</p> <p>4. Como tem evoluído o número de alunos ao longo dos últimos anos neste Liceu? Que medidas têm sido tomadas para garantir o acesso a todas as crianças e jovens à educação? Pode referir alguma medida em concreto?</p> <p>5. Quais considera serem as principais razões para a desigualdade de acesso ao ensino pelas crianças e jovens guineenses? Pode exemplificar?</p> <p>6. O que acha que tem sido feito para facilitar o acesso das crianças e jovens que se encontram em localidades distantes do Liceu? Tem algumas ideias de como resolver este problema?</p>
Sucesso Escolar	<p>1. Considera que as políticas educativas públicas garantem a promoção do sucesso escolar? Pode dar exemplos? Qual é o nível de execução destas medidas?</p> <p>2. Quais os fatores que têm contribuído para o aumento do sucesso ou do insucesso nos últimos anos? Consegue identificar algumas causas concretas?</p> <p>3. Quais as principais estratégias locais para a promoção do sucesso escolar? Pode indicar algumas?</p> <p>4. Quais as principais dificuldades que ao nível local existem para uma maior promoção do sucesso educativo? Pode referir alguns fatores que possam influenciar estas dificuldades?</p> <p>5. Qual acha que tem sido o principal contributo das parcerias com instituições nacionais, internacionais e ONG, no que respeita ao aumento do sucesso educativo? É capaz de dar alguns exemplos?</p> <p>6. Que medidas gostaria de tomar para aumentar o sucesso escolar das crianças e jovens</p>

	guineenses? Pode referir algumas medidas concretas?
Finalização e Agradecimentos	1. Há alguma situação que considere importante e que queira realçar sobre as políticas educativas no país? No Liceu? Na comunidade? Agradecimentos

Foram informados que as suas respostas seriam confidenciais exclusivamente para fins do estudo e foi-lhes garantido que o tratamento dos dados não vai pôr em causa o seu anonimato. Na aplicação dos questionários, os objetivos do estudo foram esclarecidos aos participantes e foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre (ver Apêndice B).

O diretor e os professores participantes responderam a cada uma das questões, como se se tratasse de um questionário e responderam utilizando o ficheiro *word* ou com a sua própria letra nos espaços existentes entre as diferentes questões impressas em suporte papel. Os ficheiros *word* ou os documentos digitalizados foram enviados em retorno para o investigador.

### **Análise dos Dados**

As entrevistas foram organizadas para análise dos dados (Apêndices C a E). Foi realizada uma leitura ampla de todo o material obtido. A partir da análise de conteúdo caracterizou-se o diretor e os professores e assumiu-se as categorias previamente estabelecidas: políticas educativas, acesso à educação e sucesso escolar. Procedeu-se a uma organização do material por etapas, de modo a identificar as contribuições do diretor e dos professores, para acolher os objetivos de pesquisa definidos e as categorias determinadas em função da investigação.

### **Procedimentos Éticos**

Todos os dados recolhidos são para fins de investigação, considerando todos os meios de confidencialidade e anonimato dos participantes no estudo. Os mesmos estão anonimizados, indicados apenas como diretor e professores um e dois. Durante o estudo foram cumpridos todos os procedimentos e princípios éticos da investigação definida pela Universidade do Algarve de modo a garantir a integridade dos participantes, sendo garantida a total confidencialidade e a

utilização e seu tratamento pela instituição de ensino superior, com um período de retenção dos dados sendo o mínimo necessário para a realização do estudo, correspondendo desta forma aos termos e condições da Política de Proteção de Dados.

## **Capítulo VI- Análise e Discussão dos Dados**

Este capítulo aborda a análise de dados, tendo por referência a apresentação do liceu em estudo e as três categorias previamente definidas nesta investigação: políticas educativas, acesso à educação e sucesso escolar.

### **Liceu Padre António Grillo-Bambadinca**

O Liceu Padre António Grillo-Bambadinca fica situado no leste do país na região de Bafatá, a 28 km do setor de Bafatá, capital da região, e a 117 km de Bissau, capital do país, foi fundado no dia 22 de fevereiro de 2004.

Até nesta data, não havia um liceu no setor, situação que obrigava os alunos, que terminavam o segundo ciclo (5.º e 6.º anos), a se deslocarem para outras localidades à procura de liceu. Muitos alunos não conseguiam meios para continuar os estudos, acabando por se dedicarem as outras atividades (pequeno comércio, trabalho no campo, etc.). Aqueles que iam estudar, constituíam uma preocupação para os familiares, em termos de alimentação e segurança, por estarem longe da família, enfrentando realidades diferentes, correndo o risco de desviar do foco do estudo e acabando por trazer, às vezes, vícios que não tinham a ver com o sucesso académico.

Com essa situação, os pais e encarregados de educação começaram a mobilizarem-se na comunidade, promovendo encontros com o intuito de procurar mecanismos para construção de um liceu, no sentido de os seus educandos tivessem a oportunidade de estudar no próprio setor sob acompanhamento dos seus familiares. A início não tinham meios económicos suficiente para erguer uma parede, tendo pedido algumas salas nas escolas primarias, sediadas no setor, para administrar as aulas do sétimo ano. Passando algum tempo conseguiram um espaço e com as suas próprias mãos começaram a construir “dubis” (blocos construídos de areia sem cimento), para o levantamento da primeira parede. Assim conseguiram construir o primeiro pavilhão. Nasceu o primeiro liceu com a iniciativa dos pais e dos próprios jovens que apoiaram a iniciativa. O liceu foi batizado com o nome de Padre António Grilo, em homenagem ao então padre, que desde os tempos da colonização dedicava-se a ensinar naquelas zonas.

O liceu é uma escola pública que funciona no regime de autogestão. Praticamente, o regime de autogestão é um acordo entre a Fundação para o Apoio ao Desenvolvimento dos Povos do Arquipélago dos Bijagós, os pais e encarregados de educação e o Ministério da Educação Nacional, assinado no dia 4 de novembro de 1993, em que as três entidades concordam em se entreajudar para implementar uma escola de qualidade: o Ministério da Educação Nacional envia os professores e outro pessoal para a escola; a população é responsável pela manutenção do edifício e o pagamento de uma propina, e a Fundação responsabiliza-se pela assistência em pessoal pedagógico e de gestão e pelo pagamento de uma quantia de dinheiro (chamada subsídio) aos professores, os quais assinam o “Termo de Compromisso” que define os seus deveres e direitos face aos alunos, à Fundação e aos pais e encarregados de educação (Scantamburlo, 2013).

O liceu conta hoje com cinco pavilhões, alguns construídos com ajuda dos parceiros, principalmente da Igreja Católica, vinte e duas salas de aulas, uma sala dos professores e uma sala específica para associação de estudantes. Não tem biblioteca nem um recinto recreativo e desportivo e o espaço é vedado com um muro.

Em relação à oferta educativa, leciona-se as aulas do ensino básico desde o 7.º ano, com 21 turmas, 8.º ano, com 15 turmas, e o 9.º ano, com 12 turmas. No ensino secundário leciona-se as aulas do 10.º, 11.º e 12.º anos, ambos os níveis com oito turmas, totalizando 72 turmas a nível do Liceu. De acordo com as orientações do governo, as turmas devem ser compostas por 35 ou 36 alunos, mas devido a falta de escola e de elevada procura as turmas são compostas até por 45 alunos. As aulas funcionam em três turnos, de manhã das 08:00 às 12:30, à tarde das 13:30 às 18:00 e à noite das 18:30 às 22h35.

No que tange aos recursos humanos, o liceu conta com 88 docentes, 81 de sexo masculino e 7 do sexo feminino. Neste número 71 docentes pertencem ao quadro e os restantes 17 são contratados, sendo que todos estes docentes possuem uma formação inicial. Ainda o Liceu conta com 7 funcionários de pessoal não docentes que trabalham em diferentes áreas (secretaria, limpeza, contínuo, etc.).

O liceu conta hoje com um elevado número dos alunos que segundo os dados de ano letivo 2023/2024, é de 2.807 estudantes (ver tabela 6.1)

Tabela 6.1. Repartição dos estudantes por níveis escolares e sexo.

Nível escolar	Masculino	Feminino	Total
7.º ano	461	283	744
8.º ano	383	264	647
9.º ano	299	189	488
10.º ano	211	121	332
11.º ano	183	120	303
12.º ano	184	109	293
Total	1721	1086	<b>2807</b>

No ponto de vista do diretor do Liceu Padre António Grillo-Bambadinca o número de estudantes pode vir a aumentar porque o estabelecimento de ensino recebe também muitos alunos oriundos do setor vizinho, que não tem liceu, devido a sua situação geográfica:

Esse número tende a crescer porque, o liceu recebe muitos alunos que terminam o segundo ciclo (6.º ano), no setor vizinho (Xitoli), e por ser o único que situa no centro, enquanto os outros liceus (Finet e Gãmbiel), estão nas aldeias, o que não facilita a deslocação de pessoas do centro da cidade para essas escolas [Professor 2].

Ao nível de equipamentos, os matérias didáticos que a escola dispõe são: manuais de apoio, mapas, globos, tabelas periódicas e alguns materiais de desgaste. Nota-se que o liceu tem falta de matérias didáticos para administrar o processo de ensino e de aprendizagem devido ao fraco investimento por parte do Estado.

Segundo a tipologia do liceu (autogestão), este recebe apoio do próprio Ministério de Educação Nacional, dos pais e encarregados de educação e de Missão Católica na área de gestão. Ainda beneficia do apoio de alguns parceiros internacionais como FEC (Fundação Fé e Cooperação), que ajuda na formação dos professores e dos membros da direção.

A gestão da escola é altamente hierarquizada, tendo a figura do diretor (órgão máximo que coordena todas as atividades do liceu) em representação do

Ministério da Educação Nacional. O diretor é escolhido através da proposta da Comité de Gestão que depois manda para o Ministério da Educação Nacional. O Ministério, por sua vez, nomeia o diretor através de despacho do ministro da educação. Em caso da sua ausência é substituído pelo subdiretor. No mesmo patamar hierárquico, segundo a organigrama, encontra-se o supervisor que é uma entidade em representação da Missão Católica e a comunidade é representada por um Comité de Gestão, que é um órgão deliberativo.

### **Políticas Educativas**

A definição das medidas relativas às políticas educativas é apontada pelos participantes como desajustadas à realidade guineense, nomeadamente em relação ao currículo escolar e aos recursos educativos:

os conteúdos dados não espelham aquilo que é a nossa realidade. Por exemplo: as aulas do português são dadas como a língua segunda [Diretor].

Há certas políticas adotadas pelo governo que, no meu ponto de vista, não se enquadram na realidade do país. Por exemplo, a lei prevê o EB (Ensino Básico) gratuito e obrigatório (1.º e 2.º ciclos, art.º 12.º, n.º 2) para todas as crianças. O que é que o governo faz para as escolas? Nada! Como é que as escolas vão comprar os materiais como giz, resmas, etc., para o seu trabalho sem alguma subvenção por parte do governo? [Professor 2].

Contudo, tem existido avanços no que diz respeito ao currículo, particularmente em relação ao conhecimento da história e geografia do país:

em algumas regiões educativas, isto é, em Bafatá, Oio, Bissau, Gabú e Cacheu, já estão a enquadrar-se na realidade educativa do país, com o novo currículo escolar, falando da História e Geografia da Guiné-Bissau [Professor 1].

No âmbito da implementação das políticas educativas, os entrevistados advogam a necessidade de o governo adotar medidas políticas realistas que possam cumprir, sem apoio de parceiros nacionais e internacionais:

É preciso o governo adotar medidas que acha que sozinho estará em condições de cumprir, sem intervenção dos parceiros, porque se continuar a acreditar no apoio dos parceiros, no dia em que esses parceiros deixarem de apoiar aquela iniciativa, a lei deixará de fazer sentido ou cairá [Professor 2].

Por outro lado, defendem que é necessário um maior acompanhamento e formação, por parte das autoridades, da implementação das medidas legislativas, particularmente das novas leis:

Uma vez adotadas as leis executáveis, é preciso um acompanhamento mais sério por parte da autoridade. Outra coisa que considero importante é, quando existir documentos/leis novas, é preciso disponibilizar documentos ou criar reuniões para a sua partilha/divulgação. Por exemplo, nas reuniões das comissões de estudo fazer esse trabalho ou convocar diretores para esse efeito [Professor 2].

Esta necessidade de monitorização e articulação entre todos é também defendida pelo diretor do Liceu:

coordenação mensal dos coletivos e inspeção educativa ou escolar séria [Diretor].

Neste âmbito da definição e monitorização das políticas educativas, um dos professores realça que as mesmas devem ser desenvolvidas por especialistas de educação, ao invés das lógicas partidárias de poder:

devia haver a devolução da política educativa e sistema da educação nacional, para os técnicos da educação trabalhá-lo de novo. Deixar de fazer nomeação partidária a cargos administrativos [Professor 1].

Os constrangimentos reportados pelos entrevistados, no que toca a implementação das políticas educacionais, referem-se à: fraca inspeção, baixo nível académico de alguns diretores, que os dificultam na compreensão da lei, à insuficiente colaboração entre os professores e ao desconhecimento de alguns materiais de ensino:

participação séria dos professores nas coordenações (fraca participação) e fraca inspeção [Diretor].

falta de nível de alguns diretores de ler e compreender o documento; falta de seguimento/acompanhamento rigoroso dos diretores por parte dos inspetores; desconhecimento da existência dos materiais, constituem principais dificuldades das suas implementações [Professor 2].

A avaliação das políticas educativas nacionais não se traduz numa realidade coerente neste liceu, devido ao não cumprimento integral das decisões educativas legisladas e à adoção de outras políticas educativas:

não há cumprimento integral das políticas educativas porque o próprio liceu adota, em muitos casos, outra política ao lado daquela determinada pelo Estado [Professor 2].

Na perspetiva de um dos professores, este desajusto entre a legislação nacional e as práticas da instituição, origina maiores problemas de acesso escolar e contribui para o abandono escolar, particularmente por questões de natureza económica:

A forma como o liceu está a implementar a “sua política educativa” só vai contribuir para o abandono escolar e falta de acesso por parte das pessoas sem condição para assumir as despesas impostas pela escola [Professor 2].

Exemplifica com os custos reportados às famílias com educandos no 3.º ciclo e no secundário:

Contextualizando e falando do caso particular do 3.º ciclo e do secundário (no caso do liceu), se as políticas educativas fossem implementadas como estava ou como ainda está, aumentaria o acesso e o sucesso escolar de muitos alunos, visto que teriam apenas de assumir as propinas determinadas pelo Estado (3000 fcfa para o 3.º ciclo e 5000 fcfa para o secundário, por trimestre) [Professor 2].

O professor reforça que a legislação nacional é mais favorável ao acesso e ao sucesso do que as práticas das instituições escolares:

Se houvesse o cumprimento das leis impostas pelo Estado neste liceu, de certeza, o número de alunos aumentaria e, desta forma, facilitaria no acesso e no sucesso escolar de muitos [Professor 2].

Em concordância com os entrevistados, Bideta (2013) afirma que, embora tivesse existido, após a independência, mudanças no sistema educativo a nível do país, os vários constrangimentos ligados a falta dos meios financeiros para a implementação das políticas educativas, a escassez dos professores em quantidade e qualidade, os conflitos político-militar e a instabilidade institucional, têm consequências negativas no sistema do ensino guineense.

### **Acesso à Educação**

A educação para todos, apesar de ser um direito que assiste todos os cidadãos guineense (art. 49.º n.º 1, da constituição da república), ainda é uma realidade distante no sistema de ensino guineense. De acordo com os participantes, no

estudo, as constantes crises políticas, que culminam com o derrube dos governos, não têm permitido a execução regular das políticas delineadas pelos sucessivos ministérios de educação:

na minha opinião, não houve novas políticas governamentais por além daquilo que a Lei de Bases prevê que também não estão a ser cumpridas rigorosamente. Se existirem, desconheço-as [Professor 2].

As medidas de política educativa também têm sofrido avanços e retrocessos com as constantes alterações políticas e as correspondentes nomeações partidárias para os cargos diretivos das escolas:

não, devido fundamentalmente o que tinha referido em cima [as crises cíclicas ao longo dos tempos]. Com essas nomeações políticas que invadiram todas as áreas e instituições públicas o que a educação não fugiu de regras [Professor 1].

Os professores, intervenientes no estudo, acreditam que é possível limitar a situação das muitas crianças que ficam fora do sistema do ensino, sendo desprovidos dos seus direitos à educação, através do cumprimento das leis existentes, da construção de infraestruturas, principalmente nas zonas rurais, onde se verifica a maior falta de escolas e da criação de condições para uma escolaridade plena, pelo menos, até ao 6.º ano:

isso passa necessariamente em reforçar as leis de obrigatoriedade do 1.º - 6.º ano. Construir infraestruturas em todas as aldeias para que torne mais acessíveis as crianças [Professor 1].

cumprir apenas o que está previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo Guineense (Ensino básico gratuito é obrigatório como consta no artigo 12.º, n.º 1, 2 e 4 da Lei de Bases). Só que, no meu ponto de vista, a obrigatoriedade não deve apenas constar na lei sem fazer o seu seguimento.

Se o governo se responsabiliza em subvencionar as escolas do ensino básico até 6.º ano, então deve criar condições para que todas as crianças com a idade escolar possam frequentar a escola mesmo que seja com o envolvimento das forças de segurança ou forças policiais (de obrigarem os pais a mandarem os filhos para escola ou através da criação de uma coima para os pais que têm filhos na idade escolar e que não estão a frequentar a escola) [Professor 2].

Um dos professores questiona-se sobre o desinvestimento do estado na educação em confronto com a necessária gratuitidade do ensino para todas as crianças:

Mas, como o ensino básico pode ser gratuito se as escolas não recebem nenhum apoio do Estado? Como as escolas vão conseguir comprar materiais como giz, resmas e outros para o seu trabalho? [Professor 2].

O acesso à educação, à escola, é desigual na Guiné-Bissau em relação ao género, sendo verificado uma enorme diferença entre o sexo masculino e feminino, ao nível económico dos pais e encarregados de educação e à localização geográfica, diferenciação entre o meio rural e urbano dos estudantes. Não é valorizada a escolaridade das meninas e algumas estudantes são vítimas de gravidez precoce, o que origina o abandono escolar:

a não valorização da escolaridade das meninas e a gravidez precoce [Diretor].

Outro motivo para a desigualdade de acesso e o abandono escolar é a situação económica das famílias e o trabalho em idade escolar:

Antecipação do emprego [são os fatores que podem estar na origem de desigualdade de acesso ao ensino] [Diretor].

A situação económica dos pais e encarregados de educação resulta também numa desigualdade de acesso à educação, em virtude do ineficaz funcionamento das escolas públicas, de maior acesso para a generalidade dos estudantes, pelas condições precárias dos professores, por desinvestimento público nas escolas, e a regularidade de greves, impossibilitando as aprendizagens ao longo de todo o ano letivo:

Falta de possibilidade por parte de alguns pais e constantes greves no setor de ensino [Professor 1].

Pobreza pode ser considerada um fator primordial na desigualdade de acesso ao ensino porque, como se sabe, na Guiné-Bissau as escolas públicas são aquelas que funcionam em piores condições, porque dificilmente as aulas iniciam em outubro como previsto e terminam em junho sem greves. Por este fator, os pais com maiores condições económicas, incluindo os governantes, matriculam os seus filhos nas melhores escolas privadas que existem numa localidade. Os pais que não têm condições deixam os filhos nas escolas públicas, mesmo sabendo dos constrangimentos que elas podem ter antes de junho [Professor 2].

O governo e o liceu em estudo, enquanto estruturas educativas, pouco têm realizado para aumentar o acesso à educação e à escola:

Por mim, acredito que nada foi feito nem pela direção do liceu, nem pelo governo [Professor 2].

Algumas medidas para aumentar o acesso podem surgir por iniciativa da comunidade local, a qual tem tido um papel relevante no liceu, em concordância com os participantes no estudo, com a criação de transportes, minimizando os problemas relativos à localização geográfica dos estudantes em relação à escola,

e de gestão do liceu, com uma discriminação positiva em relação aos estudantes de regiões mais distantes:

A ideia é assim: ter meio de transporte da escola para esse fim [Diretor].

Os alunos estão a frequentar a escola por iniciativa e por vontade própria ou dos pais. Acho que o liceu deveria dar oportunidade às crianças e jovens que se encontram distantes do liceu de estudarem no período diurno. Vê-se que muitos que vivem distante do liceu a se deslocarem de noite para a escola ou de bicicleta, ou de motorizada; há ainda aqueles que vão à pé, alimentando todos os dias a esperança de conseguir boleia. Se no período diurno não é fácil conseguir boleia, de noite pior ainda porque muitos meios de transporte público não trabalham [Professor 2].

Os participantes foram unânimes ao afirmar que o Estado não tem investido suficientemente no aumento e na manutenção dos equipamentos da rede escolar, exortam o aumento do bolo orçamental para o setor do ensino:

Não. Porque, no que refiro ao bolo orçamental, só 14% é destinado à educação e nessa percentagem a maior parte é destinada ao pagamento do salário, o que não permite um investimento credível para as novas construções, nem para a reabilitação das infraestruturas escolares, cuja muitas já estão no estado avançado de degradação” [Professor 1].

As novas escolas construídas no país têm resultado de parcerias com outros países, como a China e Turquia, que constroem escolas, sendo essas batizadas com o nome desses países, como Escola Amizade Guiné-Bissau China, uma escola construída com o financiamento da República Popular da China, um dos países que tem ajudado a Guiné-Bissau em muitos setores sociais:

através dos parceiros, sim! Há organizações internacionais como a PLAN que constrói escolas em muitas aldeias. Há outras escolas construídas através de parceria entre Guiné-Bissau e alguns países como China e Turquia. Escolas construídas através desta parceria acabam por receber o nome do país que a construiu, por isso temos escolas denominadas “Amizade Guiné-Bissau China” ou “Amizade Guiné-Bissau Turquia”. Mas só o governo, com a sua iniciativa, não me lembro da última escola que construiu.

Os participantes no estudo acreditam que é fundamental o investimento do governo, na área da educação, através do Orçamento Geral do Estado, para a construção de novos estabelecimentos escolares:

Tem de ser incluído no orçamento do estado a construção de estabelecimentos escolares [Diretor].

Uma outra via para o aumento das infraestruturas escolares passa pela mobilização das comunidades locais, como tem sido o caso da comunidade em torno do Liceu Padre António Grillo-Bambadinca:

Na minha opinião seria possível aumentar o número de escolas na Guiné-Bissau através de iniciativas locais como tem acontecido em muitas localidades, como por exemplo, o próprio liceu. Um grupo de pessoas, sentindo as necessidades da existência de um liceu no setor devido às dificuldades que os filhos enfrentam quando vão estudar noutras localidades, decidiram, com os seus próprios meios, começar a construir pavilhão com o envolvimento da comunidade [Professor 2].

Para que seja possível o acesso de todas as crianças e jovens no sistema do Ensino guineense, é preciso o investimento significativo nas infraestruturas escolares. A

cobertura de rede escolar a nível do país é escassa, principalmente nas zonas rurais. Muitas crianças percorrem muitos quilómetros a pé ou de bicicleta a procura de uma vaga numa escola. Outras que não têm meios de locomoção, procuram quarto nas cidades onde se situa a escola, ficando longe da família durante o período letivo. O pouco investimento do Estado no Sistema do Ensino, não permite construir nem reabilitar as infraestruturas escolares, para permitir que todas as crianças tenham a oportunidade de ter acesso ao ensino básico. Em algumas situações tem existido a solidariedade internacional e iniciativas das comunidades locais.

### **Sucesso Escolar**

Os professores, participantes no estudo, realçam como um dos problemas para o insucesso escolar guineense a instabilidade política, gerando uma instabilidade governativa e a constante interrupção das medidas de políticas educativas:

sucessiva queda de governos [Professor 1].

O que pode contribuir para o insucesso escolar é, como já referi anteriormente, falta de aplicação do que está na lei [Professor 2].

Um dos principais problemas apontados para o insucesso escolar resulta da situação económica das famílias e, em consequência, da necessidade de complemento de rendimentos, através do trabalho infantil, o qual origina o abandono escolar, particularmente devido à comercialização da castanha de caju:

No meu ponto de vista, o insucesso escolar deve-se a: trabalho infantil, falta de tempo para estudo [Diretor].

Outra causa de insucesso escolar tem a ver com a comercialização da castanha de caju. Há aldeias em que as crianças não vão a escola durante o período da castanha de caju. Os pais, ao invés de preocuparem em mandar os filhos para escola, mandam-nos ao campo para apanhar caju.

Crianças nestas condições não evoluem porque a campanha é anual [Professor 2].

Estes fatores económicos são ainda agravados pela não gratuitidade do ensino:

Na Guiné tudo se paga; cada pai deve se esforçar para pôr os seus filhos na escola; na escola tudo é pago mesmo aquilo que a lei disse que não se deve pagar, paga-se. Portanto, na minha opinião, não existe nada que pode contribuir para o sucesso escolar [Professor 2].

Apesar do esforço dos estudantes parece predominar o insucesso na sociedade guineense:

apesar de alguns alunos têm conseguido assimilar os conteúdos por terem acesso a nova tecnologia e a vontade de se autoformação, há mais insucesso que sucesso [Professor 1].

Os fatores apontados que contribuem para o insucesso escolar resultam da instabilidade política permanente, com a queda sucessiva dos governos, o incumprimento das leis, particularmente da gratuitidade do ensino e a campanha de comercialização de caju, a qual gera trabalho infantil.

Apesar dos problemas educativos gerais, têm surgido alguns casos de sucesso educativo, como é o caso do processo do ensino no Liceu Padre António Grillo-Bambadinca, devido à implementação do regime de autogestão no Sistema do Ensino guineense, que se consubstancia num protocolo assinado entre o Ministério de Educação Nacional, a Igreja Católica e a comunidade local, em que as três entidades concordam em entreajudar-se para implementar uma escola de qualidade: o Ministério de Educação Nacional envia os professores e outro pessoal não docente; a comunidade é responsável pela manutenção dos edifícios e pagamento de uma propina (para que não haja adesão dos professores a constantes greves) e a Comunidade Católica responsabiliza-se pela assistência em pessoal pedagógico e de gestão e pelo pagamento de uma quantia de dinheiro (chamada

subsídio) aos professores, os quais assinam o “termo de compromisso”, que define os seus deveres e direitos face aos alunos e aos pais e encarregados de educação.

A assinatura desse protocolo ajudou muito, porque o termo de compromisso assinado por parte dos professores, mesmo havendo greves decretadas pelo sindicato, eles continuam a dar as aulas, o que permite aos alunos do liceu terem mais tempos letivos em relação aos outros alunos das escolas totalmente públicas. Também tem existido um empenho da direção no que diz respeito ao

controlo dos professores e alunos, no cumprimento de calendário escolar [Diretor].

Estas estratégias para aumentar o sucesso escolar dos alunos, não estão isentas de dificuldades, no ponto de vista dos participantes, em virtude de deficiente situação económica das famílias, originando mesmo problemas de natureza alimentar:

no meu ponto de vista, as dificuldades que considero ser maiores na promoção de sucesso escolar é a situação económica e/ou renda muito baixa dos pais e encarregados da educação dos alunos. Muitos pais não têm um rendimento mensal e os que têm a renda mensal, ela é muito baixa. Não conseguem o suficiente para garantir a alimentação em casa e muito menos para sustentar os filhos que vão à escola. Por isso, durante a campanha de caju, muitos pais obrigam os filhos a irem para o campo apanhar castanha para garantir o sustento da família. Mesmo que o filho seja bom na escola, as faltas que acumula durante o período de campanha faz com que ele desça de rendimento [Professor 2].

Numa outra dimensão, o diretor aponta como causas do défice de sucesso o desempenho de alguns professores e as dificuldades das famílias em acompanhar os estudos dos seus educados:

Na minha opinião, a falta de colaboração por parte de alguns professores, fraco acompanhamento dos pais [Diretor].

Com vista à promoção do sucesso escolar, as estratégias, indicadas pelo diretor e pelos professores, consistem em melhores condições de trabalho para os professores, aumento das horas de estudo e valorização dos desempenhos dos estudantes:

    aumentar os tempos letivos, uma avaliação séria e a remuneração condigna dos professores [Diretor].

    Para crianças: atribuir prémios aos melhores alunos;

    Para jovens: criar quadro de honra para os melhores alunos em cada trimestre; atribuir bolsas de estudo (interno ou externo) aos melhores classificados de cada género (rapazes e raparigas) no final do 12.º ano [Professor 2].

Fundamentalmente, o aumento do sucesso escolar dos estudantes passa pela valorização económica e social da função docente, por condições económicas das famílias para não terem de recorrer ao trabalho infantil, aumento das cargas escolares e valorização pública e económica dos desempenhos dos estudantes.

Nestes esforços para promoção do sucesso escolar, a Guiné-Bissau tem contado com a ajuda internacional, das organizações internacionais (PLAN, UNICEF, FEC, etc.), que têm contribuído significativamente na formação dos professores e dos gestores das escolas (diretores e subdiretores), na construção das escolas, na distribuição dos matérias didáticos, entre outras coisas em prol de um ensino de qualidade:

    as organizações como PLAN, UNICEF, FEC, têm ajudado muito na promoção do sucesso escolar na Guiné-Bissau, as formações continuadas administradas por estas organizações, a construção das infraestruturas

escolares, são contribuições importantes para a nossa educação, se calhar sem essas ajudas a qualidade do ensino seria ainda pior [Diretor].

Estas ajudas também têm assumido uma natureza social de apoio às famílias, através da distribuição de alimentos para manter as crianças na escola, como forma de minimizar o abandono escolar e valorizar o sucesso académico:

O principal contributo das parcerias foi aquele de afetar as escolas com os géneros alimentícios para poder manter as crianças na escola. A verdade é que há famílias que não conseguem garantir pequeno-almoço aos filhos quando vão à escola de manhã. De igual modo, há pais que não conseguem ter almoço a tempo, isto é, antes das 14h para permitir que o aluno coma antes de se partir para escola. Daí, sabendo que na escola vai ter o que comer, acredito que faz muita gente ir à escola [Professor 2].

O sucesso escolar na Guiné-Bissau é afetado devido a instabilidade política governativa, a qual afeta a qualidade do Sistema de Ensino. A fragilidade económica e material das famílias, sendo um preditor de insucesso, tem sido minimizado com alguns apoios internacionais. Contudo, só uma mudança de política, de valorização dos professores e estudantes é que poderá maximizar o sucesso académico das crianças e jovens guineenses.

## Conclusões

Ao longo do tempo, o sistema do ensino guineense tem enfrentado várias dificuldades, que têm afetado negativamente o processo de ensino e de aprendizagem. Partindo desta perspectiva, estudámos as Políticas Educativas na Guiné-Bissau, Acesso à Educação e Sucesso Escolar: um estudo de caso no liceu Padre António Grillo-Bambadinca.

Após a discussão e análise dos dados é o momento de refletirmos sobre o impacto do desenho das políticas educativas na promoção do acesso e do sucesso escolar nos liceus guineenses e verificarmos se atingimos os objetivos definidos para este estudo. É pertinente relembrar os objetivos geral e específicos traçados como o fio condutor para esta pesquisa. Definiu-se assim como objetivo geral: Conhecer e analisar as políticas educativas na Guiné-Bissau e o seu contributo para o acesso e o sucesso escolar na perspectiva de professores com experiência educativa de um liceu guineense, particularmente no liceu Padre António Grillo-Bambadinca.

Para apurarmos este objetivo elaborou-se, ainda, os seguintes objetivos específicos: (i) Perceber, através dos professores participantes, o contexto da implementação das políticas educativas; (ii) Considerar a opinião dos professores participantes sobre a problemática do acesso à educação e (iii) Identificar as estratégias que promovem o sucesso escolar.

Com base nos resultados obtidos por meio dos participantes, professores com experiência educativa no liceu em estudo, apresenta-se de seguida as nossas observações decorrentes dos dados e tendo em conta os objetivos específicos.

No que tange ao primeiro objetivo, constatamos, de acordo as opiniões dos entrevistados, que o desenho das políticas educativas no país é desajustado, ou seja, as normas legais, no âmbito escolar, não se concretizam na realidade do país, principalmente no que diz respeito ao currículo e aos recursos humanos e materiais. Os professores apontam o modo como são administradas as aulas do português (como a língua segunda), o que pode constituir um entrave para a aprendizagem de muitos alunos, particularmente por insuficiente conhecimento da língua portuguesa.

A política de gratuidade do ensino básico (1.º e 2.º ciclos) não se concretiza eficazmente e de modo universal, no contexto educativo guineense, porque não há um apoio por parte do governo para fazer valer a lei da universalidade educativa. Para que haja a implementação eficaz das políticas educativas é necessário que estas sejam elaboradas baseando-se nas realidades existentes e que possam ser materializadas com os próprios meios, humanos e materiais, não esperando o apoio dos parceiros.

Verifica-se, também, que a monitorização do Sistema Educativo tem por base os princípios e as lógicas político partidárias de gestão do poder, existindo pouco envolvimento dos especialistas da área da educação. Deste modo, torna-se pertinente que a gestão escolar seja entregue a técnicos da educação, com o apoio dos docentes e da comunidade educativa. Ao nível do liceu em estudo apontamos que não há o cumprimento total das políticas educativas traçadas pelo governo central, sendo adotadas outras medidas que, no ponto de vista dos participantes, constituem dificuldades de acesso e sucesso escolar.

Verifica-se que as dificuldades na implementação das políticas educativas se devem à fraca inspeção, ao baixo nível académico de muitos diretores, que têm dificuldades na compreensão e interpretação das leis, e à insuficiente colaboração dos professores. De acordo as opiniões dos entrevistados podemos concluir que a implementação das políticas educativas não espelha o contexto do ensino guineense e não se verifica o cumprimento total da legislação vigente.

Em relação ao segundo objetivo, constatamos que, embora seja um direito que assiste todos os cidadãos, o acesso à educação para todas as crianças e jovens é uma situação a resolver no Sistema de Ensino guineense. Muitas crianças e jovens, em idade escolar, ainda ficam fora do sistema educativo. Os entrevistados advogam que as razões dessa situação consistem nas constantes crises políticas que não permitem aos governos executar as suas agendas políticas, nomeadamente no campo da educação.

Verificamos também a desigualdade de acesso à educação, motivada principalmente pela debilidade económica de alguns pais ou encarregados de educação, que não conseguem matricular os seus educandos e pagar as respetivas

despesas decorrentes dos estudos. Neste contexto económico, o trabalho em idade escolar é, também, um dos entraves para o acesso à escola e o sucesso académico de muitos alunos. Os professores realçam ainda que a situação geográfica dos alunos é um entrave ao acesso escolar e ao sucesso académico, sendo acentuada nas zonas rurais, onde muitos alunos têm de percorrer muitos quilómetros a pé ou de bicicleta/motorizada para chegar à escola, alguns acabando por desistir ou nem se quer se matricular. Acresce, também, que o fraco investimento do estado guineense na área educativa não permite construir e nem reabilitar as infraestruturas escolares para melhorar o acesso à educação.

Podem ser tomadas medidas para resolver o acesso à educação para todos, cumprindo o que está na lei, através da construção de escolas nas zonas mais desfavorecidas ou proporcionar meio de transporte para facilitar a locomoção das crianças e jovens para a escola. Podemos concluir que, apesar de existirem políticas de universalidade educativa (Constituição da República e a Lei de Base do Sistema Educativo), o acesso à educação para todas as crianças e jovens, ainda, nos dias de hoje, não é universal.

Relativamente ao terceiro objetivo, os dados apontam a instabilidade política e económica como os maiores fatores de insucesso escolar dos estudantes. Os participantes realçam que, apesar do esforço dos estudantes, predomina mais o insucesso escolar. No que diz respeito às estratégias adotadas para promover o sucesso escolar, os participantes reportam que desconhecem políticas traçadas pelo governo em relação a essa matéria.

Ao nível do liceu Padre António Grillo-Bambadinca, concluiu-se que o protocolo de acordo, assinado pelo Ministério de Educação, a Igreja Católica e a Comunidade, sobre a implementação do regime de autogestão, tem ajudado muito no controlo e na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem. Identificou-se também a ajuda da comunidade internacional, que tem um papel preponderante na promoção do sucesso académico na Guiné-Bissau, através de formação continuada dos professores, construção das escolas, distribuição de alimentos e materiais didáticos.

Podemos então deduzir que a situação política, as nomeações partidárias para os cargos de gestão das escolas, a fraca inspeção, não facilitam o traçar nem o executar dos planos de médio e de longo prazo para melhorar a qualidade do ensino. Quer dizer que poucas são as estratégias empreendidas para melhorar a qualidade do ensino.

Durante esta investigação deparamo-nos com algumas limitações, nomeadamente geográficas e financeiras, dado que, estando em Portugal e não dispondo de meios financeiros para me deslocar até a Guiné para realizar as entrevistas, se tornou difícil localizar os professores ou atores educativos, afetos ao liceu em estudo, para as entrevistas, facto que resultou no número reduzido de participantes no estudo. Existiram também limitações materiais, pois ao longo de estudo tive dificuldade em encontrar livros, documentos relacionados ao tema e documentos oficiais do Ministério da Educação guineense. Dada a natureza do estudo não foi possível obter conclusões generalizadas, porque as informações recolhidas correspondem a um caso particular, em que se quer, através dos participantes, perceber o impacto da implementação das políticas educativas e a sua promoção ao sucesso e ao acesso escolar.

A realização desta investigação permitiu-me propor algumas sugestões para estudos futuros, que podem proporcionar um conhecimento amplo da temática das políticas educativas na Guiné-Bissau. Nesta ótica, seria pertinente a realização de um estudo, em torno deste tema, a nível nacional, sobre o incumprimento das políticas educativas e as suas consequências no desenvolvimento do país.

A realização desta investigação foi, para mim, uma experiência marcante, pois proporcionou-me um conhecimento sobre o âmbito da implementação das políticas educativas e uma reflexão sobre o Sistema Educativo guineense.

## Referências Bibliográficas

- Albuquerque, L. A. (2011). Política cultural: conceitos e tipologias. *Cadernos PAR*, 4, 91-97. <http://hdl.handle.net/10400.8/403>.
- Alves, J. & Moreira, L. (2012). *Projeto Fénix- As Artes do Voo e as Ciências da Navegação*. Universidade Católica Portuguesa.
- Azevedo, J. (2012). Como se tece o (in) sucesso escolar: o papel crucial dos professores. *Seminário sobre a Promoção do Sucesso Escolar*, Universidade Católica do Porto, <http://hdl.handle.net/10400.14/22381>.
- Bideta, G.B. (2013). *Políticas Educativas na Guiné-Bissau*. [Dissertação de mestrado]. Universidade de Porto.
- Bisinoto, C. & Araújo, C. M. (2014). Sucesso académico no ensino superior: contribuições da Psicologia escolar. *Revista-EPSI*, 1, 28-46.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria aos métodos*. Porto Editora.
- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para autoaprendizagem*. Universidade Aberta.
- Carvalho, C. (2021). Guiné-Bissau: o novo governo. *Janus*, 62-23. <http://hdl.handle.net/10071/25304>.
- Carvalho, A. M. C. (2010). Alcançando o sucesso escolar: fatores que auxiliam nesta conquista. *Vertentes*, 35, 69-76. <https://ufsj.edu.br/portal2>
- Có, I. (2017). *A instabilidade política na Guiné-Bissau e suas implicações para a política educacional do ensino básico e secundário* [Projeto de pesquisa apresentado ao curso de bacharelado]. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.
- Costa, D. (2017). *Políticas Educativas e Estratégias Organizacionais na Promoção do Sucesso Escolar na Guiné-Bissau*. [Dissertação de mestrado]. Instituto Universitário de Lisboa.

- n.º Chantraine, L., Demailly, C. L., Garcia, C.M., Gomez, A.P., Nóvoa, A., Popkewitz, T.S., Schön, D.A., & Zeichner, K. (1992). *Os professores e a sua formação*. Publicações Dom Quixote.
- Djaló, M. (2020). *Processo de Democratização da Guiné-Bissau (1991-2019)*. Campo de Malês.
- Doutor, S. S. C. (2013). *Vivendo e Aprendendo: a literacia ao longo da vida* [Dissertação de mestrado]. Universidade do Algarve: Escola Superior de Educação e Comunicação.
- Fernandes, A. M. D. C. (2020). *Liderança e Inteligência Emocional no Coaching Organizacional* [Dissertação de mestrado]. Universidade Lusófona do Porto.
- Fernández, J. M. (1999). *Manual de Política y Legislación Educativas*. Sintisis Educación.
- Filho, D. R. S. (2023). A formação e a valorização dos professores no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista de Ciências da Educação*.
- Firkidja (1997). *Projeto de Apoio à Educação Básica “Firkidja”, Manual de Implementação do Projeto (MIP)*. Ministério da Educação Nacional.
- Fortin, M. F. (1999). *O processo de Investigação: da concepção à realidade*. Lusociência- Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Freire, I. P. & Macedo, S. M. F. (2018). *A Investigação Qualitativa em Educação – aspetos epistemológicos e éticos*, 10 (24), 276-279. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.24.400>.
- Furtado, A. B. R. (2005). *Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades*. [Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro]. <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1098/1/2005001736.pd>.
- García, C. M. (1999). *Formação de Professores: para uma mudança educativa*. Porto Editora.

- Gatti, B. A. (2010). Sucesso escolar. *Dicionário: Trabalho, Profissão e Condição Docente*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Atlas. ISBN 85-224-2270-2.
- González, F. E. (2020). Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 8(17), 155–183. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322>.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por questionário*. Edição Sílabo, Lda. ISB: 972-618-273-5.
- Hoz, V. G. & Rubio, V. G. (1986). *Organización y Gobierno de Centros Educativos*. Ediciones RIALP, S.A.
- Jourde, J. (2016). Em Guiné-Bissau, o sistema educativo precisa em grande parte de ser construído. *Country note*, 26.
- Lopes, L.S.L. (2014). *A lei de bases do sistema educativo da Guiné-Bissau: uma análise do processo de construção política* [Dissertação de mestrado]. Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/13778>.
- Macqueen, N. (2005). Trajetórias divergentes Guiné-Bissau e Cabo Verde desde a independência. *Revista Relações Internacionais*, 39-53.
- Marcelo, C. (2009). Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. *Sísifo/revista de ciências da educação*, 8, 7-22.
- Marli, A. (2013). O que é um estudo de caso qualitativo em educação? *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, 22 (40), 95-103.
- Monteiro, A. O. C. (2017). Guiné portuguesa versus Guiné-Bissau: a luta da libertação nacional e o projeto de construção do estado guineense. *A Cor Das Letras*, 12(1), 223–238. <https://doi.org/10.13102/cl.v12i1.1494>.

- Monteiro, J. (2005). *A Educação na Guiné-Bissau: Bases para uma estratégia sectorial renovada*. República da Guiné-Bissau-Ministério da Educação Nacional.
- Morais, C. (2013). *Investigação: do problema aos resultados*. <https://www.ipb.pt/~cmmm/conteudos/DaInvProblema.pdf>.
- Mucopela, V.M. (2016). *Abandono escolar em Moçambique: políticas educativas, cultura local e práticas escolares* [Tese de doutoramento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]. Repositório Científico Lusófona.
- Nanque, E. B. (2022). *Criação e Ascensão Política do Movimento para Alternância Democrática (MADEM G15) no Cenário Político Guineense*. [Programa de bacharelato], 5-20. [https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3045/3/2022\\_proj\\_eduardonanque.pdf](https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3045/3/2022_proj_eduardonanque.pdf).
- Nhassé, C. F. (2019). *O Ensino Básico na Guiné-Bissau após Aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (2010-2018)*. [Programa de Bacharelado em Humanidades]. UNILAB.
- Neta, M.H.M. & Aragão, J.W.M (2017). *Metodologia Científica*, 7- 49.
- Neves, M.O. (2015), A importância da investigação qualitativa no processo de formação continuada de professores: subsídios ao exercício da docência. *Revista do Departamento de Fundamentos*, 2 (19), 17-31.
- Oliveira, A. F. (2021). *Políticas Públicas de Educação: conceito e contextualização numa perspectiva didática*, 1-10. <https://www.researchgate.net/publication/349703078>.
- Pinto, I. F., Campos, C. J. G., & Siqueira, C. (2018). Investigação qualitativa: perspectiva geral e importância para as ciências da nutrição. *Ata Portuguesa de Nutrição*, 14, 30-34.

- Pires, V. (2005). *Economia da Educação- Para além do Capital Humano*. Cortez Editora.
- Ponte, J.P. (1994). Estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, 3 (1), 3-18.
- Ramos, V.A.B. (2019). A motivação e o sucesso escolar. *Psicologia*. PT. ISSN 1646-6977.
- Sanca, O.S. (2023). *O Insucesso e o Abandono Escolar no Ensino Básico de Fulacunda na Região de Quinara na Guiné-Bissau*. [Dissertação de mestrado]. Instituto Politécnico de Santarém.
- Sangreman, C., Fernando Jr, S., Zeverino, G., & Barros, B. (2006). *A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento e a sociedade civil*. Instituto Superior de Economia e Gestão. CEsa - Documentos de Trabalho n.º 70/ 2006. <http://hdl.handle.net/10400.5/1395>.
- Sanhá, C. (2014). *Do Ensino Público ao Ensino de Iniciativa Comunitária (análise do desenvolvimento e impacto das Escolas Comunitárias na Guiné-Bissau e as intervenções das ONG FEC & PLAN)*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Santos, J.R. & Henrique, S. (2021). *Inquérito por Questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos*. Universidade Aberta. ISBN 978-972-674-896-0 <http://hdl.handle.net/10400.2/10696>.
- Scantamburlo, L. (2013). Parceria entre a FASPEBI e o Ministério de Educação, Cultura, Ciência, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau: Complemento através do regime de autogestão. *II Coopedu–África e o Mundo (Livro de Atas)*, 101-109.
- Siga, F. (2020). *Educação Básica Formal na Guiné-Bissau, Acesso, Bermanência, Desafios e Perspectivas: uma análise de políticas educacionais guineense de 1995 a 2015*. [Programa de Pós-graduação]. Universidade rio Grande de Sul.

- Silva, B.D. (1989). Sistema Educativo. In Cadima Ribeiro (coord.), *Distrito de Braga - Demografia, Educação, Economia, Património, Política*. Governo Civil de Braga, pp. 141-198.
- Silva, D.M., & Duarte, C.D. (2012). Sucesso Escolar e Inteligência Emocional. *Millenium*, 42, 67-84.
- Sobral, R. R. (2012). *As Escolas Comunitárias na Guiné-Bissau e a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Técnica de Lisboa.
- Varela, B. (2020). *As políticas Educativas e Valores Educacionais*. Universidade de Cabo-Verde, 01-19.
- Ventura, M.M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Revista Socerj*. 20(5), 383-386.

## **Legislação**

Constituição da República da Guiné-Bissau (1996).

Lei n.º 4/2011 de 21 de maio da Assembleia Nacional Popular. Lei de Base do Sistema Educativa de Guiné-Bissau. Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau, N.º 13.

Lei n.º 6/2018, de 18 de dezembro da Assembleia Nacional Popular. Alteração do Estatuto de Carreira Docente. Boletim oficial da República da Guiné-Bissau, N.º 51.

Plano Setorial de Educação (2017).

Ministério da Educação Nacional (2007). Programa de formação dos educadores do ensino básico da Guiné-Bissau.

## **Índice de Apêndices**

Apêndice A – Inquérito por Questionário .....	101
Apêndice B – Consentimento Informado .....	102
Apêndice C – Entrevista ao Diretor .....	103
Apêndice D – Entrevista ao Professor 1 .....	107
Apêndice E – Entrevista ao Professor 2 .....	112

## Apêndice A

### Inquérito por Questionário

Diogo Francisco Mendes, estudante de mestrado em Gestão e Administração Escolar da Universidade do Algarve, ano letivo 2023/2024.

No âmbito de um estudo cujo tema é: Políticas Educativas na Guiné-Bissau, Acesso à Educação e Sucesso Escolar, sob a orientação do doutor António Manuel da Conceição Guerreiro, professor da Escola Superior de Educação e Comunicação. Pretendo com este estudo conhecer e analisar as políticas educativas na Guiné-Bissau e o seu contributo para o acesso e o sucesso escolar na perspetiva da direção e dos professores no liceu Padre António Grillo-Bambadinca. Para a consecução desse objetivo, solicito-lhe o preenchimento do presente questionário. A sua participação livre e sincera é muito importante, para apurar resultados válidos e fiáveis.

Será garantido o anonimato e os dados recolhidos serão utilizados apenas para fins académicos. Caso estiver interessado, poderão ser-lhe disponibilizados os resultados desta pesquisa, devendo para o efeito indicar o seu gmail: \_\_\_\_\_.

Desde já agradeço a sua colaboração e disponibilidade nesta minha caminhada académica!

Entrevistador, Diogo Francisco Mendes

(assinatura) \_\_\_\_\_.

Eu \_\_\_\_\_,

declaro ter sido informado sobre a natureza e o objetivo da investigação. Concordo em participar no inquérito e autorizar a utilização das minhas informações para fins académicos da presente investigação.

(assinatura do entrevistado) \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2024

## **Apêndice B**

### **Consentimento Informado**

Diogo Francisco Mendes, estudante de mestrado em Gestão e Administração Escolar da Universidade do Algarve, solicita a participação no preenchimento de um questionário com 22 perguntas cuja duração é aproximadamente 40 minutos.

O presente questionário insere-se no âmbito académico da investigação Políticas educativas na Guiné-Bissau, Acesso à Educação e Sucesso Escolar, sob a orientação do doutor António Manuel da Conceição Guerreiro, professor da Escola Superior de Educação e Comunicação. Pretendo conhecer e analisar as políticas educativas na Guiné-Bissau e o seu contributo para o acesso à educação e o sucesso escolar, na perspetiva da inspeção e da direção, no Liceu Padre António Grillo-Bambadinca.

A sua participação será muito valorizada e irá contribuir para a compreensão do tema em estudo no Liceu Padre António Grillo-Bambadinca. Todos os dados são recolhidos apenas para efeito do estudo referido, estando garantida a confidencialidade do seu tratamento e a exclusividade do seu uso no âmbito da investigação Políticas educativas na Guiné-Bissau, Acesso à Educação e Sucesso Escolar. Não existirá qualquer risco associado à sua participação, a qual é feita de forma voluntária e pode também cessar a seu envolvimento em qualquer momento.

Entrevistador/Investigador, Diogo Francisco Mendes

(assinatura) \_\_\_\_\_

Eu \_\_\_\_\_,

declaro ter sido informado sobre a natureza e o objetivo da investigação. Concordo em participar no inquérito e autorizar a utilização das minhas informações para fins académicos da presente investigação.

(assinatura do entrevistado) \_\_\_\_\_

## Apêndice C

### Entrevista ao Diretor

Diretor	Idade?	36 anos
	Sexo?	M
	Há quanto tempo é professor?	14 anos
	Há quanto tempo exerce cargos de gestão?	3 meses
	Há quanto tempo é diretor neste Liceu?	3 meses

1. Considera que as políticas educativas se enquadram na realidade e nas necessidades do país? Porquê? Pode dar exemplos?

R: Não, porque, os conteúdos dados não espelham aquilo que é a nossa realidade.

Por exemplo: as aulas do português são dadas como a língua segunda.

2. Quais as principais estratégias na implementação e no acompanhamento das políticas educativas? Pode referir algumas?

R: coordenação mensal dos coletivos e inspeção educativa ou escolar.

3. Quais as principais dificuldades na implementação e no acompanhamento das políticas educativas? Pode referir algumas?

R: participação séria dos professores nas coordenações (fraca participação) e fraca inspeção.

4. Que medidas têm sido implementadas para a superação das dificuldades? Pelo Governo Central? Pelo Liceu? Pode dar exemplos?

R: pelo governo, envio das faltas e relatórios de empenho.

Pelo liceu, subsidiar os participantes nas coordenações e controle das presenças efetiva.

5. A ação educativa neste Liceu desenrola-se nos limites das decisões governamentais ou são adotadas outras estratégias próprias neste estabelecimento de ensino? Pode exemplificar?

R: são adotadas, calendário escolar e as provas de coordenação.

6. Pode referir algumas medidas locais para desenvolver o processo de ensino neste Liceu? Pode dar exemplos? Como as avalia?

R:

7. Para além da Lei de Base do Sistema Educativo, do Estatuto da Carreira Docente e do Plano Setorial de Educação, há mais algumas políticas Públicas Educacionais para melhorar a qualidade do ensino e o acesso para todas as crianças e jovens, na última década? Pode dar exemplos?

R:

8. Como avalia o cumprimento das políticas educativas e o seu impacto no acesso e no sucesso escolar? Pode apresentar situações concretas?

R: é positivo. Se verifica grande número das meninas na escola.

9. Que medidas gostaria de implementar para melhorar as políticas educativas nacionais e locais? Pode dar exemplos?

R: unificação dos conteúdos, inspeção séria e formação contínua dos professores.

10. Acha que nos últimos anos, as políticas governamentais tentaram melhorar o acesso universal à educação, como previsto na Lei de Base do Sistema Educativo? Pode referir algumas ações?

R: sim, grande número ou todas as crianças estão na escola.

11. Considera que o governo tem investido na rede escolar? Como acha que seria possível aumentar o número de estabelecimentos de ensino pelo país? Pode dar exemplos?

R: não. Tem de ser incluído no orçamento do estado a construção de estabelecimentos escolares.

12. Como pensa que poderíamos resolver os problemas das crianças e jovens que ainda não têm acesso ao ensino até ao 6.º ano? Pode exemplificar com alguma medida em concreto?

R: implementar o sistema de educação adequada para eles.

13. Como tem evoluído o número de alunos ao longo dos últimos anos neste Liceu? Que medidas têm sido tomadas para garantir o acesso a todas as crianças e jovens à educação? Pode referir alguma medida em concreto?

R: o número subiu para 2.800 alunos. Medidas tomadas consiste em acrescentar o sétimo ano nas escolas de ensino básico do setor e aumentar salas de aulas.

14. Quais considera serem as principais razões para a desigualdade de acesso ao ensino pelas crianças e jovens guineenses? Pode exemplificar?

R: não valorização a escolaridade das meninas e gravidez precoce. Antecipação do emprego.

15. O que acha que tem sido feito para facilitar o acesso das crianças e jovens que se encontram em localidades distantes do Liceu? Tem algumas ideias de como resolver este problema?

R: não foram feitas nada. A ideia é assim: ter meio de transporte da escola para esse fim.

16. Considera que as políticas educativas públicas garantem a promoção do sucesso escolar? Pode dar exemplos? Qual é o nível de execução destas medidas?

R: não garante nada, porque até pessoa sem escola são nomeados para cargos no governo.

17. Quais os fatores que têm contribuído para o aumento do sucesso ou do insucesso nos últimos anos? Consegue identificar algumas causas concretas?

R: trabalho infantil, falta de tempo para estudo

18. Quais as principais estratégias locais para a promoção do sucesso escolar? Pode indicar algumas?

R: avaliação rigorosa e responsável. Não permitir a saída até último tempo.

19. Quais as principais dificuldades que ao nível local existem para uma maior promoção do sucesso educativo? Pode referir alguns fatores que possam influenciar estas dificuldades?

R: colaboração por parte de alguns professores, fraco acompanhamento dos pais.

20. Qual acha que tem sido o principal contributo das parcerias com instituições nacionais, internacionais e ONG, no que respeita ao aumento do sucesso educativo? É capaz de dar alguns exemplos?

R: PLAN, OGD, ANADEC, UNICEF, FEC. Acompanhamento e execução de projeto educativo.

21. Que medidas gostaria de tomar para aumentar o sucesso escolar das crianças e jovens guineenses? Pode referir algumas medidas concretas?

R: ter mais tempos letivos, uma avaliação séria. Remuneração condigna dos professores.

22. Há alguma situação que considere importante e que queira realçar sobre as políticas educativas no país? No Liceu? Na comunidade?

R: colaboração e acompanhamento.

Obrigado!

Diogo Francisco Mendes

## Apêndice D

### Entrevista ao Professor 1

Professor	Idade?	48
	Sexo?	M
	Há quanto tempo é professor?	Há 12 anos

1. Considera que as políticas educativas se enquadram na realidade e nas necessidades do país? Porquê? Pode dar exemplos?

R: em algumas regiões educativas, isto é, em Bafatá, Oio, Bissau, Gabú e Cacheu, já estão a enquadrar-se na realidade educativa do país. com o novo currículo escolar, falando da História e Geografia da Guiné-Bissau.

2. Quais as principais estratégias na implementação e no acompanhamento das políticas educativas? Pode referir algumas?

R: as estratégias, tem haver com a forma como é implementada as disciplinas da língua portuguesa, matemática, meio-físico e social e educação para a cidadania que espelha a realidade guineense.

3. Quais as principais dificuldades na implementação e no acompanhamento das políticas educativas? Pode referir algumas?

R: a principal dificuldade tem haver com a situação financeira. Os financiadores como ASDI, que incentiva os professores na formação e capacitação dos professores e inspetores. Apedrejado as delegacias como meios adequados e residências.

4. Que medidas têm sido implementadas para a superação das dificuldades? Pelo Governo Central? Pelo Liceu? Pode dar exemplos?

R: Por parte do governo não, só manda os professores mais nada. Mas por parte do liceu como há parceria com a missão católica, parceiros brasileiros, decorrem seminários com parceiros brasileiros e portugueses em termos de capacitação dos professores.

5. A ação educativa neste Liceu desenrola-se nos limites das decisões governamentais ou são adotadas outras estratégias próprias neste estabelecimento de ensino? Pode exemplificar?

R: sim, são adotados outros mecanismos, por terem incluído Missão católica, comunidade local, como coparticipantes em termos financeiros, o que leva liceu a adotar algumas medidas com os professores e alunos com a marcação de faltas para ambos.

6. Pode referir algumas medidas locais para desenvolver o processo de ensino neste Liceu? Pode dar exemplos? Como as avalia?

R: como referi acima, como há colaboração dos pais em termos financeiros, a direção passa a ter a voz ativa em termos de controle, marcando faltas aos professores, exigindo-os à trabalhar afincadamente.

7. Para além da Lei de Base do Sistema Educativo, do Estatuto da Carreira Docente e do Plano Setorial de Educação, há mais algumas políticas Públicas Educativas para melhorar a qualidade do ensino e o acesso para todas as crianças e jovens, na última década? Pode dar exemplos?

R: não, o sistema educativo aplicado há 14 anos, em que dá conta de passagem por frequência em 75%, em algumas classes como no: 1º, 2º, 5º, 7º, 8º, 10º e 11º ano contínua até hoje.

8. Como avalia o cumprimento das políticas educativas e o seu impacto no acesso e no sucesso escolar? Pode apresentar situações concretas?

R: devia haver a devolução da política educativa e sistema da educação nacional, para os técnicos da educação trabalhá-lo de novo. Deixar de fazer nomeação partidária a cargos administrativos.

9. Que medidas gostaria de implementar para melhorar as políticas educativas nacionais e locais? Pode dar exemplos?

R: as medidas de implementação passam necessariamente para incentivar os professores, dar condições necessárias aos professores, subsidiar as comissões de estudos, reuniões de coordenação, seminários...

10. Acha que nos últimos anos, as políticas governamentais tentaram melhorar o acesso universal à educação, como previsto na Lei de Base do Sistema Educativo? Pode referir algumas ações?

R: não, devido fundamentalmente o que tinha referido em cima. Com essas nomeações políticas que invadiram todas as áreas e instituições públicas o que a educação não fugiu de regras.

11. Considera que o governo tem investido na rede escolar? Como acha que seria possível aumentar o número de estabelecimentos de ensino pelo país? Pode dar exemplos?

R: não. Porque no que refiro ao bolo orçamental, só 14% é destinado à educação, o que não permite um investimento credível, nem a reciclagem dos professores para terem mais habilidades. Uma das formas de aumentar os estabelecimentos de ensino é aumentar o bolo orçamental para a área de educação.

12. Como pensa que poderíamos resolver os problemas das crianças e jovens que ainda não têm acesso ao ensino até ao 6.º ano? Pode exemplificar com alguma medida em concreto?

R: passa necessariamente em criar as leis da obrigatoriedade do 1º - 6º ano. Construir infraestruturas em todas as aldeias para que torne mais acessíveis as crianças.

13. Como tem evoluído o número de alunos ao longo dos últimos anos neste Liceu? Que medidas têm sido tomadas para garantir o acesso a todas as crianças e jovens à educação? Pode referir alguma medida em concreto?

R: com a política de manter rigorosidade com os professores, não só da parte da direção, assim como da parte da missão católica, com a criação da supervisão e incentivo, isso atrai as crianças/alunos para o liceu.

14. Quais considera serem as principais razões para a desigualdade de acesso ao ensino pelas crianças e jovens guineenses? Pode exemplificar?

R: falta de possibilidade por parte de alguns pais. O governo guineense não criou a política educativa a custo baixo no ensino primário e também constantes creves no setor de ensino.

15. O que acha que tem sido feito para facilitar o acesso das crianças e jovens que se encontram em localidades distantes do Liceu? Tem algumas ideias de como resolver este problema?

R: é de acabar com as barracas, criar liceus mais próximos e incentivar os melhores alunos com bolsas de estudos grátis.

16. Considera que as políticas educativas públicas garantem a promoção do sucesso escolar? Pode dar exemplos? Qual é o nível de execução destas medidas?

R: não. A política educativa atualmente, não garante a promoção do sucesso escolar, por vários fatores: fraca qualidade dos professores, concurso na base de amiguismo.

17. Quais os fatores que têm contribuído para o aumento do sucesso ou do insucesso nos últimos anos? Consegue identificar algumas causas concretas?

R: apesar de alguns alunos conseguirem. Outros das escolas públicas, por acesso a nova tecnologia e autoformação. Mas há mais insucesso que sucesso. Por causas que mencionei acima ... sucessiva queda de governos.

18. Quais as principais estratégias locais para a promoção do sucesso escolar? Pode indicar algumas,

R: isso passa necessariamente por reconstruir a política educativa descentralizar as delegacias regionais de educação, despolitização de educação, subsidiar os professores que são enviados para o interior do país.

19. Quais as principais dificuldades que ao nível local existem para uma maior promoção do sucesso educativo? Pode referir alguns fatores que possam influenciar estas dificuldades?

R: a qualidade dos professores que são mandados para o interior, devem estar a ser capacitados a cada ano letivo que termina, ter mais subsídios em relação aos que ficam em capital Bissau, arranjar residências adequadas e confortáveis para os docentes.

20. Qual acha que tem sido o principal contributo das parcerias com instituições nacionais, internacionais e ONG, no que respeita ao aumento do sucesso educativo? É capaz de dar alguns exemplos?

R:

21. Que medidas gostaria de tomar para aumentar o sucesso escolar das crianças e jovens guineenses? Pode referir algumas medidas concretas?

R:

22. Há alguma situação que considere importante e que queira realçar sobre as políticas educativas no país? No Liceu? Na comunidade?

Obrigado!

Diogo Francisco Mendes

## Apêndice E

### Entrevista ao Professor 2

Professor	Idade?	39 anos
	Sexo?	M
	Há quanto tempo é professor?	14 anos

1. Considera que as políticas educativas se enquadram na realidade e nas necessidades do país? Porquê? Pode dar exemplos?

Há certas políticas adotadas pelo governo que, no meu ponto de vista, não se enquadram na realidade do país. Por exemplo, a lei prevê o EB (Ensino Básico) gratuito e obrigatório (1º e 2º ciclos, art. 12º, n.º -,2) para todas as crianças. O que é que o governo faz para as escolas? Nada! Como é que as escolas vão comprar os materiais como giz, resmas, etc. para o seu trabalho sem alguma subvenção por parte do governo?

Considero isso normal, não muito pior. O pior é existir um documento chamado Lei de Bases do Sistema Educativo que muitos diretores não conhecem, ou melhor, nunca tiveram oportunidade de ver. Como é que um diretor implementa leis se ele não sabe que elas existem? Por exemplo, para a entrada no 1º ano do 1º ciclo do EB, a lei prevê 6 anos. Mas existem pontos para o acesso ou não. A lei diz quem faz 6 anos até 1 de outubro entra automaticamente para o 1º ano com ou sem consentimento do pai. Mas quem faz anos a partir do dia 2 de outubro até 31 de dezembro, só vai para o 1º ano caso o pai queira (Lei de Bases, art. 13º, n.º 4 e 5). Quem cumpre esta lei desta forma? Acredito que ninguém por falta de conhecimento da lei...

Outro aspeto para justificar que as políticas educativas não se enquadram na realidade do país é o que a lei prevê no seu artigo 16º, ponto 1, alínea b). Neste ponto, a lei defende que um único professor deve lecionar todas as áreas do EB. É o que acontece na realidade? Não! Os professores sabem que a lei prevê isso? Duvido! Um professor tem competência para lecionar todas as áreas do EB? Não sei! O que acontece na realidade na 3ª fase, 2º ciclo (5º e 6º anos), dois professores lecionam as 5 áreas: 1 professor leciona Língua Portuguesa e Ciências Sociais; 1

professor leciona Matemática, Ciências Naturais e Expressões. Os dois professores são auxiliados (como está na lei) por um professor da Educação Física e Desportos.

2. Quais as principais estratégias na implementação e no acompanhamento das políticas educativas? Pode referir algumas?

É preciso o governo adotar medidas que acha que sozinho estará em condições de cumprir, sem intervenção dos parceiros, porque se continuar a acreditar no apoio dos parceiros, no dia em que esses parceiros deixarem de apoiar aquela iniciativa, a lei deixará de fazer sentido ou cairá.

Uma vez adotadas as leis executáveis, é preciso um acompanhamento mais sério por parte da autoridade.

Outra coisa que considero importante é, quando existir documentos/leis novas, preciso disponibilizar documentos ou criar reuniões para a sua partilha/divulgação. Por exemplo, nas reuniões das comissões de estudo fazer esse trabalho ou convocar diretores para esse efeito.

As constantes mudanças de diretores também podem ser um problema.

3. Quais as principais dificuldades na implementação e no acompanhamento das políticas educativas? Pode referir algumas?

Disponibilização dos documentos sobre a política educativa; falta de nível de alguns diretores de ler e compreender o documento; falta de seguimento/acompanhamento rigoroso dos diretores por parte dos inspetores; desconhecimento da existência dos materiais.

4. Que medidas têm sido implementadas para a superação das dificuldades? Pelo Governo Central? Pelo Liceu? Pode dar exemplos?

Nenhumas...

5. A ação educativa neste Liceu desenrola-se nos limites das decisões governamentais ou são adotadas outras estratégias próprias neste estabelecimento de ensino? Pode exemplificar?

Neste liceu são adotadas estratégias próprias à margem das decisões do governo, senão vejamos:

- Calendário do ano letivo: apesar de o Ministério da Educação Nacional (MEN) prever um calendário para o ano letivo, este liceu, na última avaliação que se faz do ano letivo, prevê o seu calendário para o próximo ano letivo que cumpre a pé de letras que, mesmo saindo outro calendário do MEN, não tenta ajustar nada, cumpre o seu, sem respeitar, sobretudo, o período de férias. Por exemplo, o MEN determina, muitas vezes, durante a Páscoa, uma tolerância de dois dias (Sexta-Feira Santa e segunda-feira depois da Páscoa) ou uma semana (Semana Santa) adicionado à tolerância na segunda-feira depois da Páscoa, mas o liceu cumpre o calendário pré-estabelecido de duas semanas (15 dias) como se aplicava há décadas.

- Realização das provas globais: ao contrário do que o MEN estipula para os liceus do país que é a realização das provas globais apenas no fim do ano letivo, este liceu realiza, trimestralmente, provas chamadas de coordenação, contrapondo assim as orientações do MEN.

- Implementação de autogestão (depois do último despacho do MEN): este liceu, à revelia (das orientações e do despacho da Ministra da Educação Nacional Mónica Buaró que acabou com a autogestão em todas as escolas públicas do país), decidiu implementar/repor a autogestão novamente sem que o despacho tivesse sido revogado (até agora ainda o despacho está em vigor).

6. Pode referir algumas medidas locais para desenvolver o processo de ensino neste Liceu? Pode dar exemplos? Como as avalia?

Uma das medidas que sei que o liceu toma para desenvolver o processo de ensino é o envolvimento dos pais na melhoria de algumas infraestruturas, por exemplo, salas de aula, vedação da escola, construção da cantina escolar, porque, todos os anos, durante a matrícula, os pais contribuem com um valor de 1000 francos cfa para além da taxa da matrícula fixada em 2000 mais boletim fixado no valor de 500 fcfa. Mas, o único valor declarado para o efeito indicado anteriormente (obra) são os 1000 fcfa. Esse valor de obra é pago anualmente, no período de matrícula,

mas não há prestação de contas desse valor aos pais que continuam a pagá-lo anualmente.

Na minha opinião, o liceu poderia envolver ainda mais os pais na tomada de grandes decisões para o benefício dos seus filhos. Sendo que o liceu está na comunidade e pertence a comunidade, considero anormal a implementação de certas medidas apenas com o parecer de uma pessoa em representação dos pais, alegando a ausência dos encarregados da educação dos alunos nas reuniões por ele convocadas.

7. Para além da Lei de Base do Sistema Educativo, do Estatuto da Carreira Docente e do Plano Setorial de Educação, há mais algumas políticas Públicas Educativas para melhorar a qualidade do ensino e o acesso para todas as crianças e jovens, na última década? Pode dar exemplos?

Não conheço nenhuma outra política educativa.

8. Como avalia o cumprimento das políticas educativas e o seu impacto no acesso e no sucesso escolar? Pode apresentar situações concretas?

Neste liceu não há cumprimento integral das políticas educativas porque o próprio liceu adota, em muitos casos, outra política ao lado daquela determinada pelo Estado. A forma como o liceu está a implementar a “sua política educativa” só vai contribuir para o abandono escolar e falta de acesso por parte das pessoas sem condição para assumir as despesas impostas pela escola.

Contextualizando e falando do caso particular do 3º ciclo e do secundário (no caso do liceu), se as políticas educativas fossem implementadas como estava ou como ainda está, aumentaria o acesso e o sucesso escolar de muitos alunos, visto que teriam apenas que assumir as propinas determinadas pelo estado (3000 fcfa para o 3º ciclo e 5000 fcfa para o secundário por trimestre). Agora a implementação de autogestão, que na lei não existe, facilita, de alguma forma o abandono escolar. Um exemplo: há dias que o liceu decide expulsar/mandar para casa as pessoas que não têm as propinas em dia. Caso isso aconteça num dia em que um professor vai fazer teste na mesma turma, imagine o que pode acontecer. Há professores que pensam em repor a prova ao aluno expulso, mas há aqueles que não repõem. Não

acha que isso pode intervir na vida ou no sucesso escolar desse aluno? A autogestão implementada neste liceu acaba por ser um obstáculo para muitos no acesso à escola e conseqüente abandono escolar porque há muitos alunos que não têm um encarregado de educação que assume as suas mensalidades; é o próprio aluno que, sem trabalho, assume as suas despesas desde matrícula, materiais até as mensalidades.

Se houvesse o cumprimento das leis impostas pelo estado neste liceu, de certeza, o número de alunos aumentaria e, desta forma, facilitaria no acesso e no sucesso escolar de muitos.

9. Que medidas gostaria de implementar para melhorar as políticas educativas nacionais e locais? Pode dar exemplos?

Aquelas que existem são muito boas, basta as escolas começarem a implementar o que está na lei, deixando de violar ou de inventar coisas só para satisfazer os desejos de um grupo de pessoas.

10. Acha que nos últimos anos, as políticas governamentais tentaram melhorar o acesso universal à educação, como previsto na Lei de Base do Sistema Educativo? Pode referir algumas ações?

Na minha opinião, não houve novas políticas governamentais por além daquilo que a Lei de Bases prevê que também não estão a ser cumpridas rigorosamente. Se existirem, desconheço-as.

11. Considera que o governo tem investido na rede escolar? Como acha que seria possível aumentar o número de estabelecimentos de ensino pelo país? Pode dar exemplos?

Através dos parceiros, sim! Há organizações internacionais como a PLAN que constrói escolas em muitas aldeias. Há outras escolas construídas através de parceria entre Guiné-Bissau e alguns países como China e Turquia. Escolas construídas através desta parceria acabam por receber o nome do país que a construiu, por isso temos escolas denominadas “Amizade Guiné-Bissau China” ou “Amizade Guiné-Bissau Turquia”. Mas só o governo, com a sua iniciativa, não me lembro da última escola que construiu.

Na minha opinião seria possível aumentar o número de escolas na Guiné-Bissau através de iniciativas locais como tem acontecido em muitas localidades, como por exemplo, o próprio liceu Pe. António Grillo. Um grupo de pessoas, sentindo as necessidades da existência de um liceu em Bambadinca devido às dificuldades que os filhos enfrentam quando vão estudar noutras localidades, decidiram, com os seus próprios meios, começar a construir pavilhão com o envolvimento da comunidade.

Outro exemplo é a escola Biague Clusse Na Ntan, em Finete, aldeia próxima a Bambadinca onde o atual Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Biaguê Na Ntan, construiu escola para as crianças dessa aldeia e das aldeias vizinhas.

Acredito que através de iniciativas locais é possível alargar a rede escolar com mais facilidade de que esperar pelo governo que pensa em resolver apenas os seus problemas.

12. Como pensa que poderíamos resolver os problemas das crianças e jovens que ainda não têm acesso ao ensino até ao 6.º ano? Pode exemplificar com alguma medida em concreto?

Cumprir apenas o que está previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo Guineense (Ensino básico gratuito e obrigatório como consta no artigo 12º, n.º 1, 2 e 4 da Lei de Bases). Só que, no meu ponto de vista, a obrigatoriedade não deve apenas constar na lei sem fazer o seu seguimento. Se o governo se responsabiliza em subvencionar as escolas do ensino básico até 6º ano, então deve criar condições para que todas as crianças com a idade escolar possam frequentar a escola mesmo que seja com o envolvimento das forças de segurança ou forças policiais (de obrigarem os pais a mandarem os filhos para escola ou através da criação de uma coima para os pais que têm filhos na idade escolar e que não estão a frequentar a escola).

Mas, como o ensino Básico pode ser gratuito se as escolas não recebem nenhum apoio do estado? Como as escolas vão conseguir comprar materiais como giz, resmas e outros para o seu trabalho?

13. Como tem evoluído o número de alunos ao longo dos últimos anos neste Liceu? Que medidas têm sido tomadas para garantir o acesso a todas as crianças e jovens à educação? Pode referir alguma medida em concreto?

Na minha opinião, o número de alunos tem evoluído ao longo dos anos neste liceu porque o todo o setor de Bambadinca (que tem muitas escolas do 2º ciclo) e o setor vizinho de Xitole (que também tem escolas do 2º ciclo e que não tem nenhum liceu) enviam alunos para o único liceu do setor (até, pelo menos 3 anos atrás).

Outro aspeto que posso considerar, apesar de agora existir outros liceus (Gambiel e Finete), é que o liceu Pe. António Grillo continua a ser o único liceu que está no centro de Bambadinca. Os outros dois estão na aldeia o que não facilita a deslocação de pessoas do centro da cidade para essas escolas. Esses liceus acabam por albergar apenas alunos dessas localidades e dos arredores.

O liceu consegue receber todos esses alunos porque criam infraestruturas com o tal valor que os pais pagam no início do ano, nas matrículas. Lembro-me que no ano anterior, por causa do excesso de alunos, tiveram que pôr alunos na cantina e na sala de professores que ainda estão em construção. Outra medida que escola toma, que não me parece ser boa, é a superlotação das turmas (há turmas que funcional com 40 ou mais de 40 alunos, quando a lei prevê 35 ou 36 alunos).

14. Quais considera serem as principais razões para a desigualdade de acesso ao ensino pelas crianças e jovens guineenses? Pode exemplificar?

Pobreza pode ser considerada um fator primordial na desigualdade de ensino porque, como se sabe, na Guiné-Bissau as escolas públicas são aquelas que funcionam em piores condições, porque dificilmente as aulas iniciam em outubro como previsto e terminam em junho sem greves. Por este fator, os pais com maiores condições económicas, incluindo os governantes, matriculam os seus filhos nas melhores escolas privadas que existem numa localidade.

Os pais que não têm condições deixam os filhos nas escolas públicas, mesmo sabendo dos constrangimentos que elas podem ter antes de junho.

15. O que acha que tem sido feito para facilitar o acesso das crianças e jovens que se encontram em localidades distantes do Liceu? Tem algumas ideias de como resolver este problema?

Por mim, acredito que nada foi feito nem pela direção do liceu, nem pelo governo. Os alunos estão a frequentar a escola por iniciativa e por vontade própria ou dos pais.

Acho que o liceu deveria dar oportunidade às crianças e jovens que se encontram distantes do liceu de estudarem no período diurno. Vê-se que muitos que vivem distante do liceu a se deslocarem de noite para a escola ou de bicicleta, ou de motorizada; há ainda aqueles que vão à pé, alimentando todos os dias a esperança de conseguir boleia. Se no período diurno não é fácil conseguir boleia, de noite pior ainda porque muitos meios de transporte público não trabalham.

16. Considera que as políticas educativas públicas garantem a promoção do sucesso escolar? Pode dar exemplos? Qual é o nível de execução destas medidas?

Não conheço nenhuma lei que se deve aplicar nas escolas públicas que possam promover o sucesso escolar.

17. Quais os fatores que têm contribuído para o aumento do sucesso ou do insucesso nos últimos anos? Consegue identificar algumas causas concretas?

Não consigo identificar nenhum fator que estaria a contribuir para o aumento do sucesso escolar. Na Guiné tudo se paga; cada pai deve se esforçar para pôr os seus filhos na escola; na escola tudo é pago mesmo aquilo que a lei disse que não se deve pagar, paga-se. Portanto, na minha opinião, não existe nada que pode contribuir para o sucesso escolar.

O que pode contribuir para o insucesso escolar é, como já referi anteriormente, falta de aplicação do que está na lei.

Outra causa de insucesso escolar tem a ver com a comercialização da castanha de caju. Há aldeias em que as crianças não vão a escola durante o período da castanha de caju. Os pais, ao invés de preocuparem em mandar os filhos para escola,

mandam-nos ao campo para apanhar caju. Crianças nestas condições não evoluem porque a campanha é anual.

No caso concreto do liceu, o pagamento das propinas mensais pode ser um obstáculo.

18. Quais as principais estratégias locais para a promoção do sucesso escolar? Pode indicar algumas?

Não conheço nenhuma.

19. Quais as principais dificuldades que ao nível local existem para uma maior promoção do sucesso educativo? Pode referir alguns fatores que possam influenciar estas dificuldades?

No meu ponto de vista, as dificuldades que considero ser maiores na promoção de sucesso escolar é a situação económica e/ou renda muito baixa dos pais e encarregados da educação dos alunos. Muitos pais não têm um rendimento mensal e os que têm a renda mensal, ela é muito baixa. Não conseguem o suficiente para garantir a alimentação em casa e muito menos para sustentar os filhos que vão à escola. Por isso, durante a campanha de caju, muitos pais obrigam os filhos a irem para o campo apanhar castanha para garantir o sustento da família. Mesmo que o filho seja bom na escola, as faltas que acumula durante o período de campanha faz com que ele desça de rendimento.

20. Qual acha que tem sido o principal contributo das parcerias com instituições nacionais, internacionais e ONG, no que respeita ao aumento do sucesso educativo? É capaz de dar alguns exemplos?

O principal contributo das parcerias foi aquele de afetar as escolas com os géneros alimentícios para poder manter as crianças na escola. A verdade é que há famílias que não conseguem garantir pequeno-almoço aos filhos quando vão à escola de manhã. De igual modo, há pais que não conseguem ter almoço a tempo, isto é, antes das 14h para permitir que o aluno coma antes de se partir para escola. Daí, sabendo que na escola vai ter o que comer, acredito que faz muita gente ir à escola. Todavia, há diretores que não criam condições para que haja o tal “pequeno-almoço” ou “almoço” todos os dias na escola.

O que não posso confirmar é se, de facto, o que se prepara na escola aumenta ou não o sucesso escolar.

21. Que medidas gostaria de tomar para aumentar o sucesso escolar das crianças e jovens guineenses? Pode referir algumas medidas concretas?

Para crianças:

- atribuir prémios aos melhores alunos;

Para jovens:

- criar quadro de honra para os melhores alunos em cada trimestre;

- atribuir bolsas de estudo (interno ou externo) aos melhores classificados de cada género (rapazes e raparigas) no final do 12º ano.

22. Há alguma situação que considere importante e que queira realçar sobre as políticas educativas no país? No Liceu? Na comunidade?

Não! As perguntas foram bem elaboradas e permitiram refletir sobre as políticas educativas.

Obrigado!

Diogo Francisco Mendes